

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ CAMPUS DE  
FRANCISCO BELTRÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO  
EM GEOGRAFIA**

**HERNANI FLAVIO PESSATTO NUNES**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EXPANSÃO DO ENSINO  
SUPERIOR NO BRASIL ENTRE 2003-2014: REFLEXOS NA  
REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ**

**Francisco Beltrão**

**2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ CAMPUS DE  
FRANCISCO BELTRÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO  
EM GEOGRAFIA**

**HERNANI FLAVIO PESSATTO NUNES**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EXPANSÃO DO ENSINO  
SUPERIOR NO BRASIL ENTRE 2003-2014: REFLEXOS NA  
REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Educação e ensino de Geografia. Orientador. Prof. Dr. Fabricio Pedroso Bauab

**Francisco Beltrão**

**2018**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Nunes, Hernani Flavio Pessatto

Políticas Públicas para a expansão do ensino superior no Brasil entre 2003-2014: Reflexos na região sudoeste do Paraná / Hernani Flavio Pessatto Nunes; orientador(a), Fabricio Pedroso Bauab, 2018.

137 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.

1. Educação Superior. 2. Políticas Públicas. 3. Contexto sócio-político-econômico. I. Pedroso Bauab, Fabricio. II. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOUTORADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

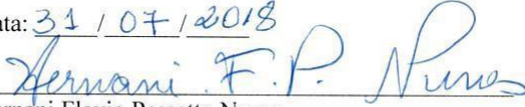
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR  
NO BRASIL ENTRE 2003-2014: REFLEXOS NA REGIÃO SUDOESTE  
DO PARANÁ

**Autor:** Hernani Flavio Pessatto Nunes


**Orientador:** Prof. Dr. Fabrício Pedroso Bauab

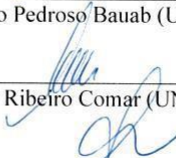
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Hernani Flavio Pessatto Nunes e aprovada pela comissão julgadora.

Data: 31 / 07 / 2018

  
\_\_\_\_\_  
Hernani Flavio Pessatto Nunes

Comissão Julgadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fabrício Pedroso Bauab (UNIOESTE/Francisco Beltrão)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Sueli Ribeiro Comar (UNIOESTE/Francisco Beltrão)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Jani Alves da Silva Moreira (UEM/Maringá)

## AGRADECIMENTOS

Durante essa trajetória tive muitas pessoas que de alguma forma contribuíram para a construção deste trabalho, alguns através da compreensão e de conversas que muito me ajudaram nos momentos mais difíceis desses últimos 24 meses, em ocasiões de companheirismo, distração e amizade. Outros estiveram presentes na construção desta dissertação de mestrado.

Primeiramente agradeço a minha mãe Professora Elenice Pessatto pelo incentivo que tem me dado até aqui.

Em seguida possuo eterna gratidão ao meu orientador e amigo Professor Fabricio Pedroso Bauab, por ter aceitado a orientar uma proposta de pesquisa sobre “Políticas Educacionais” mesmo sendo de outra área de atuação da Geografia, tive com ele um crescimento profissional inexplicável graças as suas orientações.

Devo lembrar de citar os nomes da banca avaliadora de defesa, a Professora Sueli Ribeiro Comar pela qual tive muitas discussões durante o processo de construção deste trabalho, amiga pela qual eu também sou muito agradecido pela compreensão em situações de dificuldade. Aqui já aproveito para agradecer a Professora Jani Alves da Silva Moreira/UEM, pelo empenho de ter vindo de Maringá para avaliar o meu trabalho e pelas contribuições na banca.

Agora preciso citar o nome de alguns professores da UNIOESTE/FB que além de serem amigos, colaboraram de uma ou outra forma com a pesquisa, Fabricio meu orientador, Sueli Comar docente que me auxiliou na pesquisa tanto na banca de qualificação e na defesa como em outros momentos, aos professores, Fernando dos Santos Sampaio e Marlon Clóvis Medeiros que ministraram disciplinas referente a desenvolvimento econômico, conjuntura brasileira e geografia econômica, pelas quais tive debates construtivos que me fizeram cooperar com a elaboração deste trabalho.

Devo ressaltar que, foi muito difícil acertar o tema de pesquisa sendo através de conversas com Professores/amigos que me localizei, eu queria estudar política e desenvolvimento econômico, porém estava na linha de “Educação e ensino de Geografia”, nesse momento devo me lembrar que a Professora Najla Mehanna Mormul, indicou o tema “Políticas Públicas de expansão para o ensino superior no Brasil” sendo naquele momento apenas bibliográfica. Posteriormente nas bancas de projeto no início de 2017, a Professora do curso de pedagogia e Doutoranda em Geografia, Vanice Schossler

Sbardelotto, solicitou fazer um trabalho referente a expansão do setor a nível Brasil dando enfoque ao sudoeste do Paraná, e passando a ser um trabalho de busca de dados, a partir de então defini a minha proposta.

Também tive muitos outros amigos em que me apoiar, no topo da lista não posso deixar de citar o meu grande amigo e doutorando da UFSC, Wilian Padilha, pessoa que me recebeu duas vezes em sua casa em Palmas-PR, nos momentos mais difíceis do mestrado pelo qual precisei de pessoas para me comunicar. Foram muitas vezes que dialogamos, principalmente referente as bancas de qualificação e defesa quando estive inseguro, e como uma pessoa experiente na academia/universidade soube me orientar.

Entre outros amigos do campo profissional não posso deixar de citar, Jalme Santana de Figueiredo Junior, que hoje é Professor da rede estadual do Estado do Mato Grosso, que contribuiu-me em momentos de confusão fazendo-me esclarecer muitas coisas, companheiro pelo qual fomos juntos ao SENGES, Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social, Unila/Foz do Iguaçu para mim apresentar um trabalho que escrevi. “*VIVA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA*”

Agora quero recordar daqueles colegas e amigos que iniciaram a graduação comigo em 2011, e chegaram nessa etapa da pesquisa (mestrado) Eu *Hernani*, Jorgiane Pagnan e Thiago Felipe Von Fruhauf Machado, nós conseguimos chegar aonde poucos conseguem. Já aproveitando agradeço a Jorgiane e ao meu amigo Jacson Gosman que cederam o apartamento para fazer a janta de comemoração da minha defesa, vocês foram companheiros.

Entre outras amizades que tenho a obrigação de mencionar, Anderson de Sousa e sua esposa e também minha amiga Mariane Bertonceli, pelas muitas vezes que me receberam em sua casa para conversar e me ouvir.

Logo preciso lembrar do conjunto Pinhão Ácido, Leonardo Belmonte, Nicolas Mateus Ferreira da Silva e Luiz Carlos da Silva, pelos momentos em que fui na vossa residência velos tocar, especificamente Leonardo que toca muito bem a bateria, além da troca de informações confidenciais de (Ciro Gomes), com quem ele iria se juntar, já que estávamos chegando em um período de eleição.

Assim lembro-me do companheirismo do meu grupo, HEGEO - Grupo de Pesquisa de Estudos em História e Epistemologia da Geografia, entre os colegas cito aqui, Leonardo Belmonte, Nicolas Mateus Ferreira da Silva, Thiago Felipe Von Fruhauf Machado, Mauricio Sérgio Bergamo, Roberto Carlos Rech, Anderson de Sousa, Professor Fabricio (orientador) e Professor Alexandre Domingues Ribas.

Também tive aqueles amigos que me ajudaram durante o processo de seleção no qual precisava escrever a prova em agosto de 2016, lembro-me que Paulo Uttama Freisleben, corrigiu alguns textos que fiz antes de prestar a seleção, além de termos tido outras conversas em outros momentos do processo de construção do trabalho.

Rogério Mussatto devo agradecer e recordar-me de você, no evento do SINGA 2017 Curitiba-PR, pelo que eu me recordo nós compartilhávamos da ideia do respeito e do diálogo, aí de repente começávamos a brigar gritando na rua, por que eu era a favor da modernização da agricultura e você apontava críticas referente ao tema.

Também construí amizades importantes com os alunos da graduação em geografia nesses últimos anos, entre elas vale a pena mencionar, Bruna Maria da Silva Lazzaroto, que hoje está fazendo o Mestrado em Desenvolvimento Regional no México, essa menina ainda vai longe. A Bruna me contribuiu muito com sua amizade sincera, e como diz o nosso glorioso “Requião”, *CONVERSA FRANCA FAZ BONS AMIGOS...*

Devo citar aqui os meus alunos do Estágio Supervisionado pelo meu orientador na disciplina “História e Epistemologia da Geografia”, do primeiro ano no bacharelado da turma de ingresso 2017, pela compreensão que tiveram com as minhas aulas, entre os acadêmicos, Cassia Fruett, Claudinéia Koch, Gabriel Braz, Lizete Brasil, Thiago H. Peres, e aos demais não citados.

E ainda outros colegas e amigos que fizeram parte da minha vida nesses dois anos, Ana Caroline Tazinasso, Ana Paula Zanella, Bruna Kisa Thowski Fiss, Daiane Bordulis, Daiane Peluso, Dayane Pagotto, Emanuelli Somavila, Francieli Borges Vieira, Geizi Hallas, Leonardo Martins, Moacir Heimann, Nilmar Rippel, Paula Bresolin Kraus (estagiária na secretaria do mestrado em Geografia), Professor Marino Alceu Konzen, Tainara Montagna e Vitor Hugo.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo realizar uma pesquisa documental, analisando os números referentes ao setor da educação superior em âmbito nacional e regional. Dessa forma discutimos os dados que apontam a data de implementação das instituições de ensino superior, de criação dos respectivos cursos, sobre matrículas, alunos vinculados e concluintes dos respectivos cursos no período 2003-2014. Para isso, fizemos um histórico que pretende apontar a formação da educação superior brasileira, a criação das primeiras instituições de ensino superior, a modernização da educação superior brasileira pós 1968 e a atuação de organismos internacionais no setor, como o BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco Mundial, procurando mencionar as imposições do consenso de Washington influentes na elaboração das políticas econômicas e educacionais no Brasil das décadas posteriores. Durante a construção desse histórico as discussões voltadas para a educação, fizemos relações com as políticas econômicas e sociais de cada período entre 1930-2002. Com base no histórico, iniciamos a discussão estatística sobre a expansão da educação superior brasileira a contar da reformulação econômica e a partir da atuação dos programas educacionais institucionalizados. Entre eles o, Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o, Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), havendo a expansão do setor a regiões interioranas do país, através do financiamento estatal direcionados para o setor público e privado. Por fim, realizamos uma discussão sobre a expansão da modalidade de ensino em âmbito regional, procurando mencionar os dados que apontam a data de implementação das novas instituições de ensino, o ano de criação dos respectivos cursos e, em abrangência municipal, apontamos os números que indicam a quantidade de matrículas, alunos vinculados, concluintes dos cursos e a quantidade de cursos implementados. O problema que investigamos durante a pesquisa foi, as políticas de expansão do ensino interiorizaram o setor na região, com a justificativa de haver uma formação da educação superior de forma tardia. Logo constatamos que, a maior parte das instituições de ensino e de cursos foram instituídos a datar das transformações socioeconômicas a partir dos anos 2000.

**Palavras Chave:** Educação Superior, Políticas públicas, Contexto sócio-político-econômico, expansão, sudoeste do Paraná.



**PUBLIC POLICIES FOR THE EXPANSION OF HIGHER EDUCATION IN  
BRAZIL BETWEEN 2003-2014: REFLECTIONS IN THE SOUTHWEST  
REGION OF PARANÁ**

**ABSTRACT**

This work aims to conduct a documentary research, analyzing the numbers referring to the higher education national and regional district. In this way, we discuss the data that indicate the date of implementation of higher education institutions, the creation of respective courses, enrollment, tied students and graduates of the respective courses in the period 2003-2014. In order to do this, we have made a history of the formation of Brazilian higher education, the creation of the first institutions of higher education, the modernization of Brazilian post-1968 education and the work of international organizations in the sector, such as IBRD, International Bank for Reconstruction and Development, and the World Bank, attempting to mention the impositions of the Washington consensus that were influential in shaping economic and educational policies in Brazil in the following decades. During the construction of this history the discussions focused on education, we made relations with the economic and social policies of each period between 1930-2002. Based on the historical, we began the statistical discussion about the expansion of Brazilian higher education, based on the economic reformulation and from the institutionalized educational programs. Among them were: the Fund for Student Financing for Higher Education (FIES), the University for All Program (PROUNI) and the Federal University Restructuring and Expansion Program Support Program (REUNI). regions of the country, through state funding directed to the public and private sectors. Finally, we discussed the expansion of the teaching modality at the regional level, seeking to mention the data that indicates the date of implementation of the new educational institutions, the year of creation of the respective courses and, in municipal scope, we point out the numbers that indicate the number of enrollments, bound students, course finishes and the number of courses implemented. The problem that we investigated during the research was, the policies of expansion of education internalized the sector in the region, with the justification of a formation of higher education in a late form. We soon found that most educational institutions and courses were instituted dating to socioeconomic transformations from the 2000s. We also made clear that this research belongs to the research line "Education and Teaching of Geography" and to HEGEO - Group of Research in History and Epistemology of Geography.

Keywords: Higher Education, Public policies, Socio-political-economic context, expansion, south-west of Paraná.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> - Concluintes na graduação presencial e taxa de conclusão (por dependência administrativa) no país entre 1995-2013-----	<b>63</b>
<b>Gráfico 02</b> - Evolução dos cursos EAD na graduação-----	<b>75</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> - População nos Censos Demográficos, segundo os municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba entre (1872-1960)-----	<b>6</b>
<b>Quadro 02</b> - Distribuição percentual do valor da produção industrial por estados, 1907,1920, 1938 e 1958-----	<b>7</b>
<b>Quadro 03</b> - Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1933-1945) -----	<b>15</b>
<b>Quadro 04:</b> - Situação da qualificação do magistério primário no Brasil entre 1940 e 1957-----	<b>21</b>
<b>Quadro 05</b> - Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1945-1960)-----	<b>24</b>
<b>Quadro 06</b> - Linha do Tempo da criação das Universidades Federais-----	<b>25</b>
<b>Quadro. 07</b> - Evolução População Rural, Urbana e Total do Brasil (1960/2010)- -----	<b>31</b>
<b>Quadro 08</b> - Evolução dos cursos de mestrado e doutorado, de 5 em 5 anos, 1960/1985-----	<b>32</b>
<b>Quadro 09</b> - Evolução dos números de matriculas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1960-1980)-----	<b>33</b>
<b>Quadro 10</b> - Complementação da união ao FUNDEF – 1997-2006-----	<b>56</b>
<b>Quadro 11</b> - Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1990-2000)-----	<b>57</b>
<b>Quadro 12</b> - Gastos direto com o FIES-----	<b>64</b>
<b>Quadro 13</b> - Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1990-2010)-----	<b>65</b>
<b>Quadro 14</b> - Valor aluno-ano e complementação da União ao FUNDEF e ao FUNDEB 1997-2009-----	<b>69</b>
<b>Quadro 15</b> - Número de bolsas oferecidas pelo PROUNI entre (2005-2010)----	<b>72</b>
<b>Quadro 16-</b> Estabelecimentos e matriculas do ensino superior privado no Brasil (1985-2010)-----	<b>73</b>
<b>Quadro 17</b> - Evolução do Número de cursos presenciais e á distância (1991-2011)-----	<b>77</b>
<b>Quadro 18</b> - Evolução do número de Universidades públicas Federais e Estaduais-----	<b>80</b>
<b>Quadro 19</b> - Evolução dos números de matriculas em estabelecimentos públicos no ensino superior brasileiro (1933-2010)-----	<b>81</b>
<b>Quadro 20</b> - Matriculas em cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas entre 2001-2010-----	<b>83</b>
<b>Quadro 21</b> - Linha do Tempo da criação das Universidades Federais-----	<b>87</b>

<b>Quadro 22</b> - Cursos de graduação abertos através do IF e CEFET (2000-2011)-	<b>89</b>
<b>Quadro 23</b> - Recursos Orçamentários do Programa de expansão (2005-2012)---	<b>90</b>
<b>Quadro 24</b> - Data de implementação dos cursos de graduação na UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1976-2015)-----	<b>99</b>
<b>Quadro 25</b> - Data de implementação dos cursos de graduação da UTFPR- Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus de Francisco Beltrão entre (2008-2015)-----	<b>101</b>
<b>Quadro 26</b> - Data de implementação dos cursos de graduação na UNIPAR- Universidade Paranaense (2001-2014)-----	<b>103</b>
<b>Quadro 27</b> - Data de implementação dos cursos de graduação na UNISEP-União de ensino do sudoeste do Paraná s/c Ltda campus de Francisco Beltrão entre (2010-2015)-----	<b>105</b>
<b>Quadro 28</b> - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos de graduação no município de Francisco Beltrão (2009-2013)-----	<b>106</b>
<b>Quadro 29</b> - Data de implementação dos cursos de graduação na UTFPR- Universidade Tecnológica Federal do Paraná (1975-2011)-----	<b>108</b>
<b>Quadro 30</b> - Data de implementação dos cursos de graduação na FADEP- Faculdade de Pato Branco (2000-2016)-----	<b>111</b>
<b>Quadro 31</b> - Quantidade de alunos ingressantes, vinculados e concluintes dos cursos de graduação no município de Pato Branco (2009-2013)-----	<b>113</b>
<b>Quadro 32</b> - Data de implementação dos cursos de graduação da UNISEP campus de Dois Vizinhos (2001-2016)-----	<b>114</b>
<b>Quadro 33</b> - Data de implementação dos cursos de graduação na UTFPR- Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus de Dois Vizinhos (2007- 2014)-----	<b>116</b>
<b>Quadro 34</b> - Quantidade de cursos, alunos ingressantes, vinculados e concluintes dos cursos de graduação no município de Dois Vizinhos (2009-2013)-----	<b>119</b>
<b>Quadro 35</b> - Quantidade de cursos, alunos ingressantes, vinculados e concluintes dos cursos de graduação no município de Realeza (2009-2013)-----	<b>123</b>
<b>Quadro 36</b> - Data de implementação dos cursos de graduação no IFPR-Instituto Federal do Paraná campus de Palmas (1969-2009)-----	<b>124</b>
<b>Quadro 37</b> - Quantidade de cursos, alunos ingressantes, vinculados e concluintes dos cursos de graduação no município de Palmas (2009-2013)-----	<b>125</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ANDES** - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
**APEOESP** - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo  
**APP** - Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná  
**ARENA** - Aliança Renovadora Nacional  
**BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
**BIRD** - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
**BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
**CAI 'S** - Complexo Agroindustrial  
**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
**CEFET** - Centro Federal de Educação Tecnológica  
**CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
**CESREAL** - Faculdade de Realeza  
**CESUL** - Centro Sul-americano de Ensino Superior  
**CF DE 34** - Constituição federal de 1934  
**CF DE 48** - Constituição federal de 1948  
**CF de 88** - Constituição Federal de 1988  
**CGT** - Comando Geral dos Trabalhadores  
**CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho  
**CNPQ** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
**CNTE** - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
**CPERS** - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul  
**CREDOC** - Crédito Educativo  
**CUT** - Central Única dos Trabalhadores  
**EAD** - Educação a Distância  
**FACIPAL** - Faculdades Integradas Católicas de Palmas  
**FADEP** - Faculdade de Pato Branco  
**FHC** - Fernando Henrique Cardoso  
**FIES** - Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior  
**FMI** - Fundo Monetário Internacional  
**FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
**FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
**FUNDEF** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério  
**IES** - Instituições de ensino superior  
**IF** - Instituto Federal  
**IFET** - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia  
**IFPR** - Instituto Federal do Paraná  
**INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
**JK** - Juscelino Kubistchek  
**LDB/1961** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
**LDB/96** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
**MAPA** - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento  
**MARE** - Ministério da Administração e Reforma do Estado  
**MDB** - Movimento Democrático Brasileiro  
**MEC** - Ministério da Educação

**MERCOSUL** - Mercado Comum do Sul  
**MST** - Movimento dos Sem Terra  
**MTST** - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
**PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento  
**PCB** - Partido Comunista Brasileiro  
**PCdoB** - Partido Comunista do Brasil  
**PDT** - Partido Democrático Trabalhista  
**PFL** - Partido da Frente Liberal  
**PIB** - Produto Interno Bruto  
**PIBIC** - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
**PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
**PND** - Plano Nacional de Desenvolvimento  
**PNE** - Plano Nacional de Educação  
**PRN** - Partido da Reconstrução Nacional  
**PROUNI** - Programa Universidade para Todos  
**PSB** - Partido Socialista Brasileiro  
**PSD** - Partido Social Democrático  
**PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira  
**PT** - Partido dos Trabalhadores  
**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro  
**REUNI** - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
**SELIC** - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia  
**SINTE-SC** - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina  
**SISU** - Sistema de Seleção Unificada  
**SNCR** - Sistema Nacional de Cadastro Rural  
**SNCR** - Sistema Nacional de Crédito Rural  
**UAB** - Universidade Aberta do Brasil  
**UFFS** - Universidade Federal da Fronteira Sul  
**UNE** - União Nacional dos Estudantes  
**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
**UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
**UNILA** - Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
**UNIOESTE** - Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
**UNIPAR** - Universidade Paranaense  
**UNISEP** - União de Ensino do Sudoeste do Paraná s/c Ltda  
**USP** - Universidade de São Paulo  
**UTFPR** - Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
**VLT** - Veículo Leve sobre Trilhos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> -----	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1: PROCESSO DE MUDANÇAS NA POLÍTICA NA ECONOMIA E A FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (1930-1980)</b> -----	<b>3</b>
1.1 A formação histórica do Brasil e as iniciais medidas do governo referente à Educação-----	<b>4</b>
1.2 As mudanças institucionais, políticas e econômicas a partir da Revolução de 1930-----	<b>5</b>
1.3 A implementação da CLT e do Ensino Superior brasileiro-----	<b>11</b>
1.4 A era Dutra (1945-1950) e a Nova Era Vargas (1950-1955)-----	<b>17</b>
1.5 A era Juscelino Kubitschek-----	<b>22</b>
1.6 O governo Jânio Quadros e João Goulart (1960-1964)-----	<b>25</b>
1.7 As reformas Educacionais no Período Militar (1964-1980)-----	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO 2: A REDEMOCRATIZAÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR (1980-2000)</b> -----	<b>36</b>
2.1 Contextualização Histórica (1980-1990)-----	<b>38</b>
2.2 Período Collor e Itamar Franco-----	<b>44</b>
2.3 O Governo Fernando Henrique Cardoso e a Implementação da LDB 9394/96---	<b>50</b>
<b>CAPÍTULO 3: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (2003-2014)</b> -----	<b>59</b>
3.1 A expansão do Ensino Superior privado através da atuação do Fies (2001-2003): a criação no governo FHC e a continuidade na era Lula-----	<b>61</b>
3.2 A era Lula e as reformas voltadas para o Ensino Superior-----	<b>67</b>
3.2.2 O Prouni-----	<b>71</b>
3.2.2 A educação à Distância-----	<b>74</b>
3.2.3 O Reuni-----	<b>79</b>
3.3 O Primeiro governo Dilma (2011-2014)-----	<b>86</b>
3.3.1 O Ifet e o Sisu-----	<b>89</b>
<b>CAPÍTULO 4: REFLEXOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NO SUDOESTE DO PARANÁ (2003-2014): os casos de Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Realeza e Palmas</b> -----	<b>94</b>
4.1 O Sudoeste do Paraná-----	<b>95</b>
4.2 Francisco Beltrão-----	<b>99</b>
4.3 Pato Branco-----	<b>108</b>
4.4 Dois Vizinhos-----	<b>114</b>
4.5 Realeza-----	<b>121</b>

4.6 Palmas-----	<b>124</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	<b>127</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> -----	<b>131</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve por objetivo realizar uma pesquisa documental referente às “Políticas públicas para a expansão do ensino superior no Brasil entre 2003-2014: Reflexos na região sudoeste do Paraná”.

Em primeiro lugar foi realizada a discussão dos dados sobre a expansão do ensino superior em nível nacional. Após isso, debateremos os números referentes à expansão da modalidade educacional em nível regional nas categorias estaduais, federais e particulares, conversando com as políticas públicas criadas e fazendo uma abordagem da conjuntura brasileira no processo.

Dessa forma fizemos um histórico que menciona aspectos econômicos e políticos, relacionando com aspectos de formação do ensino superior, amparados na conjuntura política. Para isso discutimos sobre a revolução de 1930, enfatizando as mudanças nos rumos da economia brasileira, a formação da educação superior com a implementação das primeiras instituições entre elas a USP Universidade de São Paulo (1934).

Em seguida falamos sobre os governos posteriores, fazendo relação com os aspectos educacionais dos períodos Juscelino Kubitschek (1956-1960), João Goulart (1960-1964) e o período militar (1964-1985).

No segundo capítulo, demos continuidade à base histórica, discorrendo sobre os governos que constituíram o período (1980-2002), José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, apontando as principais mudanças econômicas e políticas, no período mencionado. Trataremos de falar sobre as mudanças no ensino superior do período abordado, da mesma forma que no capítulo anterior.

Posteriormente iniciamos a análise documental da pesquisa, por meio da analisar a expansão da educação superior brasileira, discutindo as mudanças econômicas e institucionais a partir dos governos Lula e Dilma Rousseff (2003-2014) a implementação de políticas sociais com o intuito de promover o desenvolvimento social e econômico do país. Relacionando com a conjuntura política mais ampla, mencionamos os dados de expansão do número de instituições, matrículas, concluintes, e investimentos no ensino superior brasileiro. Isso ocorreu mediante a discussão sobre a viabilização de recursos pelas políticas públicas implementadas, FIES, Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, PROUNI, Programa Universidade para Todos, e os REUNI, Programa



de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, relacionando-os com o processo histórico de mercantilização na modalidade de ensino.

No quarto e último capítulo, realizamos a análise dos dados referentes à expansão do ensino superior na região sudoeste do Paraná entre 2003-2014, mencionando o número de universidades criadas, o ano de criação dessas instituições, os cursos abertos, as políticas envolvidas, a evolução do número de matrículas e de concluintes a partir do período de expansão, relacionando-os, quando possível, ao que foi discutido anteriormente.

Durante a realização desta pesquisa discutimos a formação política e econômica de cada período histórico, mencionando posteriormente as transformações educacionais no ensino superior em cada governo discutido. Esse processo foi efetuado em todo o trabalho. Durante o terceiro e quarto capítulo desta dissertação vimos a discussão dos números, que indicam a expansão de matrículas, quantidade de instituições, quantidade de vínculos, concluintes dos cursos e investimentos federais no setor, nas esferas nacional e regional considerando a mesoregião sudoeste do Paraná. Para discutir esses números fizemos uma descrição estatística subsequente a cada quadro e gráfico, citando autores que discutem a temática e posteriormente analisamos os dados considerando a base material para a realidade dada nas informações estatísticas.

A metodologia da pesquisa se classifica como qualitativa, que realizamos uma análise documental na perspectiva histórico-crítica, utilizando um referencial teórico para embasar a discussão dos dados referente a base material para a educação, desenvolvimento econômico e formação econômica brasileira. Buscamos os números para a discussão estatística no banco de dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos) no tocante a quantidade de alunos matriculados, ingressantes e concluintes dos cursos de graduação por município entre 2009-2013 além dos dados do portal do MEC (Ministério da Educação) relativo a data de criação das instituições de ensino, e dos cursos entre o período da reforma de 1968 até os dias atuais.

Optei em desenvolver a temática por haver uma formação e expansão recente do ensino superior na região, constituindo-se no decurso das transformações na política econômica e estando esse nível educacional diretamente envolvido no processo de transição política, ocorrendo uma mobilidade geográfica a contar das mudanças no setor, que pessoas de baixa renda diregiram-se aos principais centros da região para cursar o ensino superior. No âmbito o setor de transportes cresceu de forma excepcional em torno

da locomoção de alunos das pequenas cidades para as instituições de ensino. Nesta conjuntura as cidades que implementaram as novas universidades envolveu uma dinâmica econômica em torno das universidades, a partir da atuação imobiliária e do consumo dos alunos no setor de serviços dos respectivos centros urbanos.

## **CAPÍTULO I: PROCESSO DE MUDANÇAS NA POLÍTICA, NA ECONOMIA E A FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (1930-1980)**

Este capítulo tem por objetivo realizar uma análise histórica referente à formação da Educação Superior Brasileira, que se deu a partir da década de 1930, discutindo a expansão das matrículas e as principais reformas voltadas para esse nível de ensino. Para isso, serão realizados alguns apontamentos voltados para os fatores políticos, econômicos e sociais, contextualizando com as transformações de formação e expansão do ensino superior de cada período governamental.

A estrutura deste capítulo será dividida por etapas cronológicas. No primeiro passo, discutiremos os conteúdos históricos, abordando o período 1889-1930. Dessa forma, se realizará algumas explicações referente a algumas mudanças sociais. Nesses moldes, sairemos de um contexto de escravidão, para a instauração da CLT, (Consolidação das leis trabalhistas), e da implantação das primeiras indústrias urbanas.

Nesse contexto, iremos debater sobre alguns processos políticos posteriores, como o período da Revolução de 1930, o Governo Eurico Dutra (1945-1950), a nova Era Vargas (1950-1954), a Era JK (1955-1960), o mandato de Jânio Quadros e de João Goulart (1960-1964), em que, pretendemos discutir sobre o período do nacional-desenvolvimentismo, vinculando a conjuntura com as mudanças no ensino superior. Por fim, será debatido sobre o período 1964-1980, ressaltando alguns pontos do período militar, como as mudanças no regime político, e as reformas da educação.

Nesse processo, de resgate histórico, discutiremos sobre a formação, expansão e interiorização urbana no Brasil a partir da industrialização das grandes cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Assim, grandes siderúrgicas metalúrgicas e indústrias foram implementadas nas maiores áreas de concentrações populacionais.

Realizando uma discussão amparada nos contextos, debateremos sobre as primeiras reformas importantes voltadas para a Educação Superior no Brasil, como a implementação das primeiras IES (públicas) brasileiras, a implementação da educação dualista do governo Vargas, e a reforma de Francisco Campos. Abordaremos uma breve descrição em torno da evolução das matrículas de Ensino Superior, entre 1930-1980. Também será discutido sobre a reforma Capanema, a implantação do sistema dual na educação, as reformas do governo João Goulart, com a implantação da primeira LDB em

1961, as reformas do Ensino Superior em 1968, e a implementação da educação à distância no período militar.

Dessa forma, mostraremos os resultados de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo em fazer o levantamento de dados secundários, referente a investimentos, matrículas, vagas ociosas, concluintes, em instituições na maioria delas privadas, no processo de formação e expansão universitária. Notamos que esse processo, se intensificou a partir das privatizações da década de 1990, porém se inicia a partir das mudanças proporcionadas pela reforma de 1968.

## 1.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL E AS INICIAIS MEDIDAS DO GOVERNO REFERENTE À EDUCAÇÃO

O processo de formação do Ensino Básico Superior e dos cursos de Licenciaturas se deu conjuntamente à formação histórica do país, em que consideramos fatores, políticos, econômicos, territoriais, agrários e urbanos. Assim, percebemos que houve a implementação das primeiras IES (Instituições de Ensino Superior) durante a formação de algumas vilas como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba, que expandiram seus respectivos territórios populacionais, transformando-se em cidades e em municípios.

Em virtude da formação territorial e espacial das atividades econômicas, iniciou-se também a criação e a implementação da educação brasileira mediante a formação de redes. O ensino básico, começou a se expandir nas cidades anteriormente citadas. Assim, a formação territorial e urbana foi se interiorizando no país, e o processo educacional adentrou nos limites espaciais brasileiros.

Podemos assim, dizer que no século XIX iniciou a formação do ensino brasileiro, pelo qual, tivemos a primeira lei constituída voltada para o acesso à educação, a fim de cumprir a constitucionalidade da gratuidade do ensino. Para isso, o Governo Brasileiro do período implementou a Lei de 15 de outubro de 1827<sup>1</sup>, que regimentou as regras para a implementação das primeiras escolas. Desta maneira,

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.

---

<sup>1</sup> Primeira forma de descentralização do ensino.

Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com a audiência das respectivas câmaras, enquanto não tiverem exercido os Conselhos gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem, em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta à Assembleia Geral para final resolução.

Art. 3º Os Presidentes, em Conselho, taxarão inteiramente os ordenados dos Professores, regulando-os de 2.004.000 a 500.000 anuais: com atenção às circunstâncias da população, e carestia dos lugares, e o farão presente á Assembleia Geral para a aprovação.(BRASIL, 1827, p.01)

A partir da formação de novas vilas, cidades e da implementação do Ensino Básico no país, se constituiu um cenário favorável ao início da discussão em torno dos movimentos populares, pela expansão dos serviços públicos, pela formação do Ensino Superior, e pela interiorização do Ensino Básico. Ainda no início do Século XX. (CANO, 2012)

Nessa perspectiva de expansão do Ensino, e de mudança nas atividades políticas e econômicas, a partir da década de 1920, ocorreram várias mobilizações e campanhas pela construção de uma nova sociedade. Dessa forma, constituiu-se uma greve geral, que deteve grandes indústrias e fábricas do período, impulsionando um movimento que resultou na revolução de 1930. (CANO, 2012)

Na conjuntura do período estudado consolidaram-se mudanças nas políticas econômicas nacionais, e também, mudou o rumo do que hoje se denomina de políticas sociais afirmativas<sup>2</sup> voltadas para à educação, saúde, infraestrutura e urbanismo, iniciando também, a implementação das primeiras universidades no Brasil, a partir da criação da Constituição Federal de 1934.

Dessa forma, os processos políticos e históricos do período, são fundamentais para a compreensão da formação dos aspectos educacionais, um dos focos desta pesquisa.

## 1.2 AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS A PARTIR DA REVOLUÇÃO DE 1930

---

<sup>2</sup> O termo “políticas sociais afirmativas”, passa a ser utilizado a datar do processo de redemocratização da República na década de 1980 e da criação da Constituição Federal de 1988.

Na Revolução de 1930<sup>3</sup>, assumiu a Presidência do Brasil o gaúcho e agropecuarista Getúlio Dornelles Vargas, que implementa, a partir de então, uma política econômica regulada pelo nacionalismo e protecionismo de mercado (ALBUQUERQUE, 2015). Medidas governamentais, como a implementação de empresas públicas brasileiras, investimentos nas indústrias nacionais, infraestrutura, educação e saúde pública foram adotadas a partir desse período.

A ruptura de 1930 e a desestabilização das relações campo-cidade deram origem a um período de mais de 50 anos em que o Brasil se industrializou a passos largos ao lado da intensificação da urbanização. Vivíamos a macrocefalia urbana resultante de uma forte concentração da industrialização em São Paulo e proximidades. (MATOS, 2012, p.13)

Observando as transformações políticas e institucionais, o país se desenvolveu no meio da expansão dos limites regionais e territoriais, a partir dos principais centros urbanos que concentravam anterior ao período da revolução, boa parte das mudanças desenvolvimentistas do país, neste processo inicia-se a expansão econômica do território nacional. (ALBUQUERQUE, 2015)

Conforme observamos no quadro abaixo, os dados referentes aos números populacionais das principais cidades brasileiras entre 1872-1960:

**Quadro 01 - População nos Censos Demográficos, segundo os municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba entre (1872-1960):**

Capital	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960
<b>Belo Horizonte</b>	...	...	13.472	55.563	211.377	352.724	693.328
<b>Rio de Janeiro</b>	274.972	522.651	811.443	1.157.873	1.764.141	2.377.451	3.307.163
<b>São Paulo</b>	31.385	64.934	239.820	579.033	1.326.261	2.198.096	3.825.351
<b>Curitiba</b>	12.651	24.553	49.755	78.986	140.656	180.575	361.309

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960. Org: NUNES, H, F, P, 2018.

<sup>3</sup> Desta forma, durante anos de crise econômica em que o café era a principal atividade econômica do país, o grupo político constituído por Getúlio Vargas realiza uma nova revolução no país. “Há setenta anos, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, começou lentamente a tomar corpo no Brasil um movimento, conhecido como nacional-desenvolvimentismo, que tinha como objetivo tornar a economia nacional em algo mais sofisticada do que uma simples fornecedora de produtos primários para o mercado internacional. Libertar o país da dependência da agricultura e torná-lo uma nação industrializada não seria uma tarefa fácil, nem rápida, mas até certo ponto, tal pretensão foi alcançada. O período desenvolvimentista costuma ser dividido em i) industrialização restringida (1933 – 1955) e ii) industrialização pesada (1955 – 1980). Durante a industrialização restringida o capital estrangeiro foi pouco relevante, atuando em ramos menos dinâmicos, e compreendeu todo o período Vargas – incluindo o interregno Dutra. A industrialização pesada, que tem início no governo Juscelino Kubitschek – JK, por outro lado, utilizou de forma decidida o capital externo. (ALBUQUERQUE, 2015, p.02)

Ao observar os números percebe-se que, a partir do século XIX inicia a expansão urbana e populacional brasileira, em que cidades como Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, apresentaram crescimentos populacionais significativos e expansivos. Porém, observamos que o Rio de Janeiro, capital federativa da época, demonstrou um crescimento populacional mais significativo do que as demais cidades mencionadas até os anos 1920. No contexto, a região Sudeste destacou-se no domínio político-econômico, a partir das atividades industriais dos principais centros da região.

A região São Paulo-Rio é claramente o caso mais importante, e para a formação nela do mercado interno sobressai a economia do café. Examinemos com vagar o processo, pois nele identificaremos certas interrelações entre o desenvolvimento econômico, e mudanças da economia e sociedade rurais, que mais tarde voltaremos a encontrar em nossa análise. (LOPES, 2008, p.13)

Percebemos que a partir da revolução de 1930, todas as cidades mencionadas nos dados acima, obtiveram crescimento populacional elevado, porém São Paulo apresentou uma elevação populacional maior do que as demais cidades citadas, principalmente pelo motivo da cidade ter se tornado o centro de relações econômicas nacionais.

Nos períodos de aceleração da industrialização, o processo de constituição do mercado nacional intensifica-se e beneficia-se a região industrial hegemônica, caracterizando-se por ser um processo de substituição de importações. (LOPES, 2008, p. 21)

Durante o processo de industrialização nacional se desenvolve de forma concentrada, do mesmo jeito que ocorreu com a formação das cidades, havendo um maior desempenho na região sudeste, conforme averiguamos o crescimento industrial brasileiro nos números a seguir:

**Quadro 02 Distribuição percentual do valor da produção industrial por estados, 1907, 1920, 1938 e 1958:**

<b>Estado</b>	<b>1907 (%)</b>	<b>1920 (%)</b>	<b>1938 (%)</b>	<b>1958 (%)</b>
<b>São Paulo</b>	16.5	31.5	43.2	55.0
<b>Rio de Janeiro</b>	6.7	7.4	5.0	6.6
<b>Paraná</b>	4.9	3.2	1.8	3.1
<b>Minas Gerais</b>	4.8	5.5	11.3	5.6

(\*) JOBIM, 1943, P.96, e produção industrial brasileira, 1958. Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Esmiuçando os dados certificamos que, o crescimento industrial de São Paulo se apresentou proporcionalmente maior, do que as demais cidades mencionadas, chegando a quase 60% da expansão industrial-urbana total. Nesse contexto, notamos que no Rio de Janeiro, Curitiba, e Belo Horizonte também apresentaram crescimentos significativos, porém bem abaixo do crescimento de São Paulo. Na década de 1890 a 1900, a indústria surge em muitas localidades do país, desfrutando em cada qual de um mercado regional, provocando um rápido crescimento da população urbana em algumas regiões, de operariado, população empregada em serviços, etc. (LOPES, 2008)

Nesse momento<sup>4</sup>, o país iniciou um processo de implantação da industrialização brasileira, em torno dos espaços urbanos, implementando uma medida de governo chamada, “Marcha para o Oeste”. Através dela, a população das proximidades do litoral brasileiro, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, região litorânea, passou-se a realizar a ocupação dos espaços interiores do país para instituir novas cidades, e conseqüentemente, novos polos industriais.

Na perspectiva, o modelo econômico, pautado na exportação de café e de açúcar, adotado pelo grupo político da República Velha teve que ser reformulado. Assim, o Brasil apresentou como o principal setor econômico no período anterior a 1930, o café, que foi produzido no sudeste brasileiro, e exportado para a Europa e para os Estados Unidos. Nesses moldes, o setor econômico do café foi mantido, mas deixou de ser a principal atividade econômica nacional.

Com isso, o governo federal aplicou maiores recursos nos setores urbanos, por entre a expansão industrial e comercial do Brasil, que ocorreram a partir do século XX, com a segunda revolução industrial que aconteceu no mundo.

Foram os avanços da segunda revolução industrial e tecnológica, durante o último quartel do século 19 – que possibilitaram a difusão da produção, a partir da energia elétrica, do motor a combustão, do

---

<sup>4</sup>Assim: “Desde a Grande Depressão de 1929 e a conseqüente da cafeicultura, a Revolução de 1930 trouxe um inédito período em que o Estado esteve sob o comando de uma nova elite que submeteu o país a uma série de mudanças que alteraram profundamente a base econômica e social do velho Brasil rural. As transformações fizeram acelerar o processo de substituição de importações; aumentar imensamente os efetivos de força de trabalho com base no operariado; centralizar fortemente o Estado sob as rédeas de Getúlio Vargas (sobretudo a partir de 1934); quebrar as tarifas aduaneiras existentes na circulação de mercadorias entre os estados da federação; expandir a rede rodoferroviária, notadamente em São Paulo; unificar o mercado interno; estabelecer o salário mínimo nacional e modernizar o capitalismo. O Estado brasileiro apostava em estímulos capazes de criar uma burguesia nacional, acompanhada de um vasto operariado. Apostava em um tipo de capitalismo fortemente regulado e administrado pela tecno burocracia estatal, a despeito da existência de uma economia de mercado nacional canhestra, entravada e improdutiva que vinha procurando se afirmar desde o século XIX”(MATOS, 2012, p.13)



automóvel, do avião entre outras mercadorias.”(POCHMANN, 2011, p.34)

Tais mudanças constituíram um modelo de infraestrutura, que até então não existia nos limites do território nacional, como a substituições de importações, a expansão urbana a partir da industrialização, entre outras mudanças. No decorrer desse processo, o mercado interno produziu alguns produtos dispensando as importações, aumentando a força de trabalho e produtiva do mercado nacional, concentrando efetivamente o poder do Estado e reduzindo as tarifas externas, principalmente em São Paulo.

Embora a origem da indústria brasileira remonte às últimas décadas do século XIX, tendo continuidade ao longo da República Velha, foi na década de 1930 que o crescimento industrial ganhou impulso e passou por certa diversificação, iniciando efetivamente o Processo de Substituição de Importações PSI.(FONSECA, 2003, p.02)

Afirma-se nesse momento, um programa de governo em que, o controle estatal é capaz de criar estímulos com o intuito de manter o poder nacionalista, acompanhado da classe trabalhadora, um sistema econômico fortemente regulado e administrado pela esfera pública. Na perspectiva de mudanças, a industrialização brasileira proporcionou a construção de uma infraestrutura em vários setores do mercado nacional, como o mercado de bens de capital e material conforme as fábricas, máquinas, ferramentas, equipamentos, e diversas construções. Isso inclui a construção das primeiras estradas brasileiras, e de uma infraestrutura voltada para os setores da energia elétrica.

Nessa ocasião, inviabilizou-se a vida da população brasileira que residia em fazendas da região norte do Brasil, iniciando uma transição populacional da região do norte do país, para os maiores centros urbanos do sudeste brasileiro como, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Essa transição populacional foi proporcionada, em boa parte, por infraestruturas e indústrias do eixo Rio-São Paulo.

Apesar das políticas de industrialização por substituição de importações aplicada a partir de 1930, período do pós-guerra, a demanda de importações da economia brasileira se agrava. Para Singer (1984) este fenômeno se explica em função da necessidade de importação, ou de tecnologia ou de matérias-primas, para modernização da indústria brasileira e pela inserção de milhões de brasileiros nos padrões de consumo moderno. Com relação às exportações, verifica-se a pouca demanda por produtos brasileiros no mercado mundial, fruto do baixo número de artigos ofertados. “Impunha-se desta maneira a substituição de importações como condição básica para a continuidade do processo de industrialização”. (SILVA, VIANNA, 2009, p.144, 145)

Apesar dos avanços nas reformas econômicas, o modelo registrou alguns empecilhos administrativos, como a queda na demanda por importações, a partir da substituição dos produtos consumidos que antes eram importados. Dessa forma, a matéria-prima para a inserção de tecnologias mais avançadas, e para a inclusão dos brasileiros aos produtos do consumo interno, a demanda ainda era pequena, para um planejamento de exportações voltados para o mercado mundial.

No processo a contar das mudanças econômicas ocorridas na década de 1930, houve a criação de novos municípios ocorrendo a interiorização econômica brasileira, e expandindo os limites espaciais do país, a partir da expansão sócioespacial urbana. A Constituinte de 1934 retratou sentimentos nacionalistas e estatizantes: tem início a mais notável intervenção do Estado na economia, com a adoção de diretrizes para regular a exploração de recursos naturais e prover serviços coletivos.(ROMANELLI, 1978)

A partir do crescimento urbano brasileiro houve o processo de concentração populacional nos grandes centros, constituindo a demanda para alfabetizar a população para atuar nas indústrias estabelecidas, formulando-se pelo estado, medidas voltada para a expansão das escolas em território nacional.

As exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do estado como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas nas relações de produção e sobretudo a concentração cada vez mais ampla da população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação de trabalho a um máximo de pessoas.(ROMANELLI, 1978, p. 59)

Observando as transformações ocasionadas em âmbito nacional (política e econômica), tivemos mudanças na elaboração das políticas educacionais direcionadas para o desenvolvimento industrial, com o intuito de escolarizar a população que migrou para os principais centros urbanos, (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba). A população que ingressou para essas cidades vieram uma parte da região norte brasileira, e outro grande contingente populacional imigrante da Europa. No contexto houve a formação de um novo modelo de sociedade “urbano-industrial”, constituindo reformas educacionais pós 1930 com a meta de formar a nova população urbana, para trabalhar nesse novo pólo industrial que passou a ser constituído no país.

A partir dessas mudanças, o governo brasileiro promoveu políticas, direcionadas para as leis e regras de contratação de mão de obra dos trabalhadores. Dessa forma

implementou-se os direitos trabalhistas, proporcionando um período de crescimento econômico a partir da reformulação contratual do proletariado.

### 1.3 A IMPLEMENTAÇÃO DA CLT E DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Com base nesse histórico, inicia-se a implementação da educação superior e das leis trabalhistas, sucedendo uma longa trajetória em torno do setor, a partir das greves da década de 1920 e da discussão política gerada por meio dos poderes nacionais e regionais. Essa trajetória histórica do trabalho é fundamental para materializar a pesquisa, tendo como intuito discutir a expansão e a interiorização universitária brasileira. Nesse contexto:

Foram muitas as iniciativas tomadas por Getúlio Vargas durante o governo provisório (1930-1934) no terreno da educação. Em 14 de novembro de 1930, criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública, nomeando como seu titular o jurista Francisco Campos. Normalmente, os historiadores dividem o período que Vargas esteve à frente do governo federal em duas fases: 1930-1937, que corresponde ao que se convencionou chamar de 2ª República; e 1937-1945, conhecida como 3ª República.(FILHO, 2005, p.02)

O Ministério do Trabalho, inicialmente constituído por Lindolfo Collor e sua equipe, ficou encarregado de elaborar uma proposta de reforma trabalhista, que atendessem os movimentos sociais da década de 1920. Dessa forma, foi instituída a CLT, (Consolidação das Leis do Trabalho). Assim:

A política de Vargas foi centrada na prerrogativa de organizar as relações entre capital e trabalho. O primeiro ato foi a criação em 1930 do Ministério do Trabalho que visava a harmonia das relações entre empregadores e empregados substituindo a idéia de luta de classe pela de conciliação. Foi criado um sistema corporativo por meio da legislação de sindicalização a fim de atender a demanda imposta pelos trabalhadores do polo urbano industrial e pela nova ordem produtiva. Todo o aparato legal destinado ao trabalhador urbano foi respaldado na Constituição de 1934 definindo o campo dos direitos que passaram a ser assegurados ao povo brasileiro, destacando a legislação trabalhista, a regulamentação do trabalho feminino e dos menores no âmbito industrial, o salário mínimo, o repouso remunerado, a fixação da jornada de trabalho de oito horas, férias anuais remuneradas, regulamentação especial para o trabalho agrícola, amparo aos desvalidos, amparo à maternidade e à infância, direito à educação primária integral e gratuita.(SOUZA, 2005, p.01)

Através da institucionalização da CF de 34, o governo brasileiro implementou as novas legislações para o funcionamento da sociedade civil, estabelecendo regras para a expansão industrial e comercial. Essas regras foram voltadas para o empregado e para o empregador, em que, a partir de então, passou a se regulamentar também o trabalho feminino, abrindo a oportunidade de trabalho voltado para a mulher no setor industrial.

A partir dessas novas regras no âmbito do trabalho proletariado, o setor empresarial passou a cumprir o pagamento do salário mínimo, o descanso recompensado, a definição da jornada de trabalho de oito horas diárias, férias anuais remuneradas, uma regulamentação especial para o trabalho agrícola, amparo às pessoas com dificuldade física ou com algum problema de saúde, e o amparo remunerado à maternidade e à infância. Dessa forma, as reformas educacionais implementadas a partir de 1934, deram novos rumos para a educação, principalmente referente ao ensino secundário.

Nos termos do decreto 19.851, o ensino secundário é organizado em dois segmentos. O primeiro deles, com a duração de cinco anos corresponde ao ensino ginasial, ao qual se segue o curso complementar com a duração de dois anos, com caráter de especialização, subdividido em três segmentos: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico. (FILHO, 2005, p.03)

Com a atuação do Decreto nº 19.851/1931, foram realizadas mudanças profundas no campo educacional, em que para a implementação da educação superior, o governo brasileiro teve, primeiramente, que estruturar a educação básica, instituindo um modelo de nível educacional semelhante ao ensino fundamental.

No contexto de mudanças, houve um desordenamento entre a política de desenvolvimento industrial, e a reforma proposta pelo Ministro da Educação e Saúde pública (Francisco Campos), não instituindo uma reforma educacional em âmbito nacional, atuando apenas mediante aos sistemas estaduais ou distritais, estando isolado de uma política educacional mais ampla.(ROMANELLI, 1978)

Essas Reformas educacionais do período Vargas, além de reorganizarem o ensino secundário, criaram também o ensino superior organizando em um regimento universitário, que atenderia um contingente populacional brasileiro.

Nesse contexto, vemos que a reforma de Francisco Campos, contemplou o ensino médio (ensino secundário), dando uma especialidade comercial para a modalidade de ensino, que teve a finalidade de formar os estudantes para o trabalho.

Várias reformas educacionais, tanto da União quanto dos Estados permeiam a década de 1930. A ação do recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, se fez sentir com a Reforma Francisco Campos, Ministro (1930-1934) do recém criado Ministério da Educação que, em 1931, estruturou e centralizou para a administração federal os cursos superiores, adotando o regime universitário; organizou o ensino secundário, dividindo-o em dois ciclos: um fundamental, de 5 anos e outro complementar, de dois anos para determinadas carreiras, ambos obrigatórios para o ingresso no ensino superior; e criou o ensino comercial (ensino médio profissionalizante). O ensino primário ou elementar e o ensino normal não foram contemplados nessa legislação por serem de competência dos Estados.(ANDREOTTI, 2006, p.106, 107)

A partir da instituição da CF de 34, o presidente Getúlio Vargas, é reeleito pela Constituinte, em que, nomeia no dia 26 de julho de 1934, Gustavo Capanema Filho, para a pasta da Educação e Saúde pública, e realiza algumas mudanças no âmbito educacional. como as políticas públicas educacionais voltadas para a elite, e as medidas voltadas para a classe operária brasileira. Dessa forma, implementou, junto com o governo brasileiro, o ensino técnico.

A estruturação definitiva dos cursos técnicos profissionalizantes, destinados às camadas populares, é mérito indiscutível da reforma educacional empreendida pelo Ministro Gustavo Capanema, como, aliás, vimos estava estabelecido pela Carta Constitucional outorgada por Getúlio Vargas, em 1937. O ginásio e colégio secundários às “elites condutoras”; o ensino técnico-profissionalizante, “às massas a serem conduzidas”. Tudo certinho, só faltou combinar com o povo que continuou sem escola na sua grande maioria, e os que conseguiam furar o bloqueio do exame de admissão ao ginásio, evidentemente, preferiam o curso secundário, pois apenas esse dava acesso ao curso superior. Este aspecto da legislação educacional dos “tempos Capanema” é, aliás, altamente discriminatório em relação às camadas populares e consagrava o já conhecido “dualismo” do sistema educacional brasileiro, muito bem caracterizado por Anísio Teixeira na feliz expressão: “de um lado a escola para os nossos filhos, de outro, a escola para os filhos dos outros”.(FILHO, 2005, p.13)

Havendo a necessidade da criação de cursos profissionalizantes, Gustavo Capanema como Ministro de Educação e Saúde Pública, implementa os primeiros cursos técnicos, no decorrer do ensino secundário que era voltado para as classes dirigentes, e os cursos técnicos foram criados para o proletariado. Porém, a única modalidade de ensino que dava acesso as IES, (Instituições de Ensino Superior), era o secundário. Esse sistema educacional, implementado passou a ser discriminatório e assim nasce o ensino superior dualista.

Também houve a partir dessas reformas, a implementação do ensino superior enquanto Universidade, havendo para a isso a discussão em torno das mudanças na estrutura dessa modalidade de ensino. No contexto ocorreu a organização dos cursos nas instituições de ensino criadas.

A universidade moderna deveria ser organizada: "a) de maneira que se integrem num sistema único, mas sob direção autônoma, as faculdades profissionais (medicina, engenharia, direito), institutos técnicos especializados (farmácia, odontologia), e instituições de altos estudos (faculdades de filosofia e letras, de ciências matemáticas, físicas naturais, de ciências econômicas e sociais, de educação, etc), b) e de maneira que, sem perder o seu caráter de universalidade, se possa desenvolver, como uma instituição orgânica e viva, posta pelo seu espírito científico, pelo nível dos estudos, pela natureza e eficácia de sua ação, a serviço da formação e desenvolvimento da cultura nacional.(SAMPAIO, 1991, p.09).

Essas discussões, pautam-se principalmente na implementação de políticas de investimentos voltadas para a criação de projetos de pesquisa científica e extensão no meio universitário brasileiro, que até então não existia. Eram cursos, de direito, medicina e engenharia, mais conhecidas como escolas de ensino superior, nas quais não era constituída a pesquisas no meio acadêmico.

Dessa forma, a partir da implementação da CF de 34, tivemos a criação das primeiras IES, por meio do qual, ocorreu a chegada da Geografia no Brasil, com a criação da USP, (Universidade de São Paulo), com o Decreto nº 39 de 3 de setembro de 1934. Podemos dizer que, nesse período, a cidade de São Paulo já podia ser considerada um grande centro de relações comerciais e industriais, deixando de ser apenas um grande produtor de café, e partindo para um conjunto de indústrias urbanas na cidade. (ALBUQUERQUE, 2015)

A datar da institucionalização da USP, várias instituições dessa modalidade de educação foram implementadas. Com o início da expansão dessas instituições de ensino, tivemos evoluções históricas de matrículas voltadas para o setor.

Nesse contexto de expansão infraestrutural e urbana, em que já havia sido implementadas universidades brasileiras importantes, ainda existiam as escolas de ensino superior que se constituíram no período anterior a 1930. No contexto iniciou um projeto de desenvolvimento das universidades no Brasil, havendo evoluções estatísticas referente aos alunos matriculados nas IES brasileiras.

Em 1920 já havia sido criada a Universidade do Brasil, e a iniciativa anterior ocorrera no Paraná. Mas em ambos os casos tratava-se de reunir formalmente as escolas tradicionais já existentes. A nova proposta era diferente. Buscava-se de criar um centro de elaboração, ensino e difusão da ciência.(SAMPAIO, 1991, p. 09)

No quadro abaixo, podemos analisar os dados referentes às matrículas das IES públicas e privadas, fazendo um comparativo entre o percentual de cada modalidade, entre 1933-1945.

**Quadro 03: Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1933-1945)**

	<b>Público</b>		<b>Privado</b>		<b>Total</b>
Ano	Número	%	Número	%	Número
1933	18.986	56.3	14.737	43.7	33.723
1945	21.307	51.6	19.968	48.4	41.275

**Fonte:** Elaborado com base nos dados do INEP (2010). Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Conforme notamos nos dados, a partir de 1933 o Ensino superior registrou avanços nos números de matrículas das instituições públicas e privadas. Em 1933, ocorreram 18.986 matrículas, nessa modalidade de educação no setor público, e em apenas 12 anos esse número subiu para 21.307, um aumento de 12.22%.

O acréscimo foi ainda maior no setor privado, em 1933, o número de matrículas das IES privadas foi de 14.737, subindo para 19.968 em 1945, uma ampliação de 35.49%. Notamos também, que entre 1933-1945, a proporção entre as instituições públicas e privadas foram equilibradas. Assim em 1933, foram registradas 56.3% das instituições estando na estância pública e 43.7% na estância privada.

No período citado anteriormente (1933-1945), tivemos no Brasil um desenvolvimento e crescimento de vários setores do comércio e da produção industrial. Nesse processo, notamos que essa tendência de expansão e implementação das instituições de ensino superior brasileiro, acompanhou o desenvolvimento econômico e político nacional, conforme vemos nos dados de crescimento das matrículas das IES brasileiras.

Também percebemos que, do período de criação e implementação do Ensino Superior na década de 1930, para as décadas posteriores, tivemos a realização de um processo de mercantilização no setor; os números referentes às instituições públicas representavam em 1945, 51.6% do total, enquanto que as instituições privadas

representavam 48.4%.<sup>5</sup> Percebe-se que a quantidade de matrículas na modalidade de ensino privado e público era razoavelmente equilibrada em 1930.

Além das mudanças no âmbito da educação superior, na educação básica ocorreu o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, 1932, que reivindicava através do campo intelectual a renovação educacional brasileira, dando ênfase também a formulação de políticas para o desenvolvimento cultural, assim afirma o manifesto.

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país.<sup>6</sup>(AZEVEDO, 2010, p. 33)

A partir das mudanças políticas e econômicas, ocorreram alguns movimentos em defesa da escola pública, que traziam consigo concepções liberais de educação, defendendo a reconstrução dos planejamentos voltados para a área do ensino, e que expressavam por entre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova questionando os métodos tradicionais de ensino.

Neste processo, o movimento realizado por intelectuais da época defendia uma renovação educacional, através da implementação de uma educação pública e gratuita, exigindo que o setor deveria se tornar dever do estado nacional, uma escola única não

---

<sup>5</sup> Desta maneira: referente à estrutura universitária, se compararmos aos números atuais (2010), concluiremos que o setor privado está monopolizando as IES (Instituições de ensino superior), atualmente 88.3% das instituições são privadas, e apenas 11.7% são públicas.

<sup>6</sup> Sob a inspiração de novos ideais de educação, foi que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores, nesses últimos doze anos, transferir do terreno administrativo para os planos políticosociais a solução dos problemas escolares. Não foram ataques injustos que abalaram o prestígio das instituições antigas; foram essas instituições, criações artificiais ou deformadas pelo egoísmo e pela rotina, a que serviram de abrigo, que tornaram inevitáveis os ataques contra elas. (AZEVEDO, 2010, p. 35)



dual, a obrigatoriedade da União ofertar a educação e uma base comum curricular em todo território nacional.

Em tais mudanças, os setores da Igreja Católica formula um outro movimento, que iria na contramão dessa proposta educacional, propondo a continuidade da educação tradicional e conservadora, num sistema de ensino voltado para o setor privado.

Observando o contexto, tivemos a dualidade na atuação dos dois ministros da Educação e Saúde pública constituídos nos governos pós 1930, Francisco Luís da Silva Campos, e Gustavo Capanema Filho. Francisco Campos atuou de forma considerada liberal pelos pensadores e ideólogos do período, defendendo a escola pública e a reformulação do sistema educacional, enquanto que Gustavo Capanema implementou uma educação elitista e dualista, da qual os pobres cursavam o ensino técnico, e os ricos ingressavam no ensino superior.(ROMANELLI, 1978)

No item em seguida discorreremos sobre o período Eurico Gaspar Dutra e o governo Vargas, eleitos pelo voto direto nas eleições de 1945 e 1950 respectivamente.

#### 1.4 A ERA DUTRA (1945-1950) E A NOVA ERA VARGAS (1950-1955)

Durante a realização das reformas constituintes e da implementação da Constituição Federal de 1945, tivemos a décima quarta eleição presidencial, no qual outro modelo econômico foi adotado.

É importante mencionar que nesse momento, o mundo passava por mudanças políticas e econômicas, devido à Segunda Guerra Mundial<sup>7</sup>, que deu-se entre 1938-1945, chegando a atingir outras localidades do mundo além da Europa. Entre as regiões globais atingidas pela guerra, citamos a Ásia, a América do norte, e a América Latina e havendo a saída de um contingente de soldados brasileiros para atuar a favor dos aliados, a União Soviética, os Estados Unidos, o Império Britânico e a China”. Esse fato político, influenciou o governo brasileiro na elaboração das políticas econômicas, a partir de então.

---

<sup>7</sup> Deste modo: “Cabe ressaltar que a dissolução da FEB foi feita através do Aviso nº 217-185, de 06/07/1945, expedido pelo Ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra, antes mesmo do 1º Escalão voltar ao solo brasileiro em 18/07/1945. Esse ato demonstrava uma ação preventiva do governo de Getúlio Vargas para enfraquecer qualquer tentativa de apropriação do prestígio das tropas brasileiras para uma possível oposição ao seu regime, tratava-se de um ato que bloqueasse os expedicionários como aliados no combate ao pacto conservador das elites políticas. Se para a maioria dos febianos as discussões sobre o governo do país eram distantes, grande número dos oficiais da FEB engrossava a oposição ao Estado Novo de Getúlio Vargas”.(SILVA, 2011, p. 11, 12)

Ao término da guerra o Brasil possuía vultosas reservas internacionais em moedas estrangeiras. Com a queda de Vargas, uma das primeiras medidas do novo governo de Eurico Gaspar Dutra foi liberar qualquer restrição às importações, o que provocou aumento drástico das mesmas e, em pouco tempo, as reservas brasileiras estavam esgotadas. Com isso, o governo foi obrigado a tomar medidas para restringir as importações, o que favoreceu a indústria nacional. Porém este favorecimento ainda estava ligado aos problemas do setor externo e não a uma consciente política de industrialização. (ALBUQUERQUE, 2015, p.09)

O governo brasileiro deu continuidade às medidas econômicas anteriores, reduzindo a entrada de produtos importados no Brasil, beneficiando a indústria brasileira. Porém, a contar de 1946, ocorreram algumas mudanças nessas políticas. Temos então que:

Enfim, depois de tanto elogiar o efeito benéfico das importações, o governo terminaria elogiando a substituição de importações (Saretta 1990; Bastos 2004). No entanto, não fez qualquer menção de abandonar a abertura financeira e rejeitar o alinhamento do Brasil à política externa estadunidense nos primórdios da Guerra Fria. (BASTOS, 2011, p.02)

Com o tempo, encerraram-se alguns produtos, em que, não tínhamos uma infraestrutura adequada, para reformas industriais e comerciais, que o governo apostou na política cambial das importações. Essa política econômica, fracassou com a supervalorização da moeda nacional, dificultando as exportações, e encarecendo os produtos, com o intuito de elevar as importações. Assim,

Em 1951 Vargas reassume a Presidência da República em meio a um processo inflacionário que tomou força na economia brasileira, por volta de 1949, e que teve, como vimos acima, efeito benéfico em relação às inversões na indústria, funcionando como um mecanismo de capitalização por parte do setor empresarial. Esta redistribuição de renda por via inflacionária em favor dos empresários não poderia, contudo, estimular indefinidamente o aumento dos investimentos produtivos. A médio prazo, a inflação provocaria a retração do consumo pela diminuição da renda real das famílias não proprietárias, não havendo, assim, o estímulo necessário para que fosse mantido o nível de investimento industrial. Assim sendo, a política cambial, de preferências de importações e a de capitalização empresarial, teria, mais cedo ou mais tarde, que sofrer modificações ou a inflação sairia de controle. (ALBUQUERQUE, 2015, p.11)

O então presidente Getúlio Vargas, reassume a presidência do Brasil em 1950, em meio a uma crise econômica, gerada por entre o poder de capitalização das grandes

empresas incentivado pelo governo Dutra, um remanejamento de capital das grandes indústrias do período. Essa política, em um certo prazo, acarretaria na diminuição de renda das famílias não proprietárias, ou seja da classe trabalhadora, havendo a necessidade de uma reforma na economia brasileira.

Dessa forma, em 1953 o governo brasileiro iniciou algumas medidas financeiro/comerciais, com o objetivo de desvalorizar limitadamente a moeda brasileira, para recuperar o poder de exportação que o Brasil tinha até 1945. (ALBUQUERQUE, 2015)

Durante o governo da Era Vargas, também foram criadas as primeiras estatais brasileiras, com a meta de estabelecer a concorrência com o mercado internacional. Desta maneira

O segundo governo Vargas não atuou apenas no câmbio ou na política monetária. Pela primeira vez são feitas intervenções claramente industrializantes. Na verdade, o compromisso com a industrialização vira uma das marcas do governo. É desta época a criação da Petrobras, do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE e começou a se delinear uma verdadeira política para o setor automobilístico, que desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento dessa indústria no Brasil. Em 1952, o Presidente baixa ato governamental estabelecendo que os automóveis só poderiam entrar no Brasil totalmente desmontados.(ALBUQUERQUE, 2015, p.12)

Nos anos seguintes, o Brasil viveu um período de expansão econômico/industrial no decorrer de algumas reformulações nas políticas econômicas e nacionais, e por meio da expansão urbana/industrial por meio das políticas públicas, que já haviam sido implementadas com o governo provisório, (1930-1934), o governo constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945), ambos institucionalizados sob a presidência de Getúlio Vargas.

Além das mudanças no meio político e econômico, ocorreram também as transformações no campo educacional, que resultaram em uma inicial expansão do Ensino Básico e Superior brasileiro, conforme (SOUZA, 2008). “Em 1958, apenas 10% desse contingente frequentavam as escolas. No início da década de 1960, cerca da metade dos estabelecimentos de ensino secundário no país pertenciam à iniciativa privada.”(p.145)

Nesse contexto, de inicial domínio do setor privado na educação, o ensino básico foi dividido em duas modalidades: a modalidade do Ensino Secundário, que teve como objetivo em preparar os seus estudantes para o ensino universitário; e o ensino primário.

Neste último, os alunos se preparavam apenas para trabalhar no setor de serviços e do comércio dos centros urbanos. (ROMANELLI, 1978)

Isso nos demonstra que desde o início da história da educação superior brasileira, essa modalidade de educação esteve restrita a uma parcela da população nacional, que possuía poderes políticos e econômicos, ou seja, a elite.

Dessa forma, durante o governo provisório e o período da Constituinte, (1930-1937), e durante o Estado Novo (1937-1945), ocorreram algumas medidas educacionais mais conservadoras. Nelas, se estabeleceu uma restrição de uma parte da população, que havia concluído o ensino primário para ingressar no ensino superior. Porém, a partir de 1948, sob o comando de Eurico Gaspar Dutra, e durante a segunda Era Vargas (1950-1955), o governo brasileiro implementou algumas medidas que pretenderam quebrar com algumas barreiras institucionais, de acesso do ensino secundário e a outras modalidades de cursos. “Iniciativas de renovação do ensino secundário começavam a ser implementadas na década de 50 do século XX, como a regulamentação da equivalência, as classes experimentais e a reforma do ginásio industrial.”(SOUZA, 2008, p.146)

Dessa forma, o setor de serviços e do comércio tiveram certa influência, com relação às políticas educacionais implementadas no período. O ensino teve uma importância para o setor produtivo da época, em que, se criou estatais como, a Vale do Rio Doce e as Siderúrgicas, tendo um aumento na demanda por mão-de-obra.

Nesse contexto, a União institucionaliza a CF (Constituição Federal) de 1948, que passa a normatizar o regime educacional considerado na época liberalizante. O retorno à normalidade democrática, resultou na adoção de uma nova Constituinte, diferenciada pelo espírito liberal e democrático de seus enunciados, como se pode ver, em todo o capítulo III, que trata dos direitos e garantias individuais.(ROMANELLI, 1978). Nesses moldes, o ensino passou a ser tratado pelo Estado brasileiro, como um direito de todos pela ideia democrática de educação.

Além dessas mudanças curriculares no ensino, a constituinte de 1948 instituiu a construção de novas escolas, e a profissionalização de mais professores para a modalidade de ensino. Nesse contexto, o governo brasileiro implementou as primeiras políticas de qualificação dos profissionais de educação. Conforme podemos verificar no quadro abaixo:

**Quadro 04: Situação da qualificação do magistério primário no Brasil entre 1940 e 1957**

Anos	Normalistas %	Não Normalistas %	Normalistas (1)	Não Normalistas (1)
1940	50	50	100	100

<b>1945</b>	52	48	118	110
<b>1950</b>	42	58	137	192
<b>1955</b>	42	58	186	264
<b>1957</b>	43	57	221	297

**Fonte:** WEREBE, Maria José Garcia. Grandezas e misérias do ensino superior brasileiro. Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Verificando os dados percebemos que a partir da Constituinte de 1948, o crescimento de professores diplomados apresentou crescimento mais acentuado, do que se comparados aos números anteriores, em que, o índice cresceu a um ritmo menor. Entre 1945 e 1957, o número de professores normatizados que era de 118 passou para 221. Assim,

Os artigos, 45, 46, 47 e 48 tratavam dos recursos para o ensino primário, estipulando a contribuição dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para o Fundo Nacional do ensino primário e as normas para a redistribuição desses recursos pela União.(ROMANELLI, 1978, p.166)

Essas políticas educacionais implementadas, teriam a meta de expandir as unidades de ensino básico pelo território nacional, além de qualificar um crescente número de profissionais para lecionar nessas unidades educativas. Porém, o crescimento do número de professores não diplomados se apresentou mais elevado do que se comparado aos dados de professores qualificados.

A tendência portanto, foi a de acentuar os números absolutos e relativos de professores. E isso sobretudo a contar dos decretos-lei que instituíram as, Leis Orgânicas do Ensino Primário e do Ensino Normal em 1946.(ROMANELLI, 1978, p.166)

O crescente número de professores normalistas e não normalistas na década de 1950, foi consequência da “Marcha para o Oeste”, que população dos grandes centros como, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, migraram para o interior do país criando novos centros populacionais, e conseqüentemente, houve a criação de novas escolas brasileiras. Por consequência,

A demanda educacional cresce numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino. A expansão do capitalismo não se fez em todo o território nacional, assim a expansão da demanda escolar so se desenvolveu nas zonas onde se intensificaram as relações de produção capitalista.(ROMANELLI, 1978, p.60).

No contexto de interiorização das relações capitalistas a partir de 1956, iniciou – se um novo projeto de desenvolvimento para o país, em que estruturam-se as rodovias brasileiras e grandes obras passaram a ser realizadas. A partir das mudanças também realizou-se a construção de novas universidades federais.

### 1.5 A ERA JUSCELINO KUBITSCHEK

A partir do término da era Vargas e das políticas desenvolvimentistas, o ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, participa das eleições diretas de 1955, que definiria o novo comandante do Estado brasileiro de 1956 a 1960. Na ocasião, apresentou uma proposta de mudança do modelo econômico nacional desenvolvimentista, que ficou popularmente conhecida como, “50 anos em 5”.

As mudanças no modelo desenvolvimentista incorporaram novas relações sociais e econômicas. “A condução das políticas e medidas econômicas do Estado brasileiro pós “República Velha”, estiveram voltadas na consolidação e inserção da economia brasileira no processo de desenvolvimento capitalista.”(CUNHA, 2012, p. 09)

Nesse processo de transformação infra-estrutural econômica, o governo teve como meta a entrada de produtos importados, a substituição de importações, além de realizar grandes obras, aquecendo a construção civil, sendo que entre elas podemos citar a construção de Brasília.

Durante as mudanças estruturais e institucionais, ingressaram no Brasil empresas multinacionais com o objetivo de intensificar a industrialização brasileira via urbanização. Porém, houve a abertura do mercado nacional para o mercado externo. “Essa estratégia política de associação ao capital estrangeiro redirecionou o país para um processo de industrialização nunca visto, até então, na política de desenvolvimento econômico brasileiro.” (CUNHA , 2012, p. 14, 15)

Para aplicar essa proposta referente à industrialização, o governo Kubitschek elaborou um programa de governo nacional-desenvolvimentista e expansionista, o plano de metas. Em outros termos, daria continuidade ao governo do ex-presidente Getúlio Vargas. Porém, para colocar em prática essa proposta de governo, o Presidente Juscelino substituiu alguns termos nos rumos das políticas econômicas. Assim,

No início do seu mandato, JK começou a construir um verdadeiro Estado paralelo, e tecnocrático, ao já existente, patrimonialista e, portanto, formado para atender aos interesses oligárquicos. O governo JK criou o Conselho de Desenvolvimento, que seria responsável pela implementação do Plano de Metas, e o Grupo Executivo da Indústria Automobilista – GEIA, que tinha como função desenvolver os estudos necessários para viabilização e implementação do parque automotivo.(ALBUQUERQUE, 2015, p.14 e 15)

Na perspectiva, algumas multinacionais europeias e norte-americanas ingressaram no Brasil, implementando suas filiais-industriais no território nacional, como a Volkswagen, que estreou no Brasil com o Fusca e a Kombi.

Durante este período da Economia Brasileira, o recrudescimento da inflação não diminuiu o crescimento econômico que, pelo contrário, aumentava a cada ano, indo contra a teoria econômica estabelecida. Isso ocorria porque estava sendo feita uma transferência de renda do consumidor para a indústria, o que aumentava a capacidade de investimento desta última.(ALBUQUERQUE, 2015, p.14 e 15)

Durante o período, ocorreram profundas mudanças econômicas, industriais e políticas. Porém, com relação ao setor educacional, o governo brasileiro não instituiu medidas que fizessem expandir o setor pelo território nacional.

Nesse contexto, ainda durante a Era Vargas, houve a institucionalização de medidas que tiveram por objetivo mudar as regras para o ingresso na Educação Superior, a partir da implementação do Decreto nº 34.330/1953:

Art. 1º É permitida a matrícula na primeira série do curso clássico ou do científico, dos cursos técnicos comerciais, industriais e agrícolas, mediante conveniente adaptação, aos estudantes que tenham concluído um dos seguintes cursos:

- a) ginásial;
- b) comercial básico;
- c) industrial básico;
- d) de mestría agrícola;
- e) normal regional, ou de nível correspondente;
- f) de formação de oficiais pelas polícias militares das unidades federadas;
- g) de seminários.(BRASIL, 1953, p.01)

Mediante essa medida, os egressos dos cursos secundários e de cursos profissionais, foram legalizados para cursar a educação superior, por meio do qual foram submetidos a um exame, o tão conhecido “vestibular”, dessa forma, fazendo expandir o número de matrículas no ensino superior e ainda aumentar a demanda pela construção de novos campi universitários.

Com relação à expansão das matrículas das IES, podemos ver no quadro abaixo os números, entre o fim do Estado Novo em 1945, e o final do governo Juscelino Kubitschek 1960.

**Quadro 05: Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1945-1960)**

	<b>Público</b>		<b>Privado</b>		<b>Total</b>
<b>Ano</b>	Número	%	Número	%	Número
<b>1945</b>	21.307	51.6	19.968	48.4	41.275
<b>1960</b>	59.624	58.6	42.067	41.4	101.691

Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (2010). Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Conforme vemos os dados referente ao número de matrículas no ensino superior em 1945, verificamos que tivemos 21.307 alunos matriculados nas instituições de ensino superior públicas, aumentando para 59.624, um aumento de 179.83% em 15 anos. O setor privado, também registrou um aumento bastante progressivo. Em 1945, o setor teve 19.968 matrículas, e em 1960, 42.067 matrículas uma evolução percentual de 110.67%, quando nos referimos ao total de tudo isso, verificamos em 1945, 41.275 matrículas, passando a ter em 1960, 101.691 matrículas e registrando uma elevação de 146.37%.

Nesse contexto, no período em que o setor econômico/industrial estava em plena expansão, acompanhando o setor do comércio e o setor de serviços, houve também a abertura dessa modalidade de ensino por entre a construção de novas instituições. Dessa forma, observamos os números do quadro abaixo, referente a implementação de instituições de ensino federais, entre 1912-1961.

**Quadro 06: Linha do Tempo da criação das Universidades Federais**

<b>Governo (período)</b>	<b>Nº de instituições implementadas</b>
1919-1922 Epiácio Pessoa	1
1930-1945. 1951-1954 Getúlio Vargas	1
1946-1951 Gaspar Dutra	4
1954-1955 Café Filho	2
1956-1961 Juscelino Kubistchek	11

Fonte: Sese/MEC. Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Conforme observamos nas informações estatísticas, foram construídas 8 universidades federais entre 1919- 1955, durante 36 anos e em apenas 5 anos do governo Kubistchek houve a criação de 11 Universidades, entre 1956-1960. Dessa forma o crescimento nos números de matrículas de ensino superior no período JK, está relacionado ao número de construção de novas instituições de ensino superior, que foi



significamente maior do que se comparada às instituições construídas anteriormente ao período JK. Essa expansão, faz parte de um grande projeto de desenvolvimento, a partir da atuação do plano de metas.

Ao fim do período Kubitschek, houve a eleição presidencial de 1960 que elege Jânio Quadros para presidente da república, e João Goulart para vice-presidente. Nesse processo, o Brasil reorganiza-se politicamente de tal forma que, o congresso nacional passou a ser constituído em boa parte por deputados e senadores militares, ocorrendo uma crise econômica e política.

## 1.6 O GOVERNO JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART

Em 1960 Jânio da Silva Quadros se elege presidente da república, em meio a dificuldades políticas e econômicas. Os problemas estruturais que o Brasil enfrentava desde a década de 1950 resultou em um espaço propício para as discordâncias políticas. (FRANCO; RIBEIRO, 2009). Dessa forma, o Presidente da República assumiu ao cargo, em meio a dificuldades governamentais e institucionais, havendo uma crise política que resultou na renúncia de Jânio Quadros.

---

Com a posterior renúncia do presidente eleito, deu-se a Campanha da Legalidade, pela luta armada realizada pelas bases do grupo político ligado ao PTB, para que o vice-presidente eleito assumisse a presidência do Brasil. Dessa forma chega a presidência do país o Vice-Presidente eleito, João Belchior Marques Goulart. Este mesmo, João Goulart, aplica uma política de “conciliação” formando um governo com o PSD.

No período, a polarização em torno do debate das reformas de Base, dividiu o espectro político em dois blocos antagônicos, um bloco “pró-reformas” formado pela esquerda (PTB, PCB) e pelos movimentos sociais (CGT, UNE, Ligas Camponesas, etc.), e outro bloco político que articulava desde setores civis e militares que já planejavam o golpe de Estado originando a Ditadura Militar. (SILVA, VIANNA, 2009).

Nesta perspectiva, o governo Jango tentou reimplantar um modelo político conhecido por getulista, procurando reaquecer as atividades econômicas a partir dos investimentos nas indústrias brasileiras com recursos financeiros nacionais. Contudo, o Estado brasileiro só conseguiu governar a partir de 1963, após a realização de um plebiscito reivindicado que decidiu pela continuidade do presidencialismo.

Sob a aclamação popular, João Goulart, do mesmo partido do ex-presidente Getúlio Vargas, continua na presidência, se propondo fazer algumas reformas voltadas para a classe trabalhadora. No contexto o Estado brasileiro elaborou um plano de reforma urbana, agrária, e educacional, dando-se mudanças curriculares para a Educação brasileira, como a construção de uma nova LDB, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurando a obrigação dos poderes públicos em oferecer a educação em todos os níveis. Dessa forma, afirma o 3º artigo da LDB, Lei nº 4.024/1961:

Art. 3º O direito à educação é assegurado:

I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;

II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.(BRASIL, 1961, p.01).

Percebemos que, a partir da leitura do terceiro artigo da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que as políticas nacionalistas e intervencionistas estão muito presentes no governo João Goulart, mediante a investimentos de base na educação, tendo como principal agente de atuação o Estado. No governo Jango, procurou-se trazer a obrigatoriedade a partir da implementação dessa nova LDB, a liberdade das escolas em ministrarem as aulas na Educação Básica, passando os poderes públicos a serem obrigados em custear a educação, e regular a disponibilidade do atendimento aos seus respectivos públicos.

O artigo 11 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, aponta como foi organizado o sistema de Ensino Básico e Superior, e os seus respectivos cursos.

Art. 11. A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, com observância da presente lei.

Art. 12. Os sistemas de ensino atenderão à variedade dos cursos, à flexibilidade dos currículos e à articulação dos diversos graus e ramos.

Art. 13. A União organizará o ensino público dos territórios e estenderá a ação federal supletiva a todos o país, nos estritos limites das deficiências locais.

Art. 14. É da competência da União reconhecer e inspecionar os estabelecimentos particulares de ensino superior. (BRASIL, 1961, p.04).

No decurso da implementação dessas novas leis que dirigiram a educação no Brasil, o governo conseguiu organizar o sistema da educação básica que foi reformulado pelas próprias escolas, e redistribuir os recursos financeiros voltados para as instituições do ensino básico e superior em todo o país, se tornando responsável da União, em fiscalizar o funcionamento da Educação Básica e Superior em todo o território nacional.

Art. 83. O ensino público superior, tanto nas universidades como nos estabelecimentos isolados federais, será gratuito para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos. (art.168, II da Constituição).

Art. 84. O Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderá suspender, por tempo determinado, a autonomia de qualquer universidade, oficial ou particular, por motivo de infringência desta lei ou dos próprios estatutos, chamando a si as atribuições do Conselho Universitário e nomeando um reitor *pro tempore*.(BRASIL, 1961, p.15)

Conforme os artigos, 83 e 84 da LDB nº 4024/61, constitui-se um sistema de ensino superior gratuito, passando a ser aprimorado a partir de sua criação. Os institutos federais gratuitos para aqueles estudantes que conseguissem comprovar a sua dificuldade financeira, suspendendo o funcionamento das instituições que não cumprirem determinada legislação.

Essas medidas governamentais, tiveram o objetivo de expandir os cursos de graduação e dos cursos de pós-graduação, também adquirindo-se nas instituições, a autonomia administrativa e financeira caso não tivessem oferecendo os cursos gratuitamente aos estudantes que comprovassem a sua dificuldade econômica.

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes Cursos:

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação;
- b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;
- c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (BRASIL, 1961, p.12)

As IES, conseguiram oferecer os cursos de graduação, além de iniciar a fundação dos cursos de pós-graduação, especialização e mestrado.

Nos cursos de especialização e de mestrado, o graduado passou a desenvolver uma pesquisa na sua área de atuação científico-acadêmica. Esse processo, teria uma duração

de um ano para cursos de especialização, dois anos para os cursos de mestrado, e ainda iniciou-se a formação dos projetos de extensão para os graduandos e graduados dos cursos universitários.

Nos anos seguintes, intensificou-se uma reforma do Ensino Superior brasileiro, a contar do golpe de 1964. Sobre esse assunto, discutiremos a seguir.

### 1.7 AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO MILITAR (1964-1980)

O Brasil ingressou a partir desse momento em uma crise política, na qual, sofremos um golpe de Estado pelo poder civil militar, no dia 01 de abril de 1964. Dessa forma, assume a presidência da república, Humberto de Alencar Castello Branco.

Assim, ocorre a partir da década de 1970, grandes mobilizações populares através do que, um dos líderes dessas mobilizações sindicais foi o ex-presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. Então, presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, tendo sido eleito com o objetivo de negociar com as siderúrgicas e metalúrgicas de São Bernardo do Campo, “região metropolitana de São Paulo”, propostas de melhorias salariais e melhores condições de trabalho.

Na conjuntura, de retirada de direitos sociais e econômicos da classe trabalhadora, intensifica-se a luta de classes, das associações e dos sindicatos, Por meio de grandes mobilizações populares aconteceram nos maiores centros urbanos do país. Assim, o governo brasileiro ordenou a prisão e a tortura de vários líderes sindicais, jornalistas, artistas, entre outros civis, tentando controlar a massa populacional brasileira.<sup>8</sup>

O início dos anos 60 do século XX foi problemático para as elites brasileiras, pois o país enfrentava uma crise econômica e política de grandes proporções. Esta crise de acordo com Fontes (2006) significou “a ruptura política com o populismo e o aprofundamento das tendências econômicas preexistentes e forneceu a moldura para algumas transformações expressivas na sociedade e nos rumos do capitalismo brasileiro.”(SOUZA, OTRANTO, 2012, p.1381 e 1382)

---

<sup>8</sup> Entre as pessoas que foram torturadas pelo regime militar, citamos a ex-presidente da república Dilma Vana Rousseff, em casos envolvendo outras pessoas, pelo qual foram desaparecidas e que não foram mais encontradas.

Encerra-se, portanto, um ciclo político pelo qual os governos brasileiros mantiveram um modelo de sociedade, populista e democrático. Porém, acelera-se a expansão da infraestrutura de alguns setores da sociedade, como educação, agricultura e urbanismo, havendo a expansão de recursos governamentais, nas áreas citadas.

Durante o período de intenso autoritarismo e repressão, institucionalizou-se medidas de Estado direcionado para o crescimento econômico, através de investimento em infraestrutura e incentivo a industrialização. Entre as políticas criadas podemos citar o, I e II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1972-1979), que viabilizou-se a chegada de novas multinacionais, entre elas as automobilísticas a Fiat e a Chevrolet, a construção de novas usinas hidrelétricas e o fortalecimento das estatais já existentes. Desta forma, entre o final da década de 1960 e durante a década de 1970, verificou-se um crescimento histórico da receita financeira desde a atuação da política econômica.

A projeção do governo era a de que em 1977 o PIB (Produto Interno Bruto) ultrapassasse a casa dos US\$ 100 bilhões e que o Brasil se transformasse na oitava maior economia mundial. O II PND tinha metas audaciosas e contava com uma participação, central do Estado no planejamento e execução do Plano e das empresas estatais, além das empresas privadas nacionais e estrangeiras, formando o chamado tripé.(LESSA, 1977, p.55, apud, RODRIGUES, 2015, p.17).

Observando as transformações, amplia-se os investimentos para a infraestrutura, ocorrendo a implementação das políticas de financiamento que consolidam a “modernização da agricultura”. Entre elas citamos o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), implementado por entre a Lei nº 4.829/1965, e o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), instituído através da Lei nº 5.868/1972, integrando a dinâmica do campo com a economia das áreas urbanizadas, e constituindo as indústrias voltadas para o setor agrícola, consolidando uma demanda mais antiga:

A partir de 1950, o setor agropecuário brasileiro passou a constituir um importante mercado para os produtos industrializados, primeiro apenas para os bens de consumo, e depois também para os bens de produção. A crescente introdução destes nos processos produtivos do setor agropecuário, deu início à chamada industrialização da agricultura no Brasil.(SZMRECSÁNYI, 1990, p.72)

Contitui-se a formação do CAI's (complexo agroindustrial), formando dois grandes conjuntos industriais, a indústria montante anterior à produção agrícola (safra), e outra posterior à lavoura a jusante, sendo que na primeira constituiu-se a formação

industrial de maquinários e a indústria química para o desenvolvimento agropecuário, (insumos, fertilizantes e defensivos agrícolas).

Na perspectiva, posteriormente, às safras forma-se outro conjunto industrial, a de agroalimentos, que abrange o setores de carnes, massa de tomate, grãos (feijão, arroz, milho, trigo), café, entre outras. Além das indústrias têxtil e de agrocombustíveis, que no caso brasileiro consolida-se a produção de ethanol (álcool), com base na cana de açúcar. Essas mercadorias passaram a ser exportadas e comercializadas na forma de commodities.<sup>9</sup> Assim,

Entre 1930-1970 completou a integração funcional dos setores agropecuário e industrial da economia brasileira, dentro desse processo, a produção agropecuária do país teve um comportamento dos mais dinâmicos, sem o qual, o novo padrão de desenvolvimento econômico, nem poderia ter assumido as proporções e a intensidade que chegou a alcançar no período em pauta. (SZMRECSÁNYI, 1990, p.72, 73).

As unidades industriais se instalaram nos principais centros urbanos brasileiros, (São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba), adquirindo crescimentos significativos referente aos números populacionais urbanos, da mesma forma que novos municípios foram formados nas áreas interioranas do país.

Essas mudanças no campo, intensificam a urbanização brasileira, conforme vemos os dados, referente aos números populacionais brasileiros urbanos e rurais, entre 1960-1991:

**Quadro. 07: Evolução População Rural, Urbana e Total do Brasil (1960/1991)**

	1960	1970	1980	1991
<b>Pop. Urbana</b>	31.303.034	52.084.984	80.436.409	110.990.990
<b>Pop. Rural</b>	38.767.423	41.054.053	38.566.297	35.834.485
<b>Pop. Total</b>	70.070.457	93.139.037	119.002.706	146.825.475

Fonte: IBGE. Org.: LEME (2015).

<sup>9</sup> Á vista disso: Após ter sido introduzida operacionalmente na lógica bancária pelo acesso ao crédito rural subsidiado, a agropecuária dentro das cadeias de produção passa a operar com base em contratos de venda antecipada de safra (contratos de soja verde, contratos de aquisição de insumos prazo safra, etc.). Dessa maneira, os demandantes de matérias-primas (agroindústrias processadoras e traders) e os ofertantes de insumos (agroindústrias de fertilizantes e agroquímicos) poderiam continuar operando suas plantas produtivas.

Essa sistemática contratual interna às cadeias de produção agropecuária, em especial no segmento de *commodities*, evoluiu para a financeirização da produção com a emergência dos títulos financeiros a partir do lançamento da Cédula de Produto Rural em 1995, ainda como CPR-física, tornada CPRfinanceira em 2000. Trata-se da construção de um novo padrão de financiamento cujo lastro foi a formação das teias de agronegócios pela proliferação de contratos nos diversos elos das cadeias de produção. (GONÇALVES, 2006, p.03)

Conforme observamos nos dados citados, em 1960, período anterior ao processo de industrialização da agricultura, registrou-se, 31.303.034 habitantes urbanos, e em 1991, foram registrados 110.990.990 pessoas morando em cidades brasileiras, um crescimento de 254.56% nos dados em 31 anos e estimulados pelas reformas iniciadas no regime militar.

Com relação aos números referentes à população rural, verifica-se que em 1960 tivemos 38.767.423 pessoas vivendo no campo, e durante o processo de intensificação industrial, em 1991, esses números caíram para 35.834.485, uma queda de 7.56%.

Assim, durante o período de excessiva industrialização agrícola, instalou-se nos grandes centros urbanos grandes blocos industriais, como as agroindústrias constituídas.

Durante a consolidação do modelo econômico urbano/industrial brasileiro, houve com o início do período, a inserção da educação superior em um projeto nacional de desenvolvimento. Houve a reforma universitária de 1968, ocorrendo a modernização da educação superior. Dessa forma foram reestruturadas e criadas novas políticas públicas voltadas para a pesquisa no âmbito acadêmico, entre elas podemos citar a criação do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Nesses moldes inicia-se também a criação dos programas de pós-graduação, (mestrado e doutorado), e institucionalizam-se novas universidades federais. “Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por um intenso movimento visando à reforma do sistema universitário brasileiro, do qual participaram os docentes, os pesquisadores e o movimento estudantil.”(MARTINS, 2009, p. 16)

Na conjuntura, o governo brasileiro expandiu os investimentos voltados para a pesquisa técnica na Universidade, havendo a criação e a expansão dos cursos de pós graduação no Brasil, (mestrado e doutorado). De acordo com o que veremos a seguir:

**Quadro 08: Evolução dos cursos de mestrado e doutorado, de 5 em 5 anos, 1960/1985**

Ano	1960	1965	1970	1975	1980	1985
<b>Mestrado</b>	1	32	159	436	652	748
<b>Doutorado</b>	0	9	53	147	244	315

Fonte: CAPES/MEC. Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Pode-se observar que, a partir da reforma universitária de 1968, o governo brasileiro, inicia a criação dos primeiros cursos de mestrado e doutorado. O mestrado registrou 32 cursos em 1965, passando para 748 em 1985, enquanto que no doutorado

houve 9 cursos em 1965, elevando o dado para 315 em 1985. “Sob a ditadura, o CNPq se firma como instituição de apoio ao desenvolvimento da ciência. O ensino e a pesquisa tornam-se objeto de planejamento e contam com volume de recursos inéditos.” (DOMINGOS, 2006, p.11)

Dessa forma, houve a integração entre as políticas de desenvolvimento da pesquisa, a CNPQ, Conselho Nacional de Pesquisas, instituída sob a Lei nº 1.310/1951, e a CAPES, Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, instituído pelo Decreto nº 29.741/1951, e o desenvolvimento dos programas de pós graduação, financiando a estrutura do corpo docente, bolsas de pesquisas e recursos para mantimento dos programas.

Nesses moldes, houve a criação e a implementação de novos cursos de graduação e a implementação de novas universidades, expandindo o número de matrículas em estabelecimentos públicos e privados. Conforme podemos ver os dados do quadro abaixo.

**Quadro 09: Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1960-1980)**

	<b>Público</b>		<b>Privado</b>		<b>Total</b>
<b>Ano</b>	Número	%	Número	%	Número
<b>1960</b>	59.624	58.6	42.067	41.4	101.691
<b>1970</b>	210.613	49.5	214.865	50.5	425.478
<b>1980</b>	492.232	35.7	885.054	64.3	1.377.286

**Fonte:** Elaborado com base nos dados do INEP (2010). (\*) incluindo EAD. Org: NUNES, H, F, P, 2017.

Conforme observamos, a partir do golpe militar no Brasil, e da inserção do mercado na educação superior, houve uma ampliação do número das matrículas nas instituições públicas. Porém, tivemos também, um aumento ainda maior referente ao número das matrículas nas instituições privadas.

Em 1960, conforme vemos nos números, tivemos 59.624 matrículas nas instituições públicas, dados que aumentaram para 210.613 matrículas em 1970, e para 492.232 matrículas em 1980, registrando um aumento numérico de 253.23% e de 133.71% respectivamente.

No setor privado, houve uma ampliação ainda maior referente às matrículas, se compararmos com os dados das instituições públicas anteriormente citados. Em 1960, tivemos 42.067 matrículas no setor privado, passando para 214.865 matrículas em 1970, e para 885.054 em 1980, uma adição de 410.76%, e de 311.91% simultaneamente.

Na conjuntura de mudanças, iniciou a abertura do ensino superior para o ensino privado conciliado com o setor público. “O ensino superior privado anterior à Reforma



de 1968, se organizou de maneira bastante próxima ao ensino público. Não seria totalmente incorreto supor que o ensino privado então existente possuía um caráter semi-estatal.”(MARTINS, 2009, p.17)

Nota-se portanto, que houve a atuação do mercado no setor, por meio da ampliação significativa no setor privado do que no setor público, havendo para isso, um replanejamento da administração das instituições, em que seguiu uma tendência político/administrativa, referente a ampliação do setor privado na educação superior.

Nesse contexto, conforme vemos no quadro acima, a proporção das matrículas de educação superior em 1960 era de 58.6% públicas e 41.4% privadas. A partir da reforma universitária de 1968, houve uma queda na proporção de matrículas das instituições públicas em relação às instituições privadas, as quais cresceram consideravelmente. No período a educação superior na modalidade particular, passou a crescer de forma mais considerável do que o setor público.

Em 1970, número de matrículas nas instituições públicas foi de 49.5% e do setor privado foi de 50.5%, de 1970 para 1980, notamos nos números uma forte atuação do mercado. Para 1980, passamos a ter 35.7% das matrículas em instituições públicas e 64.3% em instituições privadas.

A expansão das IES privadas, ocorreu em um contexto de intensa repressão e de mudanças nas políticas educacionais brasileiras, em que realiza-se a abertura para o ensino privado. “Com a instauração do regime militar, as medidas repressivas desencadeadas pelos novos governantes, com relação ao movimento estudantil, e a estrita vigilância dos docentes se combinaram com propostas de modernização e de expansão do ensino superior.”(MARTINS, 2009, p.18)

Além de ocorrer a modernização do setor, a maior abertura para o ensino superior privado insere-se, também, uma mudança curricular técnica, em que compartimenta-se os respectivos cursos de graduação na perspectiva da pesquisa acadêmica utilitária. Portanto,

Percebe-se que o objetivo maior na reforma da educação não tinha como prioridade a garantia de proporcionar um processo educacional de qualidade para a população, mas a principal preocupação estava voltada à adequação desse processo para suprir as necessidades emergentes da industrialização. Martins (2005) contribui apontando que o caráter tecnicista e centralizador da educação demonstram a necessidade de controle, estabelecidos até mesmo na definição de um currículo comum para os diferentes Estados do País.(HAMMEL, COSTA, MEZNEK, 2011, p. 05)

Havendo a padronização dos sistemas curriculares, e a compartimentação do ensino em território nacional, o Estado brasileiro inicia a implementação da política da Educação não presencial, as EAD's (Educação à Distância), com o objetivo de expandir e interiorizar as unidades de educação superior pelo território brasileiro.

A partir da reforma universitária de 1968, foram implementadas as primeiras instituições de ensino a distância, em que, os estudantes não precisariam mais se deslocar para a instituição todos os dias, para o comparecimento às aulas e para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, pois os estudantes estariam presentes na instituição apenas para a realização dos trabalhos e das provas.

Nos anos posteriores, foram implementadas novas tecnologias que facilitaram a comunicação, em que se aprimorou o processo de ensino a distância. Porém, essa modalidade de educação superior teve uma expansão significativa apenas com o início da implementação da nova LDB n° 9394/96, é bom salientar.

Posteriormente a atuação do Decreto-lei n° 253/66, se estabelece novas regras para a distribuição de recursos financeiros voltados para o ensino universitário, dando preferência àquelas instituições que tivessem maiores dificuldades de funcionamento, e de porte para o atendimento aos estudantes. Já:

A Reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas.(MARTINS, 2009, p.01)

O governo brasileiro implementou um sistema, nesse nível educacional, com o objetivo de parcelar o curso, criando o sistema de créditos pelo qual o estudante passou a cumprir um determinado número de disciplinas em um período da graduação, e outra parcela de matérias em outro ano do processo acadêmico.

Apesar das reformas educacionais, por mais de 20 anos o Brasil passou por governos conservadores instituídos pelo regime militar, que realizou uma grande retirada dos direitos dos trabalhadores. Através disso, iniciam as movimentações e campanhas pela derrubada dos governos militares do poder, e pela instituição de uma nova constituinte, que estabelece as regras por uma sociedade democrática e pelas eleições presidenciais diretas, 1989.

O processo de reconstrução da democracia no Brasil, inicia-se quando tivemos uma crise econômica havendo o fim do momento conhecido por milagre econômico, e ocorrendo o encerramento da polarização entre o partido que apoiou o regime militar, a ARENA, (Aliança Renovadora Nacional), e o partido da redemocratização da república, o MDB, (Movimento Democrático Brasileiro), implementando-se a partir desse momento novos partidos políticos.

## **CAPÍTULO II: A REDEMOCRATIZAÇÃO DA REPÚBLICA DO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR (1980-2002)**

Este capítulo pretende dar continuidade ao histórico do capítulo anterior, no sentido de embasar essa pesquisa, direcionada para a temática, “Políticas públicas para a expansão do ensino superior no Brasil entre 2003-2014: Reflexos na região sudoeste do Paraná”.

Nesse contexto, discutiremos aspectos políticos, econômicos e sociais, realizando uma inter-relação com o processo histórico de transformação em âmbito educacional, (educação básica e superior).

Revisitando a história, percebemos que, ocorreram fortes mudanças econômicas e políticas no Brasil, durante o período do governo dos militares em que intensifica-se o modelo urbano-industrial no país. Posterior ao processo de expansão urbana e industrial, (1967-1977), que proporcionou mudanças econômicas, conhecido por milagre econômico, inicia-se a redemocratização da república, reformulando a estrutura partidária e sindical brasileira.

Em 1985, houve a eleição presidencial indireta para presidente da república, na qual Tancredo de Almeida Neves, (PMDB) é eleito para governar o país no período 1985-1989. Devido ao falecimento do presidente eleito, assume o seu Vice, José Sarney em um período conturbado da vida política brasileira, se dando um crescimento dos movimentos sociais e do movimento pelas diretas já.

Nesses moldes, tivemos a reconstrução política brasileira, em um momento de grave crise econômica, havendo a reformulação de um grande movimento popular pelas eleições diretas, em que participaram os partidos políticos recém constituídos, (PT, PDT, PC do B, PMDB), e os sindicatos formados pela então CUT, (Central Única dos Trabalhadores) e a CNTE,(Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Na constituição dessas organizações nacionais, formou-se movimentos de luta de abrangência regional, entre eles o ANDES, (Sindicato nacional dos docentes das instituições de Ensino Superior), a APP Sindicato, (Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná), a APEOESP – (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), a SINTE-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), a CPERS – (Centro dos professores do estado do Rio Grande do Sul),

entre outras entidades. Durante a discussão direcionada aos sindicatos tivemos o intuito de contribuir para o debate sobre o processo de formação da educação superior no Brasil, sem contudo, aprofundar o assunto.

No contexto, cada setor estabeleceu as suas principais reivindicações, que no caso dos movimentos educacionais, exigiam a democratização de acesso a todos os níveis de ensino e a elaboração de políticas de Estado que estimulem a expansão dos recursos voltados para a infraestrutura das escolas e para as universidades.

A contar da atuação dos movimentos populares da década de 1980, houve a construção de uma nova Constituição Federal, a CF de 1988. Havendo, dessa forma, o reestabelecimento da democracia no país, e a institucionalização de regimentos na nova constituinte (1988), para a elaboração de políticas públicas, que constituiu-se os investimentos e as reformas necessárias para o desenvolvimento do estado de bem-estar social no Brasil.

Entre as reformas atendidas pela Constituição, tivemos a regularização para a democratização do acesso à educação, à reforma agrária, e à obrigatoriedade do Estado em ofertar os serviços públicos de qualidade, (educação, saúde, infraestrutura, incentivo a agricultura, acesso ao emprego, etc).

A partir de 1990, que realiza-se o primeiro governo eleito democraticamente desde 1960, o governo Fernando Collor de Mello, em que se inicia o neoliberalismo no Brasil, abrindo a economia nacional para as regras do FMI, (Fundo Monetário Internacional), do Banco Mundial, e do BIRD, (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento).

No período, ocorreu a crise política gerada por dificuldades nas relações entre o governo brasileiro e o Congresso Nacional, processo que resultou no Impeachment do então presidente, Fernando Collor de Mello. Nesses moldes, assume a presidência da república o seu vice, Itamar Franco, que implementa um novo plano monetário no país, procedimento que supervaloriza-se a moeda brasileira, dificultando a continuidade do processo de exportações.

Podemos assim observar que durante os governos de Collor e Itamar Franco, ocorreram algumas tentativas congressuais para a elaboração e aprovação das novas diretrizes educacionais brasileiras, formulando o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), e o CNE (Conselho Nacional da Educação).

A contar do governo, Fernando Henrique Cardoso, houve o segundo consenso de Washington<sup>10</sup>, em que, intensificam-se as políticas neoliberais de Collor, expandindo as privatizações e desindustrializando o país através da expansão da política das importações. Também tivemos a implementação das primeiras políticas públicas que proporcionaram o início da democratização de acesso à educação.

Entre as políticas implementadas, tivemos o FUNDEF, (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), que teve como principal objetivo estruturar o ensino fundamental II e elevar a quantidade das matrículas. O governo brasileiro, também implementa, a contar da Lei nº 8.436 de 25 de junho de 1992 que instituiu o CREDUC, (Credito Educativo), que realizou financiamentos voltados para os graduandos das IES, (Instituições de Ensino Superior), concluírem os seus respectivos cursos. A partir desta pequena introdução, vamos aprofundar o que foi dito, incluindo a era Fernando Henrique Cardoso.

## 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA (1980-1990)

Desde a crise econômica que se agravou ao final dos anos 1970, inicia o período de reconstrução da democracia no Brasil, mediante a isso, foram organizados os primeiros sindicatos e associações populares, após o período militar.

De acordo com Alves (1989), o ano de 1979 foi decisivo. A classe trabalhadora, após greves, assembleias e discussões para fortalecer o movimento, descobriu o seu poder. Fato importante foi a greve dos metalúrgicos em 1980. O Estado deixou claro que não toleraria qualquer manifestação popular que ameaçasse o modelo de desenvolvimento econômico e respondeu as manifestações enviando

---

<sup>10</sup>Portanto: “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington". Nessa avaliação, a primeira feita em conjunto por funcionários das diversas entidades norte-americanas ou internacionais envolvidos com a América Latina, registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região, exceção feita, até aquele momento, ao Brasil e Peru. Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral”.(BATISTA, 1994, p. 05, 06)

tropas militares às cidades afetadas por greves.(COLLEONI; MALANCHEN 2008, p.02)

Por meio das mobilizações populares, e das greves dos trabalhadores no final da década de 1970, principia-se o processo de reconstrução da política nacional, pela qual a população trabalhadora e outros agentes da sociedade civil, passaram a se mobilizar construindo os novos partidos políticos e os sindicatos brasileiros.

Observando as transformações, foram extintos os dois partidos que integravam a estrutura política nacional durante o período militar, o MDB, (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição ao regime ditatorial, e a ARENA, (Aliança Renovadora Nacional), partido governista no período. Nesta conjuntura, as seguintes palavras abaixo devem ser citadas:

A cidadania se constitui, pela e na criação de espaços sociais de lutas (os movimentos sociais, os movimentos populares, os movimentos sindicais), e pela instituição de formas políticas de expressão permanente, (partidos políticos, estado de direito, políticas econômicas, e sociais), que criem, reconheçam e garantam a igualdade e liberdade dos cidadãos, declaradas sob a forma dos direitos. Em outras palavras, desde a sua fundação a democracia é inseparável da ideia de espaço público.(CHAUÍ, 2000, p.12)

Dando sequência à discussão, temos que os movimentos do Sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, organiza a implementação do PT, (Partido dos Trabalhadores), cuja liderança ficou a cargo de Luiz Inácio Lula da Silva. Dessa forma, o ativista Ulysses Guimarães, liderou a criação do PMDB, (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o antigo MDB. E o governador do Rio de Janeiro e getulista, Leonel de Moura Brizola, liderou a criação do PDT, (Partido Democrático Brasileiro).

Havendo a criação desses partidos políticos, juntamente com os demais movimentos sociais, houve pelas lideranças constituídas a reorganização da democracia em território brasileiro, partindo da construção do movimento intitulado Diretas Já. Nesse contexto, a construção dos movimentos sociais para as eleições presidenciais diretas, integrou as pautas de lutas para além das diretas, como investimento na agricultura de pequeno porte, a expansão do acesso à educação, aos serviços de saúde, à infraestrutura urbana, entre outras pautas de luta, deixando, assim, de ser apenas mobilização para o direito ao voto. Desta forma,

---

Desde logo é preciso demarcar nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais. Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.(GONH, 2010, p.03)

---

Nesses moldes, de mudanças nas bases políticas e institucionais, os trabalhadores organizados do estado de São Paulo fundaram a primeira central sindical que teve como objetivo implementar os novos sindicatos, a CUT, Central Única dos Trabalhadores.

Na atuação ativista da CUT, tivemos uma participação para a implementação dessa central de sindicatos com base na militância do PT. Á vista disto, iniciou-se também a criação dos movimentos pela expansão e democratização do acesso à educação em todos os níveis.

No final da década de 1970, a sociedade civil brasileira passou a se organizar em busca da redemocratização do país. E, nesse cenário de mudanças econômicas e políticas, a educação também passou a ser reavaliada. Muitos educadores reuniram-se em diferentes encontros, simpósios e congressos, com o intuito de refletir sobre a educação brasileira. Desses, pode-se citar: SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência); a UNE (União Nacional dos Estudantes), no final da década de 1970; o I Seminário Brasileiro em Educação, em 1978, na cidade de Campinas, SP. De acordo com Moraes (2003, p. 22), o I seminário de Educação, realizado em 1978 na Unicamp, sistematizou o movimento dos educadores brasileiros. Neste seminário, diversas questões pertinentes à educação foram pontuadas.(COLLEONI; MALANCHEN, 2008, p.03, 04)

Por conseguinte, houve a reestruturação das organizações dos estudantes e professores do meio universitário, Por entre esses movimentos também atuaram nas Diretas Já. Esse afã pela redemocratização da república, estimulou boa parte da sociedade brasileira a participar dos movimentos ativistas nas universidades. Logo, reivindicavam naquele momento a expansão do acesso e da qualidade da educação nacional, a retomada das políticas de manutenção da educação superior, e da expansão no financiamento das bolsas.(BITTAR; BITTAR, 2014).

Na conjuntura, a União teve o papel de implementar os novos programas de pesquisa na graduação e na pós-graduação, por meio da concretização de políticas públicas. Neste cenário,



O que se percebe durante o final da década de 1970 e nos anos 1980 é que havia um forte debate em torno da democratização da escola. Neste sentido, os educadores destes períodos lutavam pela instauração de uma política educacional decente, que destinasse verbas públicas para o ensino público, com diretrizes educacionais condizentes á situação do país; valorização do professor com salários dignos, formação continuada para garantir a qualidade e por fim, a escola para todos, com qualidade de ensino, materiais de qualidade, bibliotecas, instalações adequadas e assim por diante. Somente desta forma é que se implantaria a escola pública, universal, gratuita, democrática e de qualidade.(COLLEONI; MALANCHEN, 2008, p.05)

Através dos movimentos organizados pelas IES, houve a construção da pauta de lutas em torno da expansão e da equidade do acesso às instituições de ensino, da implementação dos respectivos planos de carreiras dos funcionários e professores, e do custeio das universidades.

Nessa perspectiva, houve a criação dos sindicatos através de um conjunto de redes, havendo a articulação dos movimentos sociais em torno das universidades, realizando o planejamento das pautas, das paralisações e das greves e somando a um grande bloco de mobilização com outras entidades nas Diretas Já.

Também ocorrem, nesses grandes movimentos outras organizações, como os sindicatos dos trabalhadores rurais, o MST, (Movimento dos sem-terra), o MTST, (Movimento dos trabalhadores sem teto), além dos partidos políticos envolvidos nesse processo, o PMDB, o PC do B, o PDT e o PT. Cabe acrescentar também que,

Apesar da grave crise econômica, a sociedade brasileira vai alimentar grandes esperanças no processo de redemocratização e na chamada nova república. A este período curto e de decepções profundas vai seguir grave crise econômica e descrédito nas lideranças políticas, que capitanearam o governo de transição para as eleições diretas. Desde os anos 70, temos a estruturação de movimentos de educadores na direção de estabelecer o diálogo entre a redemocratização e a educação, quando muitas associações, periódicos, conferências foram criadas no final da década, como a ANPED, ANDES, CNTE, SBPC, revista educação e sociedade, Cadernos Cedes entre outros.(BORGES, 2009, p.43)

Desde a criação da CNTE, (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), com o intermédio da CUT, houve o fortalecimento de várias entidades sindicais direcionadas para o desenvolvimento educacional, em meio a mudanças nacionais constitucionais.

Observando as mudanças políticas do Brasil, tivemos a eleição indireta de 1985, momento no qual foi eleito para presidente da República Tancredo Neves. No período,

houve também um crescimento do PMDB na bancada da câmara federal e nos governos de estado, além de comandar a presidência da república nos anos seguintes.

A eleição para a escolha do primeiro Presidente da República, após 21 anos de governos militares, foi realizada no dia 15 de janeiro de 1985, quando a chapa Tancredo/Sarney foi vitoriosa, com uma vantagem de 300 votos sobre o candidato do governo Paulo Maluf. Após a eleição, Sarney recolheu-se discreta e silenciosamente ao seu sítio do Pericumã, nos arredores de Brasília, e deu a seguinte declaração aos jornais da época: “Preparo-me para ser um vice-presidente discreto, de um presidente forte”. Na época, Tancredo apreciou e elogiou a compreensão e comportamento de Sarney.(D’ELBOUX, 2003, p.06, 07)

A partir desse momento, o presidente eleito apresentou alguns problemas de saúde, vindo a falecer meses depois. Dessa forma, assumiu o cargo José Sarney. A contar da contextualização, ocorreram poucas políticas públicas, e medidas de governo voltadas para a democracia, e para a democratização de acesso aos demais setores sociais, havendo uma crise econômica e fiscal, ao longo da atuação de vários planos monetários instituídos. Entre (1986-1990), o governo brasileiro implementa o plano cruzado, o plano cruzado II, o plano bresser e o plano verão, não ocorrendo sucesso em seu governo, Sarney deixa a economia brasileira com uma inflação de 80% ao mês.

Durante o período de mudanças, o Estado brasileiro adotou o discurso de que o Brasil deveria primeiramente resolver os problemas fiscais, para depois aplicar recursos nas áreas sociais, abrindo acesso da economia brasileira aos bancos internacionais.

Então podemos ver que a política implementada para minimizar os efeitos da crise, tanto socialmente quanto economicamente foi uma postura de não alinhamento, buscando não se afastar da influência do FMI, entretanto sem romper com ele pois ainda não dependia economicamente.(GRZESZAK; MOREIRA; FERRAZ, 2008, p. 140)

Nos anos seguintes, o Brasil sofreu forte influência dos bancos internacionais, o FMI, Fundo Monetário Internacional, o BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, e o Banco Mundial, na execução dos respectivos planos econômicos, inclusive na elaboração de políticas sociais e educacionais.

A partir da política de intervenção dos bancos internacionais nas decisões internas, e sobre manifestações históricas nas ruas das grandes capitais realizadas pelas Diretas Já, o Congresso Nacional aprovou a nova Constituição Federal, a CF de 88, que em seu início, já ressalta

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.(BRASIL, 1988, p.01)

A contar de 1988, os brasileiros passaram a ser regidos por uma nova Constituição, que passou a reformular o funcionamento da sociedade brasileira, reestabelecendo a democracia no território nacional.

A conquista de direitos democráticos não se resume apenas no voto, nos períodos eleitorais, mas abrange também a livre manifestação, a construção das greves e paralisações, o direito à moradia, à alimentação e ao acesso dos serviços públicos, (educação, saúde, emprego e a infraestrutura básica). Citemos outra passagem:

#### CAPÍTULO

IV

#### DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.(BRASIL, 1988, p. 07)

Por conseguinte, ocorreu a primeira eleição presidencial democrática<sup>11</sup>, após a instituição do regime militar, através da qual, tivemos como candidatos ao maior cargo executivo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, PT, Leonel Brizola, PDT, Ulysses Guimarães, PMDB, Mário Covas, PSDB, Fernando Collor de Mello, PRN, entre outros.

Após o pleito eleitoral, o presidente eleito com mais da metade dos votos no segundo turno, foi o candidato apoiado pelas elites, pela imprensa, e pelo empresariado nacional, Fernando Collor de Mello, do PRN, Partido da Reconstrução Nacional.

---

<sup>11</sup> Desse modo: Após 29 anos sem ter ocorrido uma eleição presidencial direta no país, houve a eleição com o maior número de candidatos para o cargo, em que tivemos como candidatos, Luiz Inácio Lula da Silva, PT, Leonel Brizola, PDT, Ulysses Guimarães, PMDB, Mário Covas, PSDB, Roberto Freire, PCB, Aureliano Chaves, PFL, Ronaldo Caiado, PSD, Enéas Carneiro, PRONA, Fernando Collor de Mello, PRN, entre outros. Essa eleição foi a primeira grande esperança das classes populares pelas mudanças da sociedade brasileira, porém com a atuação dos governos posteriores, houve a atuação de políticas neoliberais no país.

## 2.2 PERÍODO COLLOR E ITAMAR FRANCO

A datar da atuação, do governo eleito, Fernando Collor de Mello, algumas entidades internacionais iniciaram a sua atuação, em torno das decisões políticas e econômicas brasileiras, havendo início do neoliberalismo no Brasil. (MARTUSCELLI, 2010)

Nesses moldes de mudanças nas relações sociais e institucionais, inicia-se o processo de privatização do patrimônio nacional, em que, o Estado brasileiro realizou a abertura econômica e comercial do Brasil, e a abertura da política das importações. Essas políticas, foram elaboradas através da pressão do, FMI, Fundo Monetário Internacional, do BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, e do Banco Mundial.

No processo, de abertura econômica e privatização dos setores, o produtivo também sofreu mudanças, havendo uma queda significativa nas exportações brasileiras, afetando o processo de substituição das importações.

O novo governo, empossado em 1990, aprofundou as mudanças no regime de importações do país, iniciadas em 1988, com destaque para a eliminação das restrições não tarifárias, a manutenção da redução gradual das alíquotas de importação, agora através de um cronograma de redução tarifária, e a abolição da maior parte dos regimes especiais de importação. (AZEVEDO; PORTUGAL, 1998, p.03, 04)

Por entre a intensificação das importações, e das medidas comerciais e econômicas de caráter neoliberal, o setor produtivo foi fortemente afetado ao longo da modernização das montadoras automobilísticas, e pela política de abertura. Porém, não houve políticas de inserção, da classe trabalhadora nesse novo setor de produção, ocorrendo a elevação no desemprego de forma desordenada, pela falta de mão-de-obra qualificada. (MARTUSCELLI, 2010)

No decurso das mudanças na política econômica brasileira, que afetaram diretamente o mercado produtivo, alguns setores da burguesia nacional, se posicionaram contra as medidas implementadas pelo Governo Collor.

No processo de mudanças, a classe trabalhadora brasileira também demonstrou a sua insatisfação com o governo da época, e o país vivenciou grandes mobilizações populares, organizadas pelos partidos políticos de esquerda, o PT, o PDT, o PMDB, o PC do B, e ainda pelos movimentos e sindicatos aliados a CUT.

As insatisfações provocadas pela aplicação da política neoliberal repercutiram não só no plano da ação econômico corporativa, mas também no terreno dos partidos políticos, resultando no surgimento de conflitos localizados entre o executivo e o legislativo durante o governo Collor. A centralização do poder na esfera do executivo e a concentração de poderes na área econômica foram aspectos importantes que contribuíram para elevar o grau de descontentamento dos partidos do bloco no poder em relação ao governo federal. Esse descontentamento pode ser evidenciado nas insistentes pressões desses partidos políticos por maior participação na elaboração e na implementação da política econômica e social.(MARTUSCELLI, 2010, p. 543, 544)

Durante os procedimentos políticos e institucionais, o Governo Collor não conseguiu estabelecer uma relação de governabilidade entre a sua equipe de governo e o Congresso Nacional, em que, ocorreu o seu processo de assumir a presidência da república, o seu vice, Itamar Augusto Cautiero Franco, PRN-MG, que estabeleceu várias metas de governo, entre elas, controlar a inflação, que alcançava no momento 1.100% ao ano em 1992.

Durante o governo Itamar Franco, o país implementou as primeiras medidas visando resolver os problemas fiscais, realizando a coalisão de Estado, e passando a compor o governo partidos que foram oposição ao governo Collor, como o PMDB, o PSDB, (Partido da Social Democracia Brasileira), o PDT, o PSB, (Partido socialista Brasileiro) e o PFL, (Partido de Frente Liberal).

A partir dessa repactuação dos setores políticos, o Presidente da República nomeia o novo ministro da fazenda, o sociólogo, Fernando Henrique Cardoso, (PSDB), tendo como principal objetivo, realizar um planejamento fiscal/financeiro voltado para o combate inflacionário. Tais mudanças ocorreram posteriormente à reforma de estado, realizada pelo MARE, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado:

A reforma administrativa é um problema recorrente. Reformas administrativas estruturais só houveram duas no capitalismo. A primeira foi a da implantação da administração pública burocrática, em substituição a administração patrimonialista, que ocorreu no século passado nos países europeus, na primeira década deste século nos Estados Unidos, nos anos 30 no Brasil. A segunda está sendo a da implantação da administração pública gerencial, que tem seus precedentes ainda nos anos 60, mas que, de fato, só começa a ser implantada nos anos 80, no Reino Unido, na Nova Zelândia e na Austrália, e nos anos 90, nos Estados Unidos, quando o tema ganha a atenção do grande público com a publicação de Reinventing Government e a adoção do National Performance Review pelo governo Clinton, e no Brasil, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso,

com a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995).(PEREIRA, 1997, p.41)

Após a mudança estrutural em que o capitalismo adotou o estado-de-bem-estar no mundo pós-1930, institucionalizando o regimento trabalhista e as políticas de financiamento, as economias-nações passaram a realizar uma segunda reforma estatal. Ao contrário da reforma de 1930, essa realizada durante a década de 1990, teve o objetivo de realizar os ajustes fiscais, de implementar o teto de gastos, e reduzir o papel do Estado no desenvolvimento das nações. Ao longo desse planejamento econômico, institucionalizou-se o novo plano monetário brasileiro, o Plano Real:

O Plano Real, considerado o plano de combate à inflação de sucesso para o caso da economia brasileira, não surgiu como uma ideia automática, mas foi muito mais a construção progressiva de um projeto que objetivava eliminar o problema da inflação galopante que predominava no país na década de 80. Esta, conhecida como década perdida e estreitamente ligada ao fenômeno da crise da dívida, representa um dos episódios de maior dificuldade econômica para o Brasil e demais países da América Latina na história econômica contemporânea.(LOPES, 2010, p.189)

A partir da inserção do novo plano monetário o “real” no mercado brasileiro, a moeda nacional passou a ser supervalorizada, acelerando as importações brasileiras e desindustrializando o país. Nessa perspectiva, elevou-se os preços dos produtos nacionais, que se reduz a compra desses utensílios pelos países de primeiro mundo, e conseqüentemente, tivemos um câmbio altamente superior, e eleva-se a importação das mercadorias voltadas para o abastecimento do mercado interno.

Nessa perspectiva, iniciaram as primeiras reformas educacionais, com a atuação dos novos governos constituídos. Tais mudanças também impulsionaram alguns processos institucionais, voltados para a implementação da nova LDB, procedimento que estende-se até 1996.

Entretanto, a história de um outro projeto desenvolve-se paralelamente. Já em 1992, sem esperar que os trabalhos da Câmara fossem concluídos e seu projeto enviado ao Senado, o senador Darcy Ribeiro apresentou projeto de sua autoria no Senado. Não conseguindo aprovação naquele momento, esse projeto passou por novas versões até que, em abril de 1995, mediante um expediente regimental, foi reintroduzido no cenário das discussões, vindo a ser finalmente aprovado pelo Senado em fevereiro de 1996. (SILVA, MACHADO, 1998, p. 31)

Havia nesse momento, grandes expectativas no campo educacional em torno da reformulação das diretrizes educacionais brasileiras. Porém, mediante a atuação dos órgãos internacionais de financiamento das atividades políticas e econômicas do país, tivemos uma dificuldade institucional para a aprovação de algumas reformas. Nesse processo, ocorreu a atuação dos movimentos sociais para a aprovação das leis educacionais.

Segundo Bello (1988) no mesmo ano da implantação da nova Constituição, o Deputado Octávio Elísio apresenta no Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. Neste mesmo tempo muitos educadores, pensadores e líderes de outros seguimentos, vários deles que estavam retornando suas atividades, pois foram impedidos por causa da perseguição ou exílio no regime militar, se engajam em movimentos, tendo alguns deles assumido cargos na área do ensino e somam forças com os demais que aspiram mudanças para a educação, a partir do projeto do deputado. (SILVA, MACHADO, 1998, p. 31)

Com base na atuação das entidades sindicais organizadas pelos trabalhadores, que exigiam algumas reformas na educação que viabiliza-se o acesso ao setor. Entre elas o ANDES, (Sindicato nacional dos docentes das instituições de Ensino Superior), a APP Sindicato, (Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná), a APEOESP – (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), a SINTE-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), a CPERS – (Centro dos professores do estado do Rio Grande do Sul), entre outras. As associações, exigiam o planejamento e a ampliação de recursos voltados para a infraestrutura das escolas e para as universidades.

A partir da atuação dos sindicatos anteriormente mencionados o Estado brasileiro posteriormente ao regimentar a nova constituinte, institui os direitos fundamentais para o desenvolvimento social. Nesses moldes, referente às Políticas Educacionais, regidas pela CF de 88, em que afirma, no seu Art. 205, que “[...] a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.(BRASIL, 1988, p.70)

Com o início da posse do presidente Itamar Franco (1992-1994), institucionalizam-se as primeiras medidas voltadas para a abertura, e democratização de acesso à educação brasileira, exigidas pela Constituição Federal de 1988. Assim,

Na sequência, deu-se início a uma reforma administrativa no MEC, por força da Lei n. 8.490, de 19 de novembro de 1992, que incorporou ao Ministério da Educação a Secretaria dos Desportos e a Secretaria de Projetos Educacionais Especiais da Presidência Da República (FRANCO, 1993). Ademais, o INEP foi reestruturado, intensificando suas atividades de pesquisa, o FNDE também o foi, e o Censo Educacional, importante instrumento de diagnóstico, foi retomado em todo o país a partir de 1993. (FRANCO, 1994, apud, PADILHA, 2016, p.88)

As reformas institucionais no âmbito das secretarias ministeriais da educação, antecederam a profundas mudanças no campo da educação básica e superior. Nesse período, tivemos altos índices de analfabetismo na educação básica, e baixos índices referente aos alunos matriculados e concluintes da educação superior.

Na sequência, houve a regularização do INEP, (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos), que teve o objetivo de realizar as pesquisas estatísticas, voltadas para as modalidades e níveis da educação. Houve também a normatização do FNDE, (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), com a meta de gerenciar os recursos necessários, para a reestruturação de todos os níveis de ensino, tanto ao que se refere à infraestrutura quanto à formulação institucional.

Outra importante alteração na estrutura administrativa, consistiu na transformação do Conselho Federal de Educação em Conselho Nacional de Educação, fato que resultaria em uma maior autonomia do MEC, sobretudo no que diz respeito à gestão do Ensino Superior, com o objetivo de reverter o histórico processo de lobbies que envolvia a representação das universidades particulares, ocorrendo o financiamento direcionado para a expansão da educação superior na modalidade particular.

Apesar dos apelos dos países em desenvolvimento, inaugurava-se, naquele momento, segundo Pinto (2002, p. 110), a política “patrocinada por esse banco, de priorização sistemática do ensino fundamental, em detrimento dos demais níveis de ensino, e de defesa da relativização do dever do Estado com a educação”, cujos efeitos danosos seriam observados, sobremaneira, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995- 2003).(PADILHA, 2016, p.89).

Observando as transformações, regularizou-se o Conselho Nacional da Educação, órgão que ficou responsável por elaborar os respectivos Planos nacionais da Educação. Esses planejamentos educacionais teriam por objetivo em estabelecer metas na Educação para o governo cumprir em âmbito nacional, passando a desempenhar um papel mais



incisivo a partir da implementação da LDB nº 9394/96, instituindo metas dos planos posteriores, como a democratização de acesso a todos os níveis de ensino. Esse processo se deu a partir da atuação de órgãos políticos internacionais na área educacional, como o FMI, BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, BIRD, CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, UNESCO, A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e a UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, na elaboração das políticas educacionais brasileiras.

A primeira sinaliza que as novas demandas de educação explicitadas por diferentes documentos dos novos senhores do mundo – FMI, BID, BIRD – e seus representantes regionais – CEPAL e OERLAC – baseadas nas categorias sociedade do conhecimento, qualidade total, educação para a competitividade, formação abstrata e polivalente, expressam os limites das concepções da teoria do capital humano e as redefinem sob novas bases. Este movimento de mudança das categorias e a necessidade de conservar a natureza excludente das relações sociais, especificam os dilemas e contradições que o capital e os homens de negócio historicamente encontram para adequar a educação aos seus interesses. (FRIGOTTO, 1995, p. 19)

Partindo da intervenção do BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, da UNESCO, A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e da UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Estado brasileiro estabeleceu regras para serem cumpridas no âmbito da Educação, de forma que a União viabilizou recursos para as unidades federativas, (os estados) e os municípios, realizarem a compra dos livros didáticos que auxiliariam a atividade dos professores em sala de aula no ensino básico, nível fundamental I e II e ensino médio.

Observando tais transformações, tivemos a participação e a atuação dos movimentos sociais e dos sindicatos, no processo de construção das novas leis de diretrizes e bases da educação nacional.

Podemos citar, a atuação dos movimentos sociais para a implementação de políticas públicas, voltadas para a democratização de acesso da população brasileira aos demais setores sociais. Os sindicatos liderados pela CUT e pela CNTE, estiveram em permanente atuação, exigindo, a implementação das novas leis de bases educacionais, que regimentasse uma nova educação brasileira em âmbito nacional.

Houve a implementação das medidas governamentais no campo educacional em anos posteriores, em que tivemos a construção de novas universidades públicas e

privadas, a criação de um fundo para a reestruturação da educação básica, e a construção de novas escolas.

É importante mencionar que, apesar de haver a participação popular no processo exigindo transformações no acesso á educação, o setor passou a ser utilizado no período como discurso para a solução dos diversos problemas sociais no país, como a pobreza e a miséria. Porém não ocorreu a atuação de um pacote de medidas financeiras para a infraestrutura no setor, realizando a reprodução de um ensino gerencial, técnico, administrativo e de precário custeio e investimento.

### 2.3 O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E A IMPLEMENTAÇÃO DA LDB n° 9394/96

No cenário de mudanças institucionais no meio da política, Fernando Henrique Cardoso, PSDB, licencia-se do cargo de ministro da fazenda, para ser candidato a Presidente da República, disputando com, Luiz Inácio Lula da Silva, PT e Leonel Brizola, PDT, ambos ativistas dos movimentos pelas diretas já. E vence a aludida eleição

O primeiro governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado por duas agendas principais: a estabilização monetária e as reformas constitucionais. Outras ações importantes levadas a cabo pelo Executivo articularam-se e entrelaçaram-se a essas duas agendas. É o caso das privatizações, da reforma do sistema financeiro e do acordo da dívida dos estados. (COUTO; ABRUCIO, 2003, p.04)

Por entre a proposta de continuidade do governo de Itamar Franco, FHC elege-se no primeiro turno, derrotando os candidatos de esquerda.

Durante a atuação de FHC, a frente da Presidência da República, o governo brasileiro inseriu algumas medidas macroeconômicas ao plano monetário brasileiro. Durante esse processo, houve uma forte atuação do FMI, e do BIRD, nas decisões econômicas, havendo a concretização do neoliberalismo na formulação de políticas econômicas e industriais.

Nesses moldes, o governo FHC reduziu os investimentos em diversas áreas, (educação, saúde, urbanismo, infraestrutura e agricultura), consolidando uma ruptura entre o período desenvolvimentista dos governos constituídos entre 1930-1980, Getúlio

Vargas, Juscelino Kubistchek e os governos militares, e entre os governos instituídos a partir do Consenso de Washington (1989).

As cinco primeiras medidas do período FHC foram referentes à desregulamentação dos mercados, à desestatização, à abertura econômica, à aplicação de políticas recessivas como a elevação das taxas de juros, referente à SELIC, (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Entre as políticas adotadas, a mais controversa foi a que acabava com o monopólio estatal na exploração do petróleo, sendo possível sancioná-las já no primeiro ano de mandato, graças à sua ampla base de apoio congressional. Cabe acrescentar que

Entre 1995-1999, porém, o Brasil operou com déficits na balança comercial. A partir da adoção de uma política cambial de valorização da moeda nacional, foi possível enfrentar a inflação, embora suas consequências tenham levado a destruição de alguns dos elos das cadeias produtivas internas, incapazes de conviver com rápida e descuidada abertura comercial, laboral, financeira, produtiva, e tecnológica verificada no país na década de 1990.(POCHMANN, 2008, p.58)

A partir da atuação do chamado segundo consenso de Washington, o Estado brasileiro elaborou uma política econômica, que passou a cumprir um papel em torno da liberalização do setor privado. Esse modelo econômico resultou em efeitos negativos nos setores sociais, como na elevação do número de desempregados.

A década de 1990 interrompeu uma longa tendência de elevação significativa do emprego na indústria de transformação brasileira desde 1930, quando teve o início o ciclo de industrialização nacional. Somente nos anos 1990, a indústria de transformação apresentou redução de 1.4 milhão de postos de trabalho (média anual de 134.7 mil empregos), não obstante a geração de 7.7 milhões de novas ocupações nos outros setores de atividades econômicas. (POCHMANN, 2008, p.73).

Esse processo de ruptura econômica, passou a remodelar as políticas voltadas para o desenvolvimento da educação, que também passou a ter a intervenção de órgãos internacionais, como o BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, e o Banco Mundial.

Observando as transformações durante década de 1980, iniciou a discussão em torno das novas diretrizes e bases da educação nacional, porém a partir do acordo econômico realizado em 1989, tivemos o processo de sucateamento da educação

brasileira e, nesse contexto, implementa-se a nova LDB nº 9394/96, direcionando-a para uma reforma de abertura e flexibilidade.

Dessa forma procurou-se inserir as diretrizes recém criadas, na perspectiva da reforma de Estado (1995-1998), em que refere-se Bresser Pereira no documento do MARE, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. As secretarias reguladoras devem ser mais autônomas do que as executivas porque não existem para realizar políticas de Estado, mas para executar uma função mais permanente que é essa de substituir-se aos mercados competitivos.(PEREIRA, 1997)

Durante a reforma, o Estado brasileiro teve o intuito de reduzir o poderio estatal na sociedade, reformulando o modelo econômico, no decurso das mudanças que o poder gerencial passa a ser abertamente exposto como ação de governo. A partir dessas mudanças afirma, <sup>12</sup>Bresser Pereira, no documento do MARE, (1997):

Nesta direção, creio ser suficiente, aqui, definir as principais características da administração pública gerencial, que também vem sendo chamada de nova administração pública:

- a) orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário ou cidadão-cliente;
- b) ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão (ao invés de controle dos procedimentos);
- f) transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos competitivos;
- g) adoção cumulativa, para controlar as unidades descentralizadas, dos mecanismos (1) de controle social direto, (2) do contrato de gestão em que os indicadores de desempenho sejam claramente definidos e os resultados medidos, e (3) da formação de quase-mercados em que ocorre a competição administrada;
- h) terceirização das atividades auxiliares ou de apoio, que passam a ser licitadas competitivamente no mercado.(p. 42)

A contar das mudanças nos departamentos federais realizados pelo MARE, a população perdeu em grande parte o auxílio do Estado brasileiro, para o desenvolvimento autônomo que passou a ocorrer sem o apoio de políticas públicas, havendo a terceirização e a privatização das atividades econômicas e sociais. A partir das reformas, a União passou a utilizar o discurso do “cidadão competitivo”.

---

<sup>12</sup> Luiz Carlos Bresser Pereira, Ministro da Fazenda no governo José Sarney, 1987, Ministro da Administração e Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso, 1995-1998 e Ministro da Ciência Tecnologia e inovação, 1999.

Nessa perspectiva, o Congresso Nacional implementou a **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** que instituiu as novas, **Leis de diretrizes e bases da educação nacional**, estabelecendo as regras de funcionamento do sistema educacional brasileiro.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(BRASIL, 1996, p. 01).

O 2º artigo das diretrizes da nova educação brasileira demonstra, que planeja-se pelo Estado brasileiro, um ensino que o ser humano se desenvolverá em solidariedade com a comunidade escolar, assegurando a liberdade em âmbito educacional. Dessa forma, o governo ingressa o setor educacional, no vagão da economia em âmbito nacional, “neoliberal”, limitando o poder do Estado para o desenvolvimento da educação através do que as respectivas comunidades locais, se tornaram responsáveis pelo desenvolvimento dos variados setores da sociedade, a educação, a saúde, a cultura, etc.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;  
 III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;  
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;  
 V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
 VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
 VII - valorização do profissional da educação escolar;  
 VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;  
 IX - garantia de padrão de qualidade;  
 X - valorização da experiência extra-escolar;  
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.  
 XII - consideração com a diversidade étnico-racial.  
 XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)(BRASIL,1996, p.01)

Partindo da atuação das novas diretrizes da educação nacional, e dos movimentos sociais voltados para a educação, aprofundou-se a discussão voltada para a democratização de acesso aos demais níveis educacionais desde a educação de base até o ensino superior. Nesse contexto, exigiu-se do Estado brasileiro, a implementação de políticas públicas que viabilizasse o custeio, para o ingresso da população a esse setor, preservando a gratuidade do ensino.

Referente a LDB n° 9394/96 cabe ressaltar que, iniciou-se a discussão em torno da implementação das novas diretrizes e bases educacionais no Brasil a partir da institucionalização da Constituição Federal de 1988, se dando em uma perspectiva social-democrata ao longo da atuação dos movimentos sociais e educacionais que reivindicavam uma Educação que amplia-se o acesso da população aos demais níveis educacionais sendo de estrutura pública e de qualidade. Na conjuntura o Estado brasileiro realizou junto com demais países da América Latina o consenso de Washington (1989) havendo a criação de uma LDB que regularizou o acesso dos demais níveis educacionais, porém ocorrendo uma abertura para a atuação de organismos internacionais na área educacional.

[...] o conturbado processo de tramitação da atual LDB no Congresso Nacional foi demarcado por dois momentos distintos no que se refere ao contexto sócio-econômico político do país e isso marcou a diferença entre os primeiros projetos encaminhados no final dos anos 80 e o texto final da Lei aprovado em dezembro de 1996. Num segundo momento, considerando o processo de tramitação do projeto de LDB, procuraremos evidenciar as estratégias utilizadas pelos parlamentares interessados em alinhar tal documento ao comando político-econômico do Brasil nos anos 90.(SILVA, MACHADO, 1998, p.24)

Nesse processo, a LDB, implementada em 1996, representou uma nova remodelagem em torno da educação, abrindo a possibilidade da atuação de certas organizações no setor, entre elas a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o Banco Mundial, e o BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Nesses novos tempos,

O argumento é o da “modernização” para o ajuste do país aos novos tempos. O princípio é o da racionalização dos recursos. O objetivo é o da otimização das condições para a competição no mercado mundial. As implicações para o Estado consistem em sua redução a um mínimo, tanto no que se refere à área da produção quanto à dos serviços; daí as privatizações, as desregulamentações, as terceirizações, as parcerias e as diferentes formas de descarte de parte de seus funcionários. (SILVA, MACHADO, 1998, p.26)

Com o início da atuação de entidades na educação da América Latina, o FMI, BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e a CEPAL, Comissão Econômica para a América

Latina, tivemos a expansão do ensino privado, a contenção dos gastos públicos e o setor educacional deixa de lado a idéia de um projeto nacional de desenvolvimento para constituir uma educação de baixo custo, havendo também a proliferação dos cursos EAD's, (educação á distância) expandindo-se principalmente a partir dos anos 2000.

Observando essas questões, durante o regimento da educação superior na nova LDB, houve o mesmo peso na legalização para a criação de instituições públicas ou privadas conforme o, Art. 45 “[...] A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.” (BRASIL, 1996, p. 16) Porém, a partir da atuação das novas diretrizes, a expansão ocorrida via financiamento de políticas públicas, fez com que o êxito da universidade privada fosse significamente maior, do que o da universidade pública, estadual e federal.

Nesse redirecionamento na educação realizada pelas reformas, a União implementa um fundo voltado para a distribuição de recursos, à manutenção e expansão da educação, legalizando em 24 de dezembro de 1996, o FUNDEF, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério:

Art. 2º Os recursos do Fundo serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, e na valorização de seu Magistério.

§ 1º A distribuição dos recursos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal dar-se-á, entre o Governo Estadual e os Governos Municipais, na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino, considerando-se para esse fim:

I - as matrículas da 1ª a 8ª séries do ensino fundamental;(BRASIL, 1996, p.01)

Durante a atuação dessa política, tivemos a redistribuição de recursos recolhidos de alguns impostos, para os estados, (unidades federativas) e para os municípios, com a meta de expandir a construção de novas escolas, realizar a formulação dos planos de valorização da carreira docente, a construção dos programas de alfabetização, além da compra de material escolar, e a abertura de novas turmas nesse nível de escolaridade, conforme veremos no dados a seguir:

**Quadro 10: Complementação da União ao FUNDEF – 1997-2006**

Governo/Ano	Complementação legal em R\$ (milhões)
FHC / 1997	--

FHC / 1998	1.971.322.800
FHC / 1999	1.852.827.000
FHC / 2000	1.988.498.000
FHC / 2001	2.310.316.600
FHC / 2002	2.841.170.000

**Fonte:** Tabela publicada em Edinir e Bassi (2009). Adaptações feitas pelo autor da tese com informações complementares obtidas por meio do estudo técnico N° 07/2007 ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)) e elo site do MEC [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br), acessado em 14/09/2010. Nota \*Valores estimados pelo MEC e STN. Org: NUNES, H, F, P, 2017.

A partir de 1996, a União implementou algumas medidas, com o intuito de cumprir a obrigatoriedade, exigida pela constituinte, em que menciona em seu Art. 6º da Constituição Federal de 1988:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”(BRASIL, 1988, p.04)

Observando a conjuntura mediante aos valores do quadro 10, aplicados no FUNDEF, os estados e os município iniciaram uma estruturação de base na educação básica.

Nota-se portanto, que o governo Fernando Henrique Cardoso não estabeleceu como relevante os investimentos voltados para os setores sociais, (educação, saúde, infraestrutura, urbanismo e agricultura), considerando ainda que o programa voltado para a expansão dos recursos e para o ensino fundamental, foi institucionalizado no dia, 24 de dezembro de 1996, porém só viabilizou-se recursos a começar em 1998, dois anos após a sua legalização. Posteriormente a 2003 houveram maiores recursos destinados a política do ensino fundamental.

A contar da implementação do FUNDEF, política voltada para a expansão dos recursos na modalidade da educação básica, ocorreu também a implementação das primeiras medidas de governo após a implementação da LDB 9394/96, voltada para a expansão de acesso á educação superior, com a criação do CREDUC, (Crédito Educativo). Assim,

§ 2º O crédito educativo abrange:

I - o financiamento dos encargos educacionais entre cinquenta por cento e cem por cento do valor da mensalidade ou da semestralidade,



depositado pela Caixa Econômica Federal na conta da instituição de ensino superior participante do programa.(BRASIL, 1992, p. 01)

O Estado brasileiro regulamenta portanto, o primeiro programa que institui os financiamentos, voltados para o acesso dos estudantes a educação superior, iniciando o processo de expansão das IES privadas brasileiras.

Nesse contexto, o estado brasileiro passou a estabelecer um papel nas relações políticas e econômicas, que intermediou o mercado financeiro global, orientado pelo BIRD. Tais mudanças fizeram com que alguns empresários brasileiros passassem a lucrar com o setor, realizando a cobrança de mensalidade para a realização dos cursos de graduação e de pós-graduação. Notamos que também tivemos o crescimento significativo no número de matrículas a partir das mudanças citadas.

O CREDUC, passou a ser planejado por cada universidade, de acordo com a regulação nacional, que seria aplicada de acordo com a realidade de cada instituição, fato que impulsionou o número de ingressos às IES privadas brasileiras, durante a década de 1990, conforme podemos vermos nos dados posteriores.

**Quadro 11: Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1990-2000)**

Ano	Público	%	Privado	%	Total
1990	578.625	37.6	961.455	62.4	1.540.080
2000	887.026	33	1.807.219	67	2.694.245

**Fonte:** Elaborado com base nos dados do INEP (2010). (\*) incluindo EAD. Org: NUNES, H, F, P, (2017).

Conforme vemos no quadro 11, referente aos números das matrículas na educação superior pública e privada, verificamos o início da expansão realizada no setor particular, Essa expansão se deu a partir da atuação dos financiamentos voltados para o acesso a essa modalidade educacional.

Percebemos que em 1990, ocorreram 961.455 matrículas nas IES privadas. Entretanto, a partir da atuação do CREDUC, verificamos um impulso nos números de matrículas na década de 1990, chegando a 1.807.219 e registrando um aumento percentual de 87.96% em apenas 10 anos.

Referente ao total das matrículas, em que engloba-se também as EAD's, (Educação a Distância), tivemos em 1990, 1.540.080 de matriculados no ensino superior brasileiro, enquanto que no ano 2000, passamos a ter 2.694.245 matrículas nas instituições, uma elevação numérica de 74.94%.

A contar no início do século XXI, foram iniciadas algumas reformas direcionadas para a educação superior, que fizeram parte de um pacote de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais, em que tivemos um crescimento das matrículas das universidades públicas e privadas.

Constituiu-se desde as mudanças na políticas públicas, o crescimento do número de instituições, além de haver incentivos fiscais para a abertura de novas universidades particulares. A criação de novas instituições de ensino superior e de institutos federais, durante o financiamento estatal realizados em parceria com o MEC, (Ministério da Educação), se deu a partir do período que iremos discutir no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (2003-2014)**

Iniciaremos este capítulo discutindo aspectos do ensino superior privado a partir do início dos anos 2000, considerando que a partir da institucionalização do CREDUC, Crédito Educativo implementado a contar da Lei nº 8.436/1992 e do FIES, Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, instituído pela Lei nº 10.260/2001, houve uma evolução no número de matrículas do ensino superior, se compararmos ao período anterior ao de criação do FIES.

Porém, devemos considerar que a partir de 2003, o governo brasileiro realizou mudanças na política econômica, direcionando-a para a formulação de medidas de Estado de desenvolvimento social em diversas áreas da sociedade, (educação, saúde, agricultura, infraestrutura urbana, entre outros). Dessa forma, consideramos importante discutir a atuação dessas duas medidas educacionais mencionadas, para posteriormente adentrarmos no período de objeto da pesquisa, referente à expansão do ensino superior no Brasil entre 2003-2014.

Com isso discutiremos a implementação do PNE, Plano Nacional da Educação (2001-2010) pela Lei nº 10.172/2001 que, direcionou-se ao planejamento educacional para a expansão do acesso à educação em todas as modalidades de ensino. Por conseguinte, o governo brasileiro institucionaliza em 2001 o FIES, Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, com o intuito de expandir e facilitar a realização de financiamento para os estudantes ingressarem nos cursos de Educação Superior.

A datar da implementação do FIES, analisaremos os dados enfocando nas mudanças dos números de matrículas, concluintes de cursos, número de instituições criadas e de investimento por parte do Estado brasileiro no ensino público.

Nesse contexto de mudanças, a América Latina passou a eleger chefes de países denominados por progressistas e sociais democratas. O Brasil elege para presidente da república o ex-metalúrgico, Luiz Inácio Lula da Silva, PT, Partido dos Trabalhadores, propondo um diálogo com os setores da sociedade, entre eles, o setor produtivo, o setor político e os movimentos sociais. Á vista disto, realizaram-se algumas reformas fiscais e econômicas, com o intuito de expandir as exportações e a substituição das importações por produtos nacionais.

Com base nas mudanças, implementa-se políticas de Estado propondo inserir alguns direitos essenciais para a população trabalhadora brasileira, regidos pela CF (Constituição Federal) de 1988, como o direito ao alimento, à moradia, à educação, à saúde, à renda. Assim, entre as políticas implementadas estão a criação do Bolsa Família em 2004, como o Minha Casa Minha Vida em 2009, como o FUNDEB, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação em 2007, como o PAC, Programa de aceleração do crescimento em 2007, além da manutenção e reestruturação dos programas já existentes.

Tivemos a implementação de políticas educacionais voltadas para a ampliação de acesso à educação superior brasileira, por meio do PROUNI, Programa Universidade para Todos, que teve como objetivo expandir o número de matrículas das IES privadas. Além de serem abertas novas instituições na modalidade do ensino superior privado, houve também a vinculação da política do PROUNI com a política do FIES, intercalando as bolsas parciais da política recém criada com os financiamentos parciais da medida já existente. Sobre a criação do PROUNI:

Art. 1º Fica instituído, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais, para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.(BRASIL, 2005, p.01)

Assim realizaremos a análise dos dados referente à medida, enfocando as mudanças nos números de matrículas, concluintes, número de instituições e investimento por parte do governo.

Observando as transformações também discutiremos a expansão na modalidade de Educação à Distância, que apresentou um crescimento de forma considerável no período Lula, constituindo um ensino isolado das demais atividades universitárias, entre elas a pesquisa e a extensão. Dessa forma os estudantes concluíram seus respectivos cursos de graduação nesse tipo de ensino superior, em grande parte do tempo sem o acompanhamento e a orientação de professores acadêmicos especializados. Também fazemos a crítica que a modalidade de ensino privado que ampliou-se de forma mais significativa do que o ensino público.

Nessa perspectiva na modalidade de ensino público federal, iremos discutir a implementação do REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão

das Universidades Federais, política que teve como objetivo expandir e interiorizar o ensino superior federal no território brasileiro. Abordaremos os IFET's, Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, e o SISU, Sistema de Seleção Unificada, discutindo o contexto de implementação desses programas, a expansão dos investimentos em infraestrutura, e na construção das novas universidades implementadas. Realizaremos a análise dos dados referentes aos investimentos anuais do governo brasileiro para a educação pública estadual e federal, (2007-2014) além dos institutos federais tecnológicos.

Os dados para a análise deste capítulo foram obtidos do Caderno do Gea, Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil, elaborado pela FACSIO, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais/Brasil. Desta maneira, discutimos os dados realizando uma análise Histórico Crítica, mencionando a base material para o setor que menciona os números.

### 3.1 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DO FIES (2001-2003): A CRIAÇÃO NO GOVERNO FHC E A CONTINUIDADE NA ERA LULA

A partir do contexto de mudanças no ensino superior, o governo brasileiro institucionaliza em 2001, o PNE, (Plano Nacional da Educação), estabelecido pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que passou a regimentar os objetivos e as metas educacionais, entre os anos 2001-2010. Neste sentido,

#### Objetivos e Metas

1. Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.
2. A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.
3. Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País.
4. Estabelecer um amplo sistema interativo de educação á distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.(BRASIL, 2001, p.25)

Foram estabelecidos os objetivos e as metas no plano educacional, incluindo a construção de novas universidades, a implementação de programas que fortaleçam a

pesquisa acadêmica, a construção de novas escolas, a aquisição de transporte público para a locomoção dos estudantes, entre outras medidas.

Com a finalidade de atender às novas metas educacionais, o governo brasileiro iniciou a implementação de um conjunto de medidas educacionais, promovendo a abertura do acesso à Educação Superior, inicialmente pela via da modalidade privada. Isto posto, o estado brasileiro institucionaliza a Lei nº 10.260 de 12 de Julho de 2001, em que, regulamentou o FIES, (Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior):

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo referido Ministério, de acordo com regulamentação própria. § 1º O financiamento de que trata o caput poderá beneficiar estudantes matriculados em cursos da educação profissional e tecnológica, e em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva, desde que haja disponibilidade de recursos, nos termos do que for aprovado pelo Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-Fies.(BRASIL, 2001, p.01)

A datar da atuação dessa política, os estudantes de graduação tiveram a possibilidade de financiar os seus respectivos cursos de ensino superior, e também conseguiram iniciar o pagamento do curso, apenas a contar do momento que estivessem formados. Por consequência, essas políticas de fortalecimento das instituições privadas se constituíram por entre uma trajetória, na qual a educação brasileira foi historicamente elitizada e dualizada. Desta feita,

Para Nogueira (2008), todavia, existe a divisão de convicções para qual a melhor adequação e escolha de uma ou outra esfera administrativa (pública ou privada) como vetor de crescimento do sistema de ensino superior. Assim, existem aqueles que argumentam a favor de uma ampliação de vagas sustentadas nas instituições públicas e outros nas instituições privadas.(MACIEL, 2015, p.30)

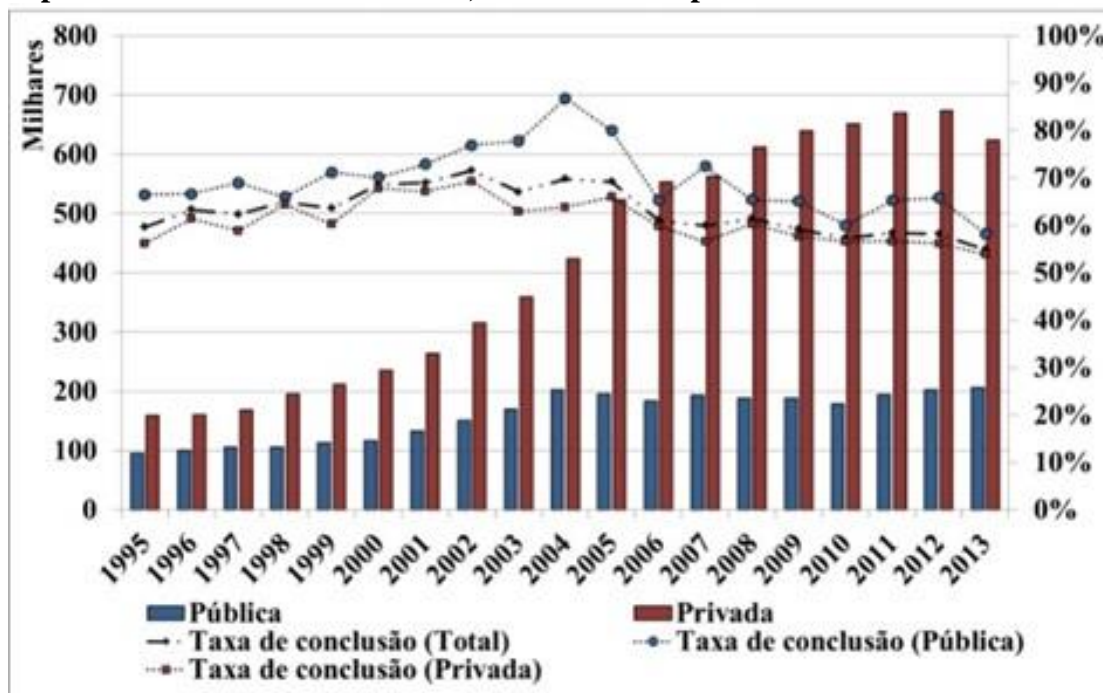
Com início dos acordos realizados pelo Consenso de Washington<sup>13</sup> (1989), vários setores da sociedade foram privatizados. Nesses moldes, o papel do Estado passou a ser

---

<sup>13</sup> Assim: “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era

reduzido, e o setor privado desempenhou um papel também no desenvolvimento educacional. Assim, podemos ver a evolução do número de concluintes da Educação Superior, entre (1995-2013):

**Gráfico 01: Concluintes na graduação presencial e taxa de conclusão (por dependência administrativa) no país entre 1995-2013:**



Fonte: Censo da Educação Superior. Elaboração própria.

Conforme podemos ver no gráfico acima, a partir dos anos 2000 tivemos a atuação das políticas de financiamento voltado para as instituições privadas, mediante ao, número de concluintes do setor passou a aumentar progressivamente. Conforme dados publicados no MEC Ministério da Educação e no INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, entre 1996-2001 houve o crescimento significativo nos números que representam a quantidade de alunos concluintes nas IES, Instituições de ensino superior. Em 1991 foram registrados 236.410 concluintes de graduação, elevando o número para 260.224 em 1996 e registrando uma elevação de 10.07%. Nessa

---

proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington". Nessa avaliação, a primeira feita em conjunto por funcionários das diversas entidades norte-americanas ou internacionais envolvidos com a América Latina, registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região, exceção feita, até aquele momento, ao Brasil e Peru. Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral".(BATISTA, 1994, p. 05, 06)

perspectiva, registrou-se 396.119 concluintes em 2001, constituindo um crescimento nos dados entre 1996-2001 de 52.22%. Essa expansão dos números que representam a quantidade de alunos matriculados, decorreu além da atuação do FIES também do PROUNI, Programa Universidade para Todos, institucionalizado pela **Lei nº 11.096**, de 13 de Janeiro de 2005 assim,

O novo programa de financiamento estudantil, apresenta um discurso de valorização da qualidade do ensino superior. Impôs como condição para o aluno se inscrever no programa, que o mesmo estivesse matriculado em cursos de instituições com avaliação positiva do MEC, entendendo-se como avaliação positiva no mínimo a nota três. Esta condicionante, tem como objetivo o incentivo para as instituições de ensino superior participantes do programa ou com interesse em participar, a realizar investimentos na sua infraestrutura em melhores condições de trabalho, na qualificação do pessoal docente e, conseqüentemente, no seu projeto pedagógico.(ALMEIDA, 2015, p.07)

Percebemos no gráfico, que os dados que indicam os concluintes dos cursos da educação privada, cresceu de forma mais significativa a partir dos anos 2000, do que os concluintes das universidades públicas. Assim, a expansão referente aos números da educação superior brasileira, se realizou mediante a atuação de um projeto de desenvolvimento, que visou fortalecer as instituições particulares de ensino, através dos investimentos estatais. Nesse contexto, também tivemos elevados investimentos no programa de financiamento estudantil, conforme podemos ver nos números:

**Quadro 12: Gastos diretos com o FIES**

Ano	(1) Recurso alocado na LOA para o Fies	(2)Execução financeira do FIES	(2)/(1) %
2000	2.377.548.712	778.975.592	32.76
2001	1.573.740.934	819.426.704	52.07
2002	1.462.663.392	1.381.936.439	94.48
2003	1.398.445.812	1.141.508.636	81.62
2004	1.621.030.333	1.169.726.367	72.16
2005	1.866.614.865	970.558.817	52.00
2006	1.565.289.809	705.595.384	45.07
2007	1.608.251.829	1.449.605.631	90.13
2008	1.625.187.253	1.625.187.255	100.00
2009	1.882.918.022	1.061.074.258	56.35
2010	2.242.050.579	2.177.617.200	97.13
2011	2.148.911.276	3.474.369.098	161.68
2012	2.686.609.468	4.044.183.904	150.53
2013	1.913.441.931	6.511.345.120	340.29
2014	1.673.073.727	13.201.288.365	789.04

**Fonte:** Queiroz (2014) e processos de contas anuais – Fies. R\$ de agosto de 2015. Org: NUNES, H, F, P, 2017.



Conforme mostra o quadro 12, a partir do início da atuação do FIES, tivemos crescimentos elevados, referentes ao custeio de financiamento dos programas de expansão estudantil universitária, sendo que, em 2000, a execução financeira da política, registrou R\$ 778.975.592, um crescimento de 32.76%, se comparados aos investimentos do CREDUC em 1999.

Em 2001, o governo brasileiro aplicou nas políticas de expansão de acesso às IES conforme podemos observar acima, R\$ 819.426.704 e R\$ 1.381.936.439 em 2002, registrando aumentos equivalentes a, 52.07 e 94.48%, respectivamente, período correspondente a fase de transição da era Fernando Henrique Cardoso para a Era Lula.

É importante ressaltar que a execução financeira, é apenas uma parte – embora seja a de maior importância relativa – das despesas com o programa. Além das despesas orçamentárias, deve-se levar em consideração os subsídios implícitos, decorrentes do fato que a taxa de juros cobrada pelo Fies é inferior à de mercado. Esses subsídios são chamados de benefícios creditícios, que são os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, cuja mensuração depende do diferencial entre o custo de captação do governo, e a taxa de juros à qual o programa é operacionalizado. (TACHIBANA; FILHO; KOMATSU, 2015, p.38, 39)

Percebemos que a partir do século XXI, período de realização das reformas no ensino superior brasileiro, houve um crescimento nas taxas de investimentos realizados pela união no financiamento estudantil de ingresso às IES privadas.

Dessa forma o FIES, contou com um plano fiscal de isenção dos juros, medida que permitiu que à população de baixa renda, tivesse condições de ingressar em um financiamento de ingresso, a modalidade de ensino, os dados referente à matrícula aos cursos de graduação, direcionada para o setor privado, passou a elevar-se de forma considerável, conforme mostra o quadro a seguir.

**Quadro 13: Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1990-2010)**

	<b>Público</b>	<b>%</b>	<b>Privado</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
1990	578.625	37.6	961.455	62.4	1.540.080
2000	887.026	33	1.807.219	67	2.694.245
2001	944.584	31.1	2.091.529	68.9	3.036.113
2002	1.085.977	30.8	2.434.650	69.2	3.520.627
2003	1.176.174	29.9	2.760.759	70.1	3.396.933
2004	1.214.317	28.8	3.009.027	71.2	4.223.344
2005	1.246.704	27.3	3.321.094	72.7	4.567.798
2006	1.251.365	25.6	3.632.487	74.4	4.883.852

2007	1.335.177	25.4	3.914.970	74.6	5.250.147
2008	1.552.953	26.7	4.255.064	73.3	5.808.017
2009	1.523.864	25.6	4.430.157	74.4	5.954.021
2010	1.643.298	25.8	4.736.001	74.2	6.379.299

**Fonte:** Elaborado com base nos dados do INEP (2010). (\*) incluindo EAD. Org: NUNES, H, F, P, 2017.

A partir da atuação do acordo político realizado pelo consenso de Washington (1989), o setor privado expandiu o seu domínio na educação superior brasileira. No contexto, em 1990, ocorreram 961.455 matrículas, em instituições particulares de ensino, passando a registrar 1.807.219 de matrículas, durante o decênio, o que corresponde a uma evolução numérica de 87.96%. O setor público registrou em 1990, 578.625 matrículas nas IES públicas, passando para 887.026 matrículas em 2000, o que representa um crescimento de 53.29%.

Podemos mencionar inclusive, que em 1990 62.4% das matrículas, encontravam-se em instituições privadas, passando para 67% em 2000. Em 1990, 37.6% das matrículas foram em instituições públicas, reduzindo esse número para 33% em 2000.

A expansão e democratização do acesso à educação superior, têm se colocado como temas importantes e recorrentes no debate nacional e internacional. No Brasil, seguindo essa lógica, a educação superior vem sendo reformada nas últimas décadas. Desde os anos 1990, uma gama de políticas de ajuste neoliberal vem redefinindo o papel do Estado, e promovendo a reconfiguração da educação superior. Oliveira e Catani (2011) sinalizam, que esse processo decorre das transformações que as sociedades experimentam em razão da mundialização do capital, bem como do processo de globalização de ordem social, cultural e tecnológica. Dessa forma, mudanças no modo de produção impulsionam um modelo de sociedade altamente competitiva. (ROSA, 2013, p.03)

Durante o processo de mudanças tivemos a atuação das bandeiras de lutas dos movimentos educacionais liderados pela CUT, (Central Única dos Trabalhadores), e pela CNTE, (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), pela democratização da educação, durante a década de 1980.

Nessa perspectiva, até o final do século XX, ocorreram poucas políticas públicas no Brasil de inclusão da população de baixa renda, aos demais serviços essenciais, regidos pela CF (Constituição Federal) de 1988, nas áreas de Educação, Saúde, infraestrutura, agricultura, urbanização, etc.

A contar do século XXI, iniciaram algumas reformas fiscais e econômicas, com o intuito de fornecer acesso a um contingente populacional, a alguns desses serviços

fundamentais, e com o objetivo de proporcionar o crescimento econômico do Brasil por meio da construção de políticas sociais.

### 3.2 A ERA LULA E AS REFORMAS VOLTADAS PARA O ENSINO SUPERIOR

A partir da eleição de outubro de 2002, elege-se, para Presidente da República o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva<sup>14</sup>, PT, (Partido dos Trabalhadores). Assim, são realizadas algumas mudanças no campo da ação política, incluindo reformas econômicas, com o intuito de aquecer as exportações brasileiras, e a criação de legislações objetivando regulamentar o trabalho e realizar mudanças na agenda de formulação das políticas públicas. Assim,

O processo político desencadeado pelas últimas três eleições nacionais, possibilitou derrotar democraticamente, o receituário neoliberal que dominou o Brasil desde o final do Governo Sarney (1985-1990), passando pelos governos Collor (1990-1992), e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Assim desde 2003, as ações reunidas em torno do Consenso de Washington, que orientaram as políticas públicas do país, no caso da liberalização da competição e da desregulamentação do trabalho, foram afastadas da agenda das políticas econômicas e sociais.(POCHMANN, 2011, p.69)

Esse processo se deu através de um grande pacto do Estado com os movimentos sociais e com o setor produtivo nacional, por meio de um novo ciclo da denominada substituição das importações, em que os produtos que eram importados passaram a ser gradativamente substituídos pela produção interna. Dessa forma, inicia-se um pacote de políticas voltadas para o desenvolvimento industrial brasileiro, que assim, além de suprir as demandas internas, também teve o objetivo de exportar os produtos industrializados nacionais para os países de primeiro mundo.

O tema do trabalho voltou ao centro do debate, revestido de novas questões e oportunidades após a passagem da noite, em que, predominou-se o pensamento conservador e as políticas de corte neoliberal no Brasil. Por mais de duas décadas, o país se viu constringido das oportunidades de crescimento, emprego e da renda por

---

<sup>14</sup> Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC 1975-1978 e 1978-1981, Deputado Federal 1987-1991, Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores PT 1980-1988 e 1990-1994, Presidente da República Federativa do Brasil 2003-2010.

decorrência das opções políticas adotadas de regressão do papel do estado, e do enfraquecimento das forças de trabalho.(POCHMANN, 2011, p.68)

Nesse processo de mudanças nas políticas, tivemos a inserção de programas voltados para a retomada do crescimento e para a inclusão de um setor da sociedade no mercado de consumo. Entre as medidas implementadas houve a política de valorização do salário mínimo, que teve como meta elevar os salários da população trabalhadora, e a reforma da previdência de 2004, que elevou a renda das aposentadorias pagas. Além da criação de políticas públicas que aqueceram o mercado de consumo e do setor de serviços, gerando empregos e renda.

Como se pode perceber, o grau de desigualdade tende a diminuir após a transferência de aposentadorias e pensões no Brasil. No entanto, a redução torna-se mais pronunciada ao longo do tempo, após a equiparação de benefícios urbanos e rurais, e a elevação do piso para um salário mínimo. Mesmo a distribuição de renda antes do impacto da seguridade diminuiu, ao longo do tempo com a evolução do valor do salário mínimo, considerando que, em geral as desigualdades foram menores, no final do período entre 1978 e 2008.(POCHMANN, 2011, p.68)

Entre as políticas criadas, houve o lançamento de um programa de distribuição de alimentos, o Bolsa Família em 2004, que estabeleceu-se com o objetivo de reduzir a extrema miséria do país. Nesse processo, também tivemos a implementação de políticas públicas que se caracterizaram como políticas de desenvolvimento social, que aqueceram o mercado interno, se tornando, também, políticas econômicas. Assim o Estado brasileiro realizou coalizões, procurando atender interesses de parte da burguesia nacional.

Nada de inusitado, à luz da história brasileira, que justamente o governo de Lula da Silva, tenha logrado recuperar uma política econômica que dá curso à trajetória histórica da revolução burguesa brasileira. Ainda mais quando isso se faz através de coalizões de governo que agregam ao pacto de poder que seu partido lidera – um partido de orientação socialista saído da luta contra a ditadura, vale o registro –, notáveis representantes dos interesses da burguesia autóctone, quando não ela própria. (SILVA, 2014, p.06)

Além das reformas econômicas citadas, houve a criação de um programa de investimento em infraestrutura, o PAC, (Programa de aceleração do crescimento) em 2007, que aplicou investimentos em obras, através da criação de outros programas como, o Minha Casa Minha Vida em 2009, que realizou a construção de moradias para famílias

de baixa renda. Dessa forma, o programa aqueceu as indústrias voltadas para a construção civil, como a Gerdau, a Votorantim, a Tigre, entre outras inúmeras empresas.

O estado tentava contornar o problema garantindo o que Harvey (1989) denomina salário social, já que a legitimação do estado dependia do acesso amplo aos benefícios do fordismo, e portanto, de ele proporcionar a todos assistência médica, habitação, e serviços educacionais que fossem adequados em larga escala.(PERONI, 2003, p.23)

Nesses moldes ocorreu a criação de políticas de Estado, voltadas para a expansão de recursos a fim de reestruturar a educação básica em território nacional, pelos investimentos que passaram a ser destinados a toda a educação básica, desde a educação infantil até o ensino profissional e tecnológico, deixando de lado aquelas medidas de governo anteriores destinadas apenas ao ensino fundamental. Neste âmbito a União institucionaliza o FUNDEB em 2007 que passou a recolher impostos dos estados (unidades da federação), municípios e do Distrito Federal, para posteriormente acrescentar um contingente de recursos advindos da esfera federal, e redistribuir para as demais esferas de governo no país. Deste modo a política contou com o planejamento administrativo do FNDE, Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação, e do MEC, Ministério da Educação, para a gestão dos recursos.

No âmbito o governo brasileiro institucionaliza o FUNDEB partindo da Lei nº 11.494/2007. “Art. 1º É instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil.”(BRASIL, 2007, p.01)

Dessa forma podemos observar os números que demonstram a ampliação de recursos federais, destinados para a educação básica entre 2003-2009:

**Quadro 14: Valor aluno-ano e complementação da União ao FUNDEF e ao FUNDEB 2003-2009**

<b>Governo</b>	<b>Ano</b>	<b>Complementação da União</b>
<b>LULA (FUNDEF)</b>	<b>2003</b>	362.100.000
	<b>2004</b>	485.000.000
	<b>2005</b>	395.300.000
	<b>2006</b>	369.100.000
<b>LULA (FUNDEB)</b>	<b>2007</b>	2.000.000.000
	<b>2008</b>	3.174.300.000
	<b>2009</b>	3.937.430.000
	<b>Total</b>	<b>13.046.607.180</b>

Fonte: MEC e STN. Org: NUNES, H, F, P, 2017.

Os dados revelam que a partir da implementação do FUNDEB, há uma ampliação significativa dos recursos referente ao financiamento da educação básica. Assim, entre 1997-2006, o estado brasileiro viabilizou, R\$ 3.934.877.180<sup>15</sup>, em 10 Anos. A datar da atuação do programa de educação básica entre 2007-2009, foram viabilizados, R\$ 9.111.730.000, em apenas 3 anos.

O FUNDEB instituído pela Lei n° 11.494/2007, construiu novas escolas, novas salas de aula e laboratórios de informática para as escolas, conforme a expansão de investimentos citadas acima. Além disso, essa política de governo teve o objetivo de adquirir novos ônibus para o transporte de alunos, ocorrendo através dos investimentos no programa, Caminhos da Escola, a expansão das indústrias de transportes. Essas transformações estruturais resultou das políticas caracterizadas por alguns autores como pós-neoliberais.

Há sinais de mudança estrutural no capitalismo, neste início do século 21, que apontam para uma perspectiva pós-neoliberal. Assim como a saída da Depressão de 1929 representou o fim do liberalismo existente, a retomada do mundo pós-crise global significou o recuo do neoliberalismo. A tributação sobre inovadoras formas de riqueza, permitiu constituir o fundo público, superior ao permitido pelo Estado mínimo (liberal).(POCHMANN, 2011, p.18, 19, 20)

Também houve a expansão dos recursos da política do FUNDEF, (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), a primeira medida pública após a atuação da LDB n° 9394/96, voltada para a reestruturação da educação básica e para a valorização dos docentes, política que atuou até a implementação do FUNDEB.

No período de tais mudanças no ensino básico, ocorreu a criação e a atuação de políticas voltadas para o acesso a educação superior. Anteriormente ao Governo Lula 2003-2010, se deu a institucionalização da, Lei n° 10.260/2001, que estabeleceu o FIES, Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. A partir do período Lula o governo brasileiro deu-se a criação da, Lei n° 11.096/2005, que implementa o PROUNI, Programa Universidade para Todos, do Decreto n° 6.096/2007, que institui o REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, e da Lei n° 12.711/2012, que institucionaliza o SISU, Sistema de Seleção Unificada.

---

<sup>15</sup> Conforme os dados de investimento no FUNDEF que consta na página 57.

### 3.2.2 O Prouni

No início dos anos 2000, as universidades privadas encontravam-se inadimplentes com o estado brasileiro. Mesmo a partir da abertura do Crédito Educativo instituído pela Lei nº 8.436/1992, e pelo FIES, Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, houve a desistência de uma parte dos estudantes aos respectivos cursos de ensino superior. “Ambas foram usadas como instrumentos para atrair a demanda; porém, não parecem ser suficientes para sustentar as IES fragilizadas pela concorrência, diante das elevadas taxas de inadimplência e de desistência.” (HOLANDA, 2007, SILVA FILHO, 2007, apud, CARVALHO, 2013, p. 768).

Nesse contexto, ocorreu a expansão das políticas de financiamento estatal, no decorrer o Estado brasileiro iniciou a implementação de políticas voltadas para a construção de novas universidades e para a expansão das matrículas na modalidade de ensino.

A marca do populismo, do nacionalismo e do desenvolvimentismo pode ser encontrada nos processos de transformação do ensino superior brasileiro, quer se trate da política educacional de estado, quer se analisem os esboços da política traçados por professores e estudantes.(CUNHA, 2007, p.43)

Na conjuntura, o Estado institucionaliza o PROUNI, **Programa Universidade para Todos**, através da, **Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005:**

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.(BRASIL, 2005, p.01)

As reformas voltadas para essa modalidade de ensino passaram por políticas de caráter social a partir da implementação do PROUNI, e essas mudanças tiveram o intuito

de incluir pessoas de baixa renda no ensino universitário, através da concessão de bolsas de estudos, integrais e parciais.

O governo brasileiro, também criou medidas de vinculação entre o PROUNI e o FIES, com o objetivo de vincular o financiamento estudantil, com o plano de bolsas do programa. Assim, observamos os números referentes ao crescimento das bolsas do aludido programa.

**Quadro 15: Número de bolsas oferecidas pelo PROUNI entre 2005-2009**

Ano	Nº de bolsas
2005	112.275
2006	138.668
2007	163.854
2008	225.005
2009	247.643

Fonte: Ministério da Educação (2010). Org: NUNES, H, F, P, 2017.

Percebe-se que, ocorreram em 2005, ano de criação do programa, 112.275 bolsas, iniciando um crescimento que passou a ser contínuo, passando para 138.668 bolsas, em 2006, uma elevação percentual de 23.50%. Em 2007, foram registradas 163.854 bolsas e registrou-se uma elevação percentual de 18.16%. Nota-se que a partir de 2007, ano de criação de outras políticas importantes no âmbito da educação, tivemos um crescimento maior com relação às bolsas ofertadas pelo programa. O PROUNI, foi resultado da criação de políticas públicas com orientação para o desenvolvimento social. Desta maneira

O Brasil encontra-se entre os países que apresentam, elevada trajetória de mudança social. Em termos internacionais, observa-se que o indicador de mobilidade social do conjunto da população, apresenta-se muito diferenciado entre as nações. Ao se utilizar parâmetros relativamente homogêneos de medida da mobilidade social nacional, pode-se constatar que o Brasil localiza-se entre os países com as mais altas taxas de mudança social.(POCHMANN, 2011, p.142)

Essa ampliação foi resultado do acréscimo de recursos, do governo federal a partir da institucionalização da Lei nº 11.578/2007, que regulamentou o PAC, havendo a expansão das políticas em infraestrutura no país, com o intuito de criar mecanismos contra a crise global de 2008. Assim, vários setores foram beneficiados com o programa, (a habitação, a agricultura, o urbanismo, a educação, entre outros). Mediante a ampliação de



bolsas do PROUNI, ao longo do processo foram abertas novas instituições de ensino superior privado.

No âmbito tivemos, a partir da aplicação dessas políticas, o crescimento nos números referentes às matrículas das instituições e dos estabelecimentos de ensino na modalidade privada, conforme podemos ver no quadro abaixo.

**Quadro 16: Estabelecimentos e matrículas do ensino superior privado no Brasil (1985-2010)**

Ano	Estabelecimentos De ensino		Matrículas nas IES		
	Privado	% sobre o total	Total	Privadas	% sobre o total
1985	626	72.9	859	810.929	59.3
1990	696	75.8	918	961.455	62.4
1995	684	76.5	894	1.059.163	60.2
2000	1.004	89.2	1.126	1.807.219	67
2005	1.934	89.3	2.165	3.321.094	72.7
2010	2.100	88.3	2.378	4.736.001	74.2

Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (2010). (\*) incluindo EAD. Org: NUNES, H, F, P, 2017.

Observando os dados percebe-se que entre 2000 a 2005, houve um crescimento ainda maior das instituições privadas, em 2000 eram 1.004 instituições, passando para 1.934 em 2005, um aumento de 92.62%. Esse crescimento pode ser explicado pelo fato, de que inicia o custeio do FIES, a partir do período abordado nos dados, (2000-2005).

A partir do pacote de políticas sociais implementadas nos últimos 15 anos, houve a expansão do número de instituições privadas de ensino superior, fato que deu continuidade à mercantilização da modalidade de ensino, da mesma forma que fizeram governos anteriores.

O liberalismo representava portanto, a via pela qual se reestabeleciam os nexos de dependência em relação ao exterior. No entanto, o caminho da autonomia e superioridade proposto não era o de um povo, mas o de pequena parte que detinha o privilégio de apossar-se do destino da coletividade.(FERNANDES, 1976, apud, PERONI, 2003, p.42).

Porém, houve a inclusão da população socioeconômica desfavorecida ao nível de ensino, algo que já era regimentado segundo a Constituição Federal de 1988, mas que passa a ser cumprido a partir de 2005 no Brasil, 17 anos depois. “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.”(BRASIL, 1988, p. 88)

Entre a implementação da nova constituinte (1988) até o período de cumprimento das legislações sociais houve um intervalo de 15 anos. A partir da consolidação do consenso de Washington (1989), o Estado brasileiro institucionalizou reformas que conduziram a política brasileira na contramão da Constituição Federal. Dessa forma realiza-se a reforma de Estado pelo MARE, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, sob a intervenção do BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, e do Banco Mundial.

Observando esses fatos, apenas em 2002 elege-se um presidente da república a contar de um consenso entre a sociedade, setor político, movimentos sociais e o setor produtivo, e implementando as políticas de desenvolvimento social, entre elas as medidas direcionadas para o ensino superior.

O PROUNI, Programa Universidade Para Todos, além de liquidar a inadimplência e fortalecer as instituições de ensino particulares na modalidade presencial, na qual exige-se a presença do acadêmico para a realização dos respectivos cursos de graduação, também expandiu a Educação à distância, conforme veremos a seguir.

### 3.2.2 A Educação à distância

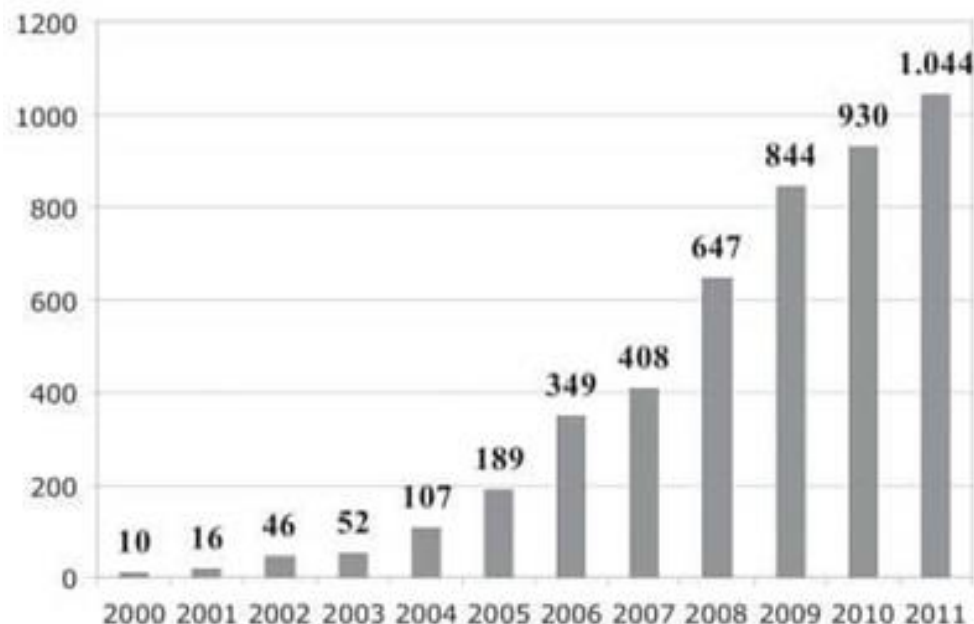
Nesse contexto de expansão do ensino privado, tivemos um crescimento da educação à distância, sendo vinculada à política do PROUNI, a partir da implementação do **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**, que institui a UAB, Universidade Aberta do Brasil. Assim,

Os números que se configuram no PNE, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, são significativamente altos e, por conseguinte, bastante desafiadores. Desse modo, a oferta de cursos a distância aparece no cenário atual como uma forte, aliada para que as metas do PNE sejam realmente alcançadas.(FERREIRA, GAMEZ, 2015, p. 02)

Através da atuação desse novo Plano Nacional da Educação implementado pela Lei nº 10.172/2001, o Estado brasileiro implementa medidas educacionais a fim de facilitar e expandir o acesso à educação superior. Nesses moldes, tivemos a expansão das instituições privadas à distância, nas quais as exigências de cursos de graduação acompanhados pela pesquisa, e pela extensão deixaram de ser prioridade.

No gráfico abaixo, é possível analisar os dados referente aos números de cursos à distância.

**Gráfico 02: Evolução dos cursos EAD na graduação**



Fonte: MEC/INEP.

A partir da inserção das políticas voltadas para as IES, verificamos um crescimento nos números voltados para os cursos de educação à distância. Em 2000, foram registrados 10 cursos da modalidade EAD's, registrando aumentos significativos e chegando a 16 em 2001, a 46 em 2002, e a 52 em 2003, com crescimentos de 60%, 187.5% e 13.04%, respectivamente, se compararmos esses números aos dos anos anteriores. A partir dos anos 1990 amplia-se o domínio do setor privado no ensino superior, processo que diversifica-se as modalidades ensino nas Universidades, neste sentido inicia a formação do ensino a distância, desse modo

A diversificação da educação superior, também não é uma marca doméstica. O sistema universitário, no plano internacional vem passando por transformações rumo a um sistema pós-secundário amplamente diversificado, de modo que a multiplicidade de arranjos institucionais, assim como a diferenciação e a especialização funcional, passam a se constituir tendências internacionais desse nível educacional, fortemente incentivadas por organismos internacionais. (MANCEBO, 2015, p.09)

A partir da atuação do programa de acesso às instituições privadas, e de sua integração com a política do FIES, o crescimento dos cursos de educação à distância, passou a ocorrer de forma mais significativa. Registrou-se 107 cursos de educação à distância em 2004, passando para 189 em 2005, o que representa em um crescimento de 76.63%, nos números. Em 2005, o número de cursos de EAD's foram de 349, registrando um crescimento de 84.65%.

Os respectivos aumentos percentuais em torno da política das EAD's, foram menos agressivos, de que os mencionados anteriormente. Nessa perspectiva, registrou-se 408 cursos em 2007, passando para 647 em 2008, e 844 em 2009, o que representa um crescimento de 58.57%, e 30.44%, respectivamente.

Incluiu-se então, a expansão de recursos voltados para a educação à distância, que tornou-se de baixo investimento para o Estado brasileiro, considerando que os estudantes não tiveram a necessidade de estar presentes nas instituições para a realização das aulas dos respectivos cursos, não havendo também, a abertura nesses cursos de projetos de pesquisa e de extensão. Tal fato desqualifica o nível de formação dos estudantes, que cursam graduação na modalidade à distância, pela precariedade da pesquisa no decorrer dos respectivos cursos de graduação. “O objetivo é o da otimização das condições para a competição no mercado mundial. As implicações para o Estado consistem em sua redução a um mínimo, tanto no que se refere à área da produção quanto à dos serviços.”(SILVA, MACHADO, 1998, p. 26)

Observamos que o fortalecimento do setor privado foi mantido e expandido por algumas medidas governamentais implementadas a partir do governo socialdemocrata do PT, seguindo a tendência da conhecida terceira via. Nela, o Estado desenvolveu mecanismos em convênio com o setor privado, a fim de desenvolver a sociedade capitalista, e incluir as camadas mais pobres da população nos serviços oferecidos pelos setores privados, porém, alguns dos serviços particulares prestados em convênio com o setor público apresentam baixa qualidade.

Nesse contexto, os dados a seguir demonstram os cursos presenciais, comparados com os números dos cursos à distância criados entre 1991-2011:

**Quadro 17: Evolução do Número de cursos presenciais e à distância na modalidade privado e público entre (1991-2011)**

Ano	Presenciais	%	À distância	%
1991	4.908	100	0	0
1992	5.081	100	0	0

<b>1993</b>	5.280	100	0	0
<b>1994</b>	5.562	100	0	0
<b>1995</b>	6.252	100	0	0
<b>1996</b>	6.644	100	0	0
<b>1997</b>	6.132	100	0	0
<b>1998</b>	6.950	100	0	0
<b>1999</b>	8.878	100	0	0
<b>2000</b>	10.585	100	10	0.1
<b>2001</b>	12.155	100	16	0.1
<b>2002</b>	14.399	100	46	0.3
<b>2003</b>	16.453	100	52	0.3
<b>2004</b>	18.644	99	107	0.6
<b>2005</b>	20.407	99	189	0.9
<b>2006</b>	22.101	98	349	1.6
<b>2007</b>	23.488	98	408	2
<b>2008</b>	24.719	97	647	3
<b>2009</b>	27.827	97	844	3
<b>2010</b>	28.577	97	930	3
<b>2011</b>	29.376	97	1.044	3

Fonte: MEC/Inep. Org: NUNES, H, F, P, 2017.

O que o quadro sinaliza é, que a partir da atuação do FIES (2001), e do PROUNI (2005), o ensino universitário à distância inicia a sua expansão de forma significativa, apresentando crescimentos percentuais significativamente maiores se comparados com os números do ensino presencial. Estas medidas públicas ocorreram em decorrência da reforma de estado<sup>16</sup> efetuada no governo Fernando Henrique Cardoso 1995-2002, que reduziu o papel do Estado no desenvolvimento da sociedade a uma dimensão mínima. Logo

O pressuposto da reforma do Estado é chamado “colapso da modernização”, ou declínio do estado de Bem-Estar, que deve receber a ação racionalizadora trazida pela economia política neoliberal nascida por volta de 1974. O neoliberalismo econômico e político tornou-se responsável pela mudança da forma de acumulação do capital hoje conhecida como “acumulação flexível”, e que não havia sido prevista pelo grupo neoliberal. De fato este prepusera seu pacote de medidas, na certeza de que baixaria a taxa de inflação e aumentaria a taxa de crescimento econômico. A primeira aconteceu mas a segunda não por que o modelo incentivou a especulação financeira, em vez dos investimentos em produção o monetarismo superou a indústria. Donde falar-se em “capitalismo pós-industrial”. É esse modelo com ajustes

---

<sup>16</sup> Além de delimitar a área de atuação do Estado nos termos propostos na seção anterior, a reforma do Estado envolve um processo de delimitação de seu papel regulador e portanto dos processos de desregulamentação. Uma coisa é definir a abrangência institucional do Estado, é saber se o Estado deve se ocupar diretamente de uma série de atividades, como ocorreu no Estado Social-Burocrático, ou se tenderá a se limitar a suas funções específicas, como aponta a reforma do Estado em curso; outra coisa é determinar qual a extensão do seu papel de regulamentador das atividades privadas.(PEREIRA, 1997, p.32)

monetaristas que vem sendo aplicado para a Reforma do Estado brasileiro.(CHAUÍ, 2000, p.177)

Nesse contexto, a educação à distância representou a redução dos gastos governamentais e a ampliação do número de cursos e matrículas no ensino superior brasileiro. Cabe salientar que nessa modalidade de educação superior, a discussão entre ensino e pesquisa encontram-se ausentes. Por conseguinte, não podemos deixar de ressaltar que:

O Estado na perspectiva lógico/histórica aqui adotada, tem na vida material dos indivíduos sociais a sua base. Esta não se dá segundo a vontade do estado, mas é condicionada pelo modo de produção capitalista e pelas suas formas de intercâmbio, necessárias enquanto houver divisão do trabalho e propriedade privada.(PERONI, 2003, p.21)

A educação à distância se estruturou na forma condicionada ao sistema capitalista no modelo neoliberal de sociedade, onde os investimentos são mínimos. Assim, se compararmos os dados mencionados acima, com os números referentes ao crescimento anual da educação à distância entre 2000-2011, perceberemos que a educação não presencial, teve elevações percentuais significativamente maiores, do que se comparado aos números citados referente ao ensino presencial.

Apesar do Estado brasileiro ter condicionado a expansão da educação não presencial, institucionaliza-se a partir de 2007, um pacote de políticas públicas direcionadas para a implementação, reestruturação e expansão das universidades federais em território nacional.

### 3.2.3 O Reuni

Em 2007, o governo brasileiro implementa uma política voltada para a expansão da educação superior federal pelo território brasileiro, através da institucionalização do **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Essa Política pública, ampliou a criação de instituições de ensino a partir dos investimentos realizados pelo Estado brasileiro. “Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior.”(BRASIL, 2007, p.01)

A implementação e atuação do REUNI, além de ampliar as vagas e recursos voltados para o ensino superior federal, também enquadrou-se como mecanismo de combate à crise econômica de 2008, movimentando o setor da construção civil, através da criação de novas universidades. Portanto,

Na crise internacional do final de 2008<sup>17</sup>, o Brasil foi um dos últimos países a serem contaminados e um dos primeiros a superá-la, pois tinha manejo e ousadia para fazer políticas contra cíclicas (redução dos tributos e juros, com aumento do crédito público e das políticas de garantia de renda), que evitaram o pior especialmente o deslocamento do ônus para os mais pobres, conforme verificado até então. Nas crises internacionais anteriores, (1981-1983; 1990-1992; e 1998-1999) o Brasil, adotou políticas pró-crise, (aumento dos tributos e juros, com a contração do gasto e crédito públicos), que aprofundaram o sofrimento humano e tornaram a economia nacional mais dependente do exterior.”(POCHMANN, 2011, p.141)

No ano de 2007, ocorreu a implementação de alguns programas sociais, que também foram mecanismos de combate à crise de 2008. Entre as políticas implementadas, podemos citar o já citado PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), institucionalizado através da Lei nº 11.578/2007 voltado para a expansão de recursos à infraestrutura, por meio de medidas viabilizadas pela Caixa Econômica Federal, e pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com o intuito de movimentar o setor industrial, de serviços e do comércio.

A partir disso, tivemos a criação de outros programas atrelados aos investimentos do PAC, entre eles o programa de construção de moradias populares, o Minha Casa Minha Vida, sendo implementado através da Lei nº 11.977/2009. O governo Lula fortaleceu a administração operacional e técnica do Estado, paralisando a privatização e reativando o planejamento reorganizador do setor público.(POCHMANN, 2011).

---

<sup>17</sup> Desta maneira: “Na década de 2000, no período antecedente à crise, a expansão do consumo nos EUA foi, em grande medida, viabilizada pela valorização imobiliária generalizada, mesmo num quadro de estagnação da renda (fluxo) das famílias e das empresas. Junho de 2006 marca o pico no gráfico da valorização imobiliária norte-americana. A partir de então tem começo um agudo processo de deflação, expresso numa rápida e significativa redução dos preços dos imóveis. No início de 2009, estes ativos valiam, em média, 60% dos preços vigentes em meados de 2006. Simultaneamente, observa-se nos EUA uma retração da demanda agregada desde 2006, circunstância que tem entre seus principais determinantes a desaceleração da construção civil e a redução do gasto das famílias, até então baseado no modelo de consumo por rolagem de dívida. A insolvência de uma instituição financeira relevante implicou crise de desconfiança, aversão ao risco e fuga para a liquidez, fatos que tornaram o crédito escasso e seletivo. Por sua vez, os efeitos perversos do racionamento de crédito sobre a demanda agregada estancou o crescimento econômico e empurrou a economia norteamericana para uma recessão, o que pode ser constatado pela queda de 6,3% na variação do PIB real anualizada, correspondente ao quarto trimestre de 2008. (FERRAZ, 2013, p.19, 20)”

Nesse conjunto de mudanças, houve a criação de novas Políticas Educacionais, na perspectiva de implementação de políticas anticíclicas de combate à crise econômica. Entre as medidas educacionais criadas, citamos o FUNDEB, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, em que, através da Lei nº 11.494/2007, construiu-se novas escolas e creches e proporcionou ainda a aquisição de novos ônibus escolares.

Nesse pacote, o Estado brasileiro institucionalizou a política do REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que proporcionou um conjunto de medidas voltadas para a infraestrutura e para a ampliação dos investimentos de Estado, direcionados à expansão de acesso às instituições de ensino superior federais. Dessa forma, os dados a seguir demonstram a evolução do número de Universidades federais entre (1991-2011):

**Quadro 18: Evolução do número de Universidades públicas Federais e Estaduais**

Ano	Universidades Públicas
1991	59
1996	72
2001	71
2006	92
2011	101

Fonte: MEC/Inep. Org: NUNES, H, F, P, 2017.

Conforme observamos na quadro acima, entre 2001-2011, período em que a América Latina iniciou mudanças institucionais e políticas, se afastando dos governos neoliberais para construir governos “progressistas” ou “sociais democratas”, o número de universidades federais cresceu de forma significativa, o que mostra a atuação de um Estado interventor a partir do período mencionado. Nesse contexto, o número de IES públicas, passou de 71 em 2001, para 96 em 2006 e 101 em 2011, um acréscimo de 29.57% e 9.78% respectivamente. Essa elevação na abertura no número de instituições públicas dos últimos anos, se tornou mecanismo para o desenvolvimento da dinâmica econômica brasileira. É preciso lembrar que,

Pode se estimar que quase a metade de toda a produção da riqueza nacional, relaciona-se diretamente ou indiretamente à dinâmica da economia social. Essa novidade na composição da dinâmica econômica puxada pelo gasto social, impõe diferenças significativas com outras fases de expansão produtiva.(POCHMANN, 2011, p.127)



Nesse contexto, através de investimentos direcionados pelo PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, houve a abertura e a construção de novas universidades federais, fato que também contribuiu para a expansão no setor da construção civil. Essa medida fez parte de um pacote de políticas governamentais contra-cíclicas, que teve o objetivo de proteger o país contra a crise global.

Dessa forma, houve o acréscimo significativo no número de matrículas em instituições de ensino superior públicas. Vejamos:

**Quadro 19: Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos no ensino superior brasileiro (2000-2010)**

	<b>Público</b>	<b>%</b>
<b>2000</b>	887.026	33
<b>2001</b>	944.584	31.1
<b>2002</b>	1.085.977	30.8
<b>2003</b>	1.176.174	29.9
<b>2004</b>	1.214.317	28.8
<b>2005</b>	1.246.704	27.3
<b>2006</b>	1.251.365	25.6
<b>2007</b>	1.335.177	25.4
<b>2008</b>	1.552.953	26.7
<b>2009</b>	1.523.864	25.6
<b>2010</b>	1.643.298	25.8

Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP (2010). (\*) incluindo EAD. Org: NUNES, H, F, P, 2017.

Em 2000, houve 887.026 matrículas nas instituições federais, passando a registrar, 944.584, um crescimento de 6.48%. Por conseguinte tivemos um aumento significativo entre 2003-2004. Em 2003, ocorreram 1.176.174 matrículas passando para 1.214.317 em 2004, e registrando um aumento percentual de 3.24%. Diante do surgimento de políticas que se propunham a democratizar o acesso, é fundamental o estudo nas concepções para essas políticas, e como estas estão repercutindo no ensino superior (MACIEL, 2014).

Percebemos que, da mesma forma em que elevou-se o número de cursos e de instituições de ensino superior federal, cresceu o número de matrículas no ensino federal, a partir da criação do REUNI. Porém esses dados permaneceram bem abaixo do número de matrículas do ensino superior privado. Salientando,

Ao analisar as proposições do Programa REUNI, quanto ao objetivo da democratização, visualiza-se que o aumento nas vagas, e o acréscimo da oferta dos cursos à noite nas instituições federais, poderão representar uma possibilidade concreta de democratização do acesso ao ensino superior para os estudantes trabalhadores, destacando também o incentivo à política de interiorização universitária, o que permitirá o

acesso à universidade de pessoas que moram afastadas das capitais e que não possuem condições de se deslocar para os grandes centros urbanos em busca do ensino superior.(MACIEL, 2014, p.21).

Porém, o direcionamento das políticas públicas implementadas no Brasil, pós século XXI, ainda sofreu os efeitos do Consenso de Washington que determinou-se à privatização e à mercantilização do setor educacional. Dessa forma, como podemos ver nos dados do quadro acima, em 2000, 33% das IES permaneciam de domínio público, e a proporção numérica referente às universidades privadas ainda representavam 66%. No contexto tivemos a intervenção de organismos econômicos internacionais na condução das políticas brasileiras.

Para ser conduzido as fileiras do primeiro mundo, o país deveria adequar-se as exigências do receituário neoliberal: “a minimização do Estado, é assim recomendada como condição prévia indispensável para que a economia brasileira, se torne atraente aos olhos dos investidores estrangeiros.”(GONÇALVES, 1992, p.165, apud, PERONI, 2003, p.46)

Observando os números, podemos dizer que as políticas de caráter neoliberal e de privatização do setor público, instituídas durante a década de 1990 pelos organismos internacionais, o Banco Mundial, a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e o BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, atuaram na elaboração das políticas voltadas para o ensino superior instituídas nos anos 2000, mesmo depois das mudanças na condução da política econômica e social. Porém, a partir das mudanças na política econômica pós-2003 deu-se a expansão da educação superior na modalidade pública.

A dinâmica da economia nacional encontra-se associada ao comportamento do gasto social, pois, este corresponde ao fortalecimento do setor privado na produção de bens e serviços, adequados à crescente demanda decorrente do processo de inclusão de enormes segmentos tradicionalmente excluídos.(POCHMANN, 2011, p.140).

Apesar do número de instituições federais ser significativamente menor do que as particulares, tivemos um crescimento significativo referente ao número das matrículas nas universidades federais a partir da atuação do REUNI, se comparados aos números das instituições estaduais:

**Quadro 20: Matrículas em cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas entre 2001-2010**

Ano	Federal	Estadual	Total
2001	504.797	360.537	944.584
2002	543.598	437.927	1.085.977
2003	583.633	465.978	1.176.174
2004	592.705	489.529	1.214.317
2005	595.327	514.726	1.246.704
2006	607.180	502.826	1.251.365
2007	641.094	550.089	1.335.177
2008	698.319	710.175	1.552.953
2009	839.397	566.204	1.523.864
2010	938.656	601.112	1.643.298

Fonte: INEP. Censo da Educação Superior 2010. Org: NUNES, H, F, P, 2017.

A contar de 2007, o número de matrículas do ensino federal cresceu de forma mais significativa se comparado aos dados dos anos anteriores. Em 2001, foram registradas 504.797 matrículas, número que corresponde a 58.33% das IES federais, enquanto as instituições estaduais registraram 360.537 matrículas, o equivalente a 41.64%. Ressaltamos assim que,

Após todo este cenário apresentado, o país vive um momento de grande perspectiva de mudanças, com a chegada do Presidente Lula ao governo. Em seu documento de campanha, Lula trata a educação como um bem público e social, como um instrumento de transformação e emancipação do sujeito, expondo a responsabilidade do Estado com gratuidade e qualidade da educação, tendo como pano de fundo a transição para um modelo econômico de flexível. Nesta conjuntura do Ensino Superior, em 2002, o governo Lula estrutura seus 25 direcionamentos, metas e propostas para esse nível de ensino, tendo exposto a ampliação da oferta da Educação Superior pública como a base estrutural. (MACIEL, 2014, p. 24, 25)

Com o início das reformas implementadas no governo do PT, o Estado passa a desempenhar um papel importante no desenvolvimento da sociedade, com aumentos significativos referente ao número de matrículas. A partir da atuação do PAC e do REUNI, vão sendo implementadas novas instituições e novos cursos.

Observamos nos dados do quadro 21, as matrículas nas instituições federais elevaram-se significativamente. Em 2004, tivemos 592.705 matrículas nas IES federais, o que é correspondente a 54.76% ao passo que nas estaduais foram registradas 489.529, número correspondente a 45.24%. Em 2007, ano de institucionalização do REUNI, houve 641.094, 53.81% das matrículas registradas nas unidades federais, e 550.089 nas estaduais, equivalente a 46.19%.

Entre 2007-2010, a elevação do percentual que representa as IES federais, elevou-se de forma mais significativa. Em 2010, tivemos 938.656 matrículas, 60.95%, enquanto as estaduais registraram 601.112 matrículas, o equivalente a 39.05%. Se compararmos essa elevação em um recorte temporal mais longo, iremos perceber que a elevação dos números referentes às instituições de ensino federais foi significativamente maior a partir de 2007.

Nesses moldes, conforme os dados já citados anteriormente, entre 2001-2006, tivemos um aumento numérico de 20.28%, referente às instituições federais, enquanto que a elevação desse período referente às IES estaduais, foi de 36.46%. Notamos uma diferença significativa quando comparamos aos dados que correspondem a 2007-2010 em que, a elevação percentual das IES federais no período citado foi de 46.41%, e nas estaduais registrou-se uma elevação de 9.27%. Percebemos que os números referentes ao ensino superior federal, elevaram-se de forma mais acelerada do que ao das IES estaduais a partir de 2007.

Observando a conjuntura com relação à educação superior privada, segundo os dados publicados no INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, vemos que a proporção de matrículas no ensino superior privado cresceu de forma mais significativa, do que se compararmos com os números que apontam o crescimento referente ao ensino superior público. Em 2000 tivemos 1.807.219 de matrículas, número que representava 67% do total das matrículas na educação particular, enquanto que nas instituições públicas registraram-se 887.026 matrículas, o equivalente a 33% do total dos números. Em 2005 os dados apontavam 3.321.094 matrículas na modalidade privada número equivalente a 72.7% do total dos dados, enquanto que no ensino superior público ocorreu 1.246.704 de matrículas proporcional a 27.3%. Em 2010 chegou-se a registrar 4.736.001 matrículas no ensino privado 74.2%, enquanto que na modalidade pública os números chegaram a 1.643.298 de matrículas, 25.8%.

Desde a atuação das políticas de estado voltadas para a infraestrutura, o PAC, Programa de aceleração do crescimento e da política de expansão do ensino federal, o REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o governo brasileiro viabilizou recursos através da parceria com o MEC, Ministério da Educação, para o investimento, o custeio e a abertura de novas universidades Federais. Porém, devemos considerar que a expansão voltada para a educação superior privada entre 2003-2014 foi consideravelmente mais significativa do que a constituída no ensino superior público, a contar do investimento advindo de

políticas em âmbito nacional. Isso se deu através da perspectiva de continuidade das políticas educacionais anteriores sendo direcionadas para o setor privado, e pelo baixo custo de boa parte da educação superior privada no Brasil. Desta forma,

Segundo Nogueira (2008) dentre os autores que defendem a expansão via setor privado, alguns dos argumentos apontados são: o governo deve priorizar a educação básica porque os retornos são maiores; os investimentos, em ensino superior, são mais altos e, em geral, quem frequenta esse nível de ensino são pessoas com maior poder aquisitivo; a iniciativa privada seria mais eficiente na utilização dos recursos, com um custo menor que o setor público.(NOGUEIRA, 2008, apud, MACIEL, 2014, p. 30, 31)

O crescimento elevado das universidades federais nesse período reduziu de forma significativa as taxas de crescimento das IES estaduais. Porém, não estabeleceu uma redução no número de universidades privadas, ou pelo menos não levou à redução das taxas de crescimento dessas instituições. Principalmente, por conta do histórico de mercantilização estabelecido pelo ideário neoliberal, e institucionalizado a partir do Consenso de Washington, 1989, em que iniciou-se com a implementação de políticas liberalizantes da década de 1990 no Brasil.

Apesar da forte mercantilização da educação superior brasileira, mantida pelas políticas públicas recentes, tivemos a expansão dos recursos voltados para os programas sociais no governo Lula.

A datar do fim do mandato do então presidente, houve a continuidade nos programas implementados, ampliando-se a viabilização de recursos em algumas políticas públicas até 2014, com o início da sua secessão presidencial.

### 3.3 O PRIMEIRO GOVERNO DILMA (2011-2014)

A partir de 20 de junho de 2005, o governo Lula nomeou a então Ministra de Minas e Energia, Dilma Vana Rousseff<sup>18</sup> para o cargo de, Ministra Chefe da Casa Civil, ao qual iniciou o planejamento de vários programas de desenvolvimento econômico e social. Neste cenário, Dilma tornou-se o nome mais cotado para sucessão do presidente

---

<sup>18</sup> Secretária municipal da Fazenda de Porto Alegre 1986-1988, Secretária de Minas Energia e Comunicações do Rio Grande do Sul 1993-1994 e 1999-2002, Ministra de Minas e Energia 2003-2005, Ministra Chefe da Casa Civil 2005-2010, Presidente da República Federativa do Brasil 2011-2016.

Lula na convenção nacional do PT, elegendo-se Presidente da República com 56,05% dos votos válidos em outubro de 2010 para o mandato de 2011-2014, e derrotando o candidato dos psdbistas, José Serra. Durante seu primeiro mandato direcionou a política econômica brasileira, para a expansão do crédito com o intuito de fortalecer o mercado interno.

Coube a Rousseff, quadro de origem próxima ao desenvolvimentismo brizolista, retomar a iniciativa sistemática do Estado, perspectiva suprimida desde os anos 1970. Se tivesse dado certo, seria uma reversão histórica. Em artigo publicado no calor da hora, o ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira notava que a presidente “certamente pensa em liderar um projeto nacional com amplo apoio da sociedade” e que tinha disposição para enfrentar os nós górdios da situação nacional.(SINGER, 2015, p.50).

O governo Dilma durante o seu primeiro mandato, teve como propósito dar continuidade ao projeto nacional-desenvolvimentista iniciado pelo governo Lula, ampliando os recursos destinados para os programas já implementados entre 2003-2010. O Estado brasileiro no período 2011-2014 regimentou a segunda fase do programa voltado para a infraestrutura, o PAC 2 sendo regulamentado pelo Decreto n° 7.488 de 24 de maio de 2011, e ampliando os investimentos direcionados para diversas áreas do setor econômico. Assim no decreto afirma-se.

Art. 1º São obrigatórias as transferências aos entes federados necessárias à execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC;

Art. 2º Compete ao órgão ou entidade da administração pública federal ao qual estiver consignada a dotação orçamentária relativa à ação constante do Anexo a análise e aprovação formal do termo de compromisso de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007;

Art. 3º Caberá ao Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento - CGPAC divulgar em sítio na Internet a relação das ações de que trata o art. 2º da Lei nº 11.578, de 2007, bem como promover as atualizações devidas nessa relação, inclusive no que se refere a alterações nas funcionais programáticas decorrentes de lei orçamentária e seus créditos adicionais.(BRASIL, 2011, p. 01)

Desde a ampliação dos investimentos em infraestrutura viabilizados sob a atuação do PAC 2, o governo brasileiro institucionalizou a segunda fase do Programa Minha Casa Minha Vida sob a coordenação da Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011 em que tivemos a ampliação do número de contratos para a construção de habitação popular, a começar do acréscimo de crédito subsidiado durante a segundo período do programa.

Observando a conjuntura, também houve a ampliação de recursos dos programas sociais reestruturados e implementados pelo governo antecessor, cenário que se refletiu nas políticas voltadas para a educação superior. Nesse contexto, foram implementadas 4 novas instituições de ensino superior federais durante o primeiro mandato de Dilma (2011-2014). “Foi a ação de funcionamento das universidades federais que respondeu pelo maior montante de recursos adicionados à execução orçamentária – da ordem de R\$ 450 milhões – em 2012.”(BRASIL, 2014, p.265)

Vejamos a evolução das Universidades Federais:

**Quadro 21: Linha do Tempo da criação das Universidades Federais**

<b>Governo (período)</b>	<b>Nº de instituições implementadas</b>
<b>1985-1990 José Sarney</b>	2
<b>1992-1995 Itamar Franco</b>	2
<b>1995-2002 Fernando Henrique Cardoso</b>	6
<b>2003-2010 Luiz Inácio Lula da Silva</b>	14
<b>2011-2014 Dilma Rousseff</b>	4

Fonte: Sesu/MEC. Org: NUNES, H, F, P, 2017.

Percebemos olhando para os números que, a datar do século XXI ocorreu um impulso na quantidade de instituições de ensino federais implementadas. Entre 2003-2010 institucionalizou-se 14 novas universidades federais e entre 2011-2014, foram criadas 4 novas instituições federais devido à continuidade de um governo com uma postura de desenvolvimento da sociedade, a contar da elaboração de políticas públicas, que tivemos a permanência e até mesmo a expansão dos investimentos nas políticas implementadas pelo governo anterior. Somando os 12 anos de governo do PT, institucionalizou-se 18 instituições em 12 anos, enquanto que entre o período de redemocratização da república, até a chegada de um governo considerado popular no poder 1985-2002, foram criadas 10 instituições federais em 17 anos.

Esse conjunto de políticas compreende o REUNI, elaborado para ampliar o acesso dos jovens às universidades federais e popularizar o ensino superior brasileiro. Ou seja, a popularização do ensino superior possibilita que integrantes de todas as camadas sociais possam ingressar na universidade pública e concluir um curso superior. São enquadrados nesse conjunto os jovens de baixa renda, trabalhadores e de minorias étnicas e raciais.(MACIEL, 2014, p.44).

Os movimentos realizados durante a década de 1980 e 1990 pelas organizações populares, a CUT, Central única dos trabalhadores, a CNTE Confederação nacional dos Trabalhadores em Educação e os demais sindicatos e partidos políticos organizados, contribuíram para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento, que também contemplou a ampliação da democratização e do acesso da população ao ensino superior.

Esses fatos, nos demonstram uma nova postura de governo a partir de 2003, em que o poder público passou a elaborar políticas de desenvolvimento, voltadas para os variados setores (educação, saúde, habitação, infraestrutura), mesmo em períodos de crise global.

Essa exposição nos demonstra, que através da elaboração de políticas voltadas para o desenvolvimento em uma perspectiva de estado pós-neoliberal que discute Emir Sader<sup>19</sup>, incluiu a população de baixa renda na educação superior e a outros serviços públicos. Dessa forma, ocorreu a criação de novos institutos de ensino superior e educação profissional no período.

### 3.3.1. O Ifet e o Sisu

A expansão dos Institutos Federais Tecnológicos, da mesma forma que o REUNI, fez parte de um conjunto de medidas vinculadas ao PAC, em que o governo brasileiro realizou a interiorização do ensino superior federal, levando as IES federais a lugares interioranos do país, como Garanhuns-PB e Realeza-PR. Nesse sentido, também tivemos a criação e a implementação dos IFET, (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), que institucionaliza-se a partir do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007.

§ 1º A reorganização referida no **caput** pautar-se-á pelo modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, definido

---

<sup>19</sup> Na perspectiva pós-neoliberal: Os governos do Lula e da Dilma podem ser caracterizados como pós-neoliberais, pelos elementos centrais de ruptura com o modelo neoliberal – de Collor, Itamar e FHC – e pelos elementos que têm em comum com outros governos da região, como os Kirchners na Argentina, da Frente Ampla no Uruguai, de Hugo Chávez na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador. Esses governos representam uma reação antineoliberal no marco das grandes recessões que abalaram o continente, nas últimas décadas do século passado, mencionadas anteriormente. Os traços que esses governos têm em comum, que permite agrupá-los na mesma categoria, são: a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado. (SADER, 2013, p.04)



por este Decreto, com natureza jurídica de autarquia, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, respeitadas as vinculações nele previstas.

§ 2º Os projetos de lei de criação dos IFETs considerarão cada instituto como instituição de educação superior, básica e profissional.(BRASIL, 2007, p.01)

Com esse, Decreto Lei nº 6.095/2007, houve um crescimento anual elevadamente maior, referente aos números dos cursos abertos pelos, IF (Institutos Federais), e pelos CEFET, (Centro Federal de Educação Tecnológica). Analisemos os dados:

**Quadro 22: Cursos de graduação abertos através do IF e CEFET (2000-2011)**

Ano	IF e CEFET	%
2000	81	0.8
2001	129	1.1
2002	242	1.7
2003	286	1.7
2004	325	1.7
2005	274	1.3
2006	291	1.3
2007	347	1.5
2008	422	1.7
2009	510	1.8
2010	706	2.4
2011	862	2.8

Fonte: MEC/Sesu. Org: NUNES, H, F, P, 2017.

Observamos que, em 2002 foram registrados 242 cursos de graduação, implementados através dos institutos tecnológicos de ensino superior. Nesse contexto, percebemos uma evolução nos dados citados, através do que alcançou 286, e registrou-se um crescimento nos dados de 18.18%. Assim,

Essa forma do processo de democratização da educação básica e superior, impulsiona a superar alguns dos grandes desafios da educação no Brasil, tais como: garantia efetivada de laicidade, da gratuidade e da universalização da educação pública em todos os níveis e modalidades. (CONAE, 2010, p.46)

Com esse entendimento, dizemos que os planos nacionais da educação regimentaram a execução de políticas públicas, voltadas para o acesso da população às demais modalidades de ensino. Percebemos que o número de cursos de graduação dos institutos, elevou-se de forma intensiva a partir da implementação de programas governamentais, em que o número dos cursos quase alcançou 900, e passou a

corresponder a 2.8% de todos os cursos de ensino superior no Brasil. A expansão na quantidade de institutos federais proferida nos últimos anos, decorreu da consequência de uma política de intervenção estatal e da integração entre o ensino básico e superior.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgiram com o propósito de fomentar o desenvolvimento local e regional, além da transferência de tecnologia e inovação para a sociedade, como constatado na lei de criação das referidas instituições, qual seja: lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Com a característica de fomentar o desenvolvimento socioeconômico local e regional, os Institutos Federais podem contribuir com a redução das desigualdades sociais e regionais. Consoante Bacelar (2000)[2], a redução das desigualdades deve ser um dos objetivos do desenvolvimento regional.(SILVA; TERRA, 2013, p.02).

Para a constituição dos institutos federais, e para a abertura de novos cursos de educação superior, foi necessário o aumento de recursos financeiros voltados para o programa de expansão, que passou a dar custeio á expansão das IES públicas:

**Quadro 23: Recursos Orçamentários do Programa de expansão (2005-2012)**

Ano	Educação Superior Federal	Educação Básica
2003	--*	362.100.000
2004	--*	485.000.000
2005	67.481.106	395.300.000
2006	384.058.083	369.100.000
2007	440.031.705	2.000.000.000
2008	937.432.341	3.174.300.000
2009	1.616.607.463	3.937.430.000
2010	1.745.705.690	--*
2011	2.813.153.683	--*
2012	1.991.826.164	--*
<b>Total Geral</b>	<b>9.996.296.234</b>	<b>13.046.607.180</b>

Fonte: MEC/Sesu. Org: NUNES, H, F, P, 2017.

Desde as mudanças na política econômica, nota-se que no período 2003-2014 denominado de pós-neoliberal por Sader, tivemos um conjunto de recursos viabilizados para às universidades e institutos federais. Essa expansão ocorreu a começar da integração entre o programa de expansão do ensino superior federal atuado através do REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, regido pelo Decreto nº 6.096/2007, e da política de reestruturação da educação básica o FUNDEB, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, atuando pela Lei nº 11.494/2007. Através de

investimentos oriundos das duas políticas educacionais, constituiu-se os institutos tecnológicos de ensino superior e ensino básico acompanhado de cursos técnicos profissionais, os IFET Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

No campo da educação profissional percebemos dois principais eixos de ação, interligados, na definição das ampliações dessas modalidades de ensino: um referido à integração do ensino médio à educação profissional, presente no Decreto de nº 5.154/04, e outro referente à expansão territorial. De fato, a característica central do Decreto de 2004 é a possibilidade de (re) integração do ensino regular ao ensino técnico na modalidade EMI, promovendo a criação de novos cursos nos CEFETs e, conseqüentemente, a criação de mais vagas na educação básica e na profissional. Já a expansão territorial, que teve seu início em 2007 e solidificou-se em 2009, com a Lei nº 11.892, que cria os Institutos Federais, viabiliza uma interiorização pelo país através da criação de novos campi vinculados às sedes (reitorias) nas regiões metropolitanas e cria, também, novas instituições através da integração de antigas ETFs.(MORAES, 2011, p. 6327)

Também percebemos, que a partir do Governo Dilma (2011-2014), houve a permanência das políticas de desenvolvimento para a educação superior, visto que o investimento no setor continuou a elevar-se de forma significativa. Nessa perspectiva, o ensino superior constituído pelas universidades e pelos institutos de ensino superior técnico e profissionalizante, expandiu-se no território brasileiro a datar da viabilização e do financiamento das políticas instituídas em âmbito nacional.

Nesse conjunto de políticas sociais, o governo brasileiro necessitou da elaboração de uma política que realiza-se um sistema de acesso universal para o ingresso ao ensino federal no território nacional, que estava em plena expansão no período abordado. Dessa forma, o Estado brasileiro institucionaliza a partir da, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, o SISU Sistema de seleção Unificada:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.(BRASIL, 2012, p.01)

Essa política, tornou-se um mecanismo para o Estado brasileiro estender o acesso de estudantes de um determinado local para o restante do território nacional, ampliando

o ingresso dos alunos das escolas públicas ao ensino superior gratuito, com o intuito de beneficiar estudantes de baixa renda.

Nessa perspectiva, algumas universidades aderiram em 100% ao sistema do SISU, facilitando o acesso aos dados registrados na instituição, e o acesso a esses números.

Observando as transformações no setor educacional, expandiu-se de forma significativa as universidades em localidades interioranas do país, a partir da atuação das políticas de estado que viabilizou-se recursos para o setor entre 2003-2014. Nesse contexto, durante o capítulo a seguir iremos discutir a expansão das instituições de ensino superior, de matrículas, concluintes e acadêmicos vinculados na região sudoeste do Paraná, considerando os seguintes municípios, (Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Realeza e Palmas). Optei por esses municípios, por possuírem ensino superior da modalidade presencial na mesorregião.

Por final, cabe ainda destacar que, fazendo uma avaliação dos governos constituídos da era PT, verificamos que houveram avanços sociais e institucionais em direção ao povo, no momento em que se estabelecem as políticas de desenvolvimento para o ensino superior brasileiro entre 2003-2014. Porém, nesse período, o estado brasileiro não realizou as mudanças institucionais necessárias, para a constituição de um novo período nacional-desenvolvimentista, mantendo o Tripé-Macroeconômico e sustentando o regime financeiro da política inflacionária e a meta de investimento nos setores econômicos e sociais. Assim apesar de termos avanços históricos nas áreas de Educação, Infraestrutura, Habitação, Agricultura, o modelo de economia constituiu-se como Pós-Neoliberal nos governos de Lula e no primeiro mandato de Dilma, conservando, assim, alguns aspectos políticos do estado mínimo que foram constituídos na década de 1990.

Essas transformações basearam-se em torno do consumo, no setor de serviços, no comércio e na indústria, modelo que resultou na crise econômica ocorrida a partir 2014, que tivemos o impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Desta forma, faltou ao PT e aos partidos do eixo de centro-esquerda uma postura de não auferir ao setor privado tanta primazia no acesso a recursos públicos voltados à educação superior.

**CAPÍTULO IV: REFLEXOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NO SUDOESTE DO PARANÁ (2003-2014): OS CASOS DE FRANCISCO BELTRÃO, PATO BRANCO, DOIS VIZINHOS, REALEZA E PALMAS**

Neste último capítulo, analisaremos os dados que apontam a expansão dos cursos de graduação, o número de vínculos, de matriculados e concluintes dos cursos em cada instituição de ensino superior da região do sudoeste do Paraná. Elaboramos esse objeto de investigação por haver uma ampliação recente do setor na mesorregião, e das atividades econômicas que provocaram certa mobilidade geográfica na região, com a atuação de transportadora de alunos nas localidades regionais e do crescimento do setor de serviços, estimulado pelo consumo de alunos no comércio nas proximidades dos campi universitários.

As universidades públicas que investigaremos são: a UNIOESTE-Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UTFPR-Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UFFS-Universidade Federal da Fronteira Sul e o IFPR-Instituto Federal do Paraná. Analisaremos ainda os números referentes às instituições privadas do sudoeste paranaense: UNIPAR-Universidade Paranaense, UNISEP- União de Ensino do Sudoeste do Paraná, CESUL- Centro Sul-americano de Ensino Superior, FADEP-Faculdade de Pato Branco e a CESREAL-Centro de Ensino Superior de Realeza.

Para isso traremos informações que indicam a data de implementação das respectivas instituições, e ainda a criação dos cursos de graduação. Apesar de haver campus das instituições de ensino mencionadas em outras regiões (oeste, noroeste, centro-sul do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio grande do Sul), nos restringimos a explorar os dados relativos aos campi universitários dos municípios em investigação.

Nesse processo contextualizaremos o processo de implantação das IES, trazendo elementos referente à expansão do ensino superior na região Sudoeste do Paraná, discutindo as transformações econômicas 2003-2014, tomando como base para esta discussão as políticas voltadas para o setor implementadas em âmbito nacional. Iremos debater ainda as políticas públicas criadas no decorrer do processo de democratização da educação superior, o PROUNI, Programa Universidade para Todos, o FIES, Fundo de

Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e o REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Posteriormente a esta análise conjuntural, iremos verificar os dados por município, apontando os números que demonstram em abrangência municipal, a quantidade de cursos criados, a quantidade de alunos matriculados, vinculados e concluintes dos respectivos cursos de graduação, sendo divididos também por instituição privada, federal e estadual. Reiteramos que a pesquisa refere-se aos municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Realeza e Palmas. Abordamos apenas os municípios da região que possuem instituições de ensino superior no formato presencial.

#### 4.1 O SUDOESTE DO PARANÁ

As políticas de desenvolvimento econômico do período 2003-2014 impactaram no desenvolvimento de pequenas regiões, até mesmo em localidades distantes das regiões metropolitanas do país, como é o caso da região sudoeste do Paraná. Isso posto, a começar da concretização do modelo econômico urbano-industrial no país, no qual tivemos a modernização da agricultura e a industrialização nacional, se deu a formação da estrutura econômica da mesorregião, essencialmente partindo da agricultura de pequeno porte, produção de sementes, de carnes e na formação de agroindústrias. Com isso, originou-se as cooperativas ligadas à agricultura empresarial de pequeno porte, com o intuito de financiar as respectivas safras dos agricultores locais, porém havendo dificuldades na década de 1990 para a concretização das atividades dos cooperados na região. Assim,

A década de 1990 foi bastante conturbada para as cooperativas do Sudoeste paranaense, com dificuldades financeiras e perda da confiança dos produtores rurais. Nos anos 2000, pelo contrário, as cooperativas regionais, além de ampliar a sua área de atuação, aumentaram o número de sócios, empregados, o volume de grãos recebidos, insumos comercializados, registraram crescimento no faturamento global, no capital imobilizado e no capital de giro. Este processo de crescimento foi bastante intenso. Este período de reestruturação esteve ligado às novas políticas governamentais, onde as cooperativas recuperaram o crescimento econômico e sua credibilidade. Sem estes recursos externos, o setor não teria condições de gerar capital para expansão vertical e horizontal. (PADILHA, 2014, p.143).

Passado este momento, a começar das transformações econômicas, o Estado brasileiro via MAPA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, pelo financiamento do Banco do Brasil e do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, viabilizou recursos com o intuito de reestruturar as cooperativas. Assim, os setores políticos regionais direcionaram as atividades cooperadas para a esfera da agricultura e agropecuária.

No contexto entre 2003-2014, houve a expansão das agroindústrias na região<sup>20</sup>, decorrendo o fortalecimento da cultura de comercialização das *commodities* e da criação de animais nas localidades do sudoeste paranaense.

Com as transformações econômicas do período citado, também tivemos a implementação e o fortalecimento das políticas sociais direcionadas para o campo que impactaram na região. Entre as medidas institucionalizadas, citamos o PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, instituído pela Lei nº 1.946/1996, política pela qual o governo brasileiro criou as linhas de crédito, o Pronafinho, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agregar, Pronaf Infra-Estrutura e Serviços Municipais, Pronaf Agroindústria, Pronaf Florestal, Pronaf Alimentos, Pronaf Pesca, Pronaf Agroecologia, Pronaf Turismo Rural, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem Rural e Pronaf Máquinas e Equipamentos. (NUNES, PANHO, 2017)

A contar dessas mudanças estruturais, ocasionaram-se discussões em torno do emprego e do trabalho, tratadas como centro de discussão na política nacional. Dessa forma se deu a criação de políticas, direcionadas para os setores de serviços da região, medidas estas que passaram a fazer parte da estrutura urbana dos municípios do sudoeste do Paraná. Neste sentido,

Com as novas políticas econômicas adotadas pelo PAC, com um conjunto de investimentos na infraestrutura logística, em que o país não perca competitividade Segundo Pertile (2007) Chapecó como o todo o Oeste Catarinense foi economicamente desenvolvida com base agrícola, e assim, aos poucos foram se equipando com objetos criados ou trazidos para atender a demanda regional, a estrutura agroindustrial. A complexidade dessas empresas que envolvem diversificação de localização – produtor/área rural e agroindústria/geralmente área urbana – implica por uma dimensão de articulações espaciais. Neste sentido, as agroindústrias como comando político assumiram um papel de implementar a infraestrutura – como rodovias, energia elétrica etc. Na qual, conjuntos estes, de ações, efetivadas pelas grandes empresas criou uma especialidade própria. (ZANELLA, 2014, p.04)

---

<sup>20</sup> Entre elas citamos a Frimesa, Coopavel, C. Vale, Coasul, Diplomata, BRF, Agrogen.

Nesta perspectiva, grande parte do contingente de recursos foi destinado em torno da reestruturação dos locais pelo qual formaram-se as agroindústrias da região sudoeste do estado, em consonância com o que aconteceu com o Oeste Catarinense. Desta maneira dinamiza-se a rede urbana e produtiva das respectivas limitações regionais/distritais entre 2003 e 2014, principalmente a partir da criação do PAC viabilizando recursos à infraestrutura em vários setores econômicos, reforma de rodovias, investimento em logística, reforma e construção de usina hidrelétrica, ampliação de saneamento básico, além de infraestrutura destinada para a educação, saúde e agricultura.

Nessa conjuntura, durante a atuação do programa de infraestrutura, a União implementou uma medida de Estado direcionada para a estruturação de setores específicos como o Minha Casa Minha Vida, criado pela Lei nº 11.977/2009, para a construção de habitação popular. No setor da Educação houve a criação do FUNDEB, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, legalizado pela Lei 11.494/2007, medida pela qual o governo proporcionou a aquisição de novos ônibus para a educação básica e a construção de escolas. Assim, cabe dizer que

A rede urbana configura-se como um recorte que possibilita uma análise do desenvolvimento regional. Estruturada em um conjunto de centros funcionalmente articulados, através de fixos e fluxos (CORRÊA, 1989). A partir da rede estruturam-se as mais variadas atividades e interações, abrangendo centros urbanos dos mais variados níveis hierárquicos e complexidades estruturais, que por intermédio de suas relações (setor terciário e produtivo), promulgam etapas do desenvolvimento da divisão social e territorial do trabalho. “[...] Mas, envolve ainda outras funções urbanas ligadas à produção industrial, à circulação, à distribuição, gerando ampliações de atividades urbanas que podem atingir níveis de especializações produtivas” (FRESCA, 2010b).(CASARIL, 2014, p. 31).

Nesse contexto, o governo brasileiro por intermédio dos poderes políticos regionais/distritais, viabilizou o financiamento para a construção de trevos rodoviários, reformas de rodovias estaduais e municipais, e para a viabilização de habitação popular direcionadas às cidades e ainda moradias para a agricultura através do Minha Casa Minha Vida rural, adquiridas para o sudoeste paranaense. Realiza-se também a aquisição de ônibus escolares, reformas de escolas e construção de novas unidades educacionais para a região. Entre os municípios beneficiados pela reestruturação dos setores citamos



Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos e Realeza. Isso se deu com base na articulação dos deputados, prefeitos e autoridades da região com o governo federal no período 2003-2014.<sup>21</sup>

Além das mudanças ocasionadas pela política voltada para a infraestrutura, citamos o acréscimo de financiamento direcionados para as políticas sociais no Brasil entre o período de abrangência deste capítulo. Tais iniciativas desenvolveram-se nas mesorregiões de todo o país em variados setores, entre eles o ensino superior.

Assim, cabe dizer que foram implementadas 14 novas instituições de ensino superior federais durante o Governo Lula. Uma delas foi a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), criada sob a Lei nº 12.029/09, partindo da atuação da política de expansão do Reuni (UFFS, 2010). Sediada em Chapecó/SC, a universidade tem uma estrutura multicampi que engloba os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A UFFS é voltada para uma população de 396 municípios que compõem a Mesorregião da Fronteira do Mercosul<sup>22</sup> — uma região historicamente desprotegida pelo poder público, especificamente no tocante ao acesso à educação superior. (PEREIRA, SILVA, 2010)

Com isso ocorreu a interiorização da modalidade de ensino no país ampliando a quantidade de instituições de ensino superior, e de cursos, havendo reflexos dessa expansão na região Sudoeste do Paraná. Tais transformações foram decorrentes da integração econômica e social do Brasil com o MERCOSUL-Mercado comum do Sul, institucionalizando-se com a atuação do REUNI e do PAC, novas universidades federais nas divisas com os países integrantes do bloco econômico. Entre as instituições criadas citamos a UNILA-Universidade Federal da Integração Latino-Americana e a UFFS-Universidade Federal da Fronteira Sul.

Apesar da Mesorregião alcançar um quarto do território e da população da região sul, contribui com apenas 10% do PIB e dispõe de uma renda per capita 40% menor que a da região sul como um todo. Neste sentido, a universidade se propõe a estabelecer mecanismos de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como reconhece a

---

<sup>21</sup> Reiteramos ainda que, apesar deste período proporcionar significativas transformações para as cidades do interior, percebemos as contradições desse processo observando que não foram desenvolvidas todas as reivindicações exigidas em torno do ensino superior em âmbito regional.

<sup>22</sup> A Mesorregião da Fronteira do Mercosul: é uma classificação regional utilizada no campo intelectual que abrange o oeste e sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul, devido as semelhanças de aspecto físico, econômico e social. Porém essa delimitação regional não consta no IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

agricultura familiar como segmento estruturador do desenvolvimento da região. Observando os propósitos que visam a valorização e a superação da matriz produtiva vigente na região, de modo a estimular o desenvolvimento social e econômico, mediante a democratização do acesso ao ensino superior e introdução de atores sociais até então ausentes do mundo acadêmico. (PEREIRA, SILVA, 2010).

Com base na formação estrutural-econômica da região sudoeste do Paraná, realizaremos os apontamentos e análises sobre os dados referente à abertura de universidades, de cursos e os dados que demonstram o crescimento no número de matrículas, vínculos e concluintes dos respectivos cursos de graduação desde as transformações políticas em âmbito nacional. Para isso consideramos os municípios que se destacam como desenvolvimentos centrais da mesorregião e que possuem instituições de ensino presenciais, como Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Realeza e Palmas.

#### 4.2 FRANCISCO BELTRÃO

Partindo dos anos 2000, período no qual tivemos mudanças profundas na política da América do Sul, constituindo governos que estabeleceram programas de desenvolvimento social, o Estado brasileiro, a partir de 2003, ampliou os recursos para o ensino superior. Nesta ocasião, a FACIBEL, Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão, foi incorporada à UNIOESTE Universidade Estadual do Oeste do Paraná, através da **Lei 12.235, publicada no Diário Oficial do estado de 24 de julho de 1998**. Com base nas transformações, observamos a ampliação dos cursos de graduação na instituição de ensino.

**Quadro 24: Data de implementação dos cursos de graduação na UNIOESTE-Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1976-2015)<sup>23</sup>**

Curso	Ano inicial (1º vestibular)
<b>Economia doméstica</b>	1976
<b>Geografia</b>	1985
<b>Ciências econômicas</b>	1985
<b>Pedagogia</b>	2000
<b>Administração de empresas</b>	2003
<b>Direito</b>	2003
<b>Medicina</b>	2013

<sup>23</sup> FACIBEL-Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão entre 1976-1998, UNIOESTE-Universidade Estadual do Oeste do Paraná campus de Francisco Beltrão entre 1998-2018.

<b>Nutrição</b>	2015
<b>Serviço social</b>	2015

\*Em 1987 se formaram 2 turmas de complementação em Geografia, para acadêmicos remanescentes do curso de Estudos Sociais.

Entre 1976, período em que atuava a FACIBEL-Faculdade de Francisco Beltrão, até os anos 2000, foram implementados quatro cursos de graduação, Economia Doméstica em 1976, Geografia e Ciências Econômicas em 1985, e Pedagogia em 2000. A partir do século XXI, tivemos a atuação das políticas de expansão para o setor, período em que foram criados cinco novos cursos entre 2003-2015, Administração e Direito em 2003, Medicina em 2013 e Nutrição e Serviço Social em 2015.

Levando em consideração que as transformações em torno do ensino superior brasileiro se deram em períodos de desenvolvimento econômico, tivemos posteriormente a atuação do Plano de Metas no período Juscelino Kubistchek 1956-1960, a implementação das primeiras instituições de ensino superior da região sudoeste do Paraná, como ocorreu em Francisco Beltrão, anos depois. Essa expansão advinda das políticas direcionadas para o ensino superior brasileiro constituiu-se em períodos nos quais a política econômica esteve direcionada para a intervenção nos setores sociais e industriais, conforme estamos demonstrando ao longo da dissertação.

Dessa forma, resgatando o histórico econômico do Paraná na conjuntura do país, afirmamos que a partir dos anos 1960 ocorreu o processo de ocupação do sudoeste do estado, quando tivemos a formação dos primeiros municípios da região, se destacando as cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco.

Essas transformações se deram no comércio e no setor de serviços realizados pelos agricultores das comunidades locais, e a partir da atuação do plano de metas no governo Juscelino Kubistchek, que teve o objetivo de construir novas rodovias, constituir novos municípios e interiorizar a ocupação do território brasileiro.

Desta maneira, posteriormente à década de 1960, se deu a formação urbana e econômica da mesorregião, constituindo as primeiras instituições de ensino superior no sudoeste do Paraná, entre elas a citada FACIBEL- Faculdade de ciências humanas de Francisco Beltrão implementada em 1976, e o CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica Federal do Paraná criado em 1978 nas cidades de Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos.

A partir das transformações políticas pós anos 2000, tivemos a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica Federal do Paraná – CEFET-PR, a UTFPR-

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a começar da institucionalização pelo **Decreto n° 11.184 de 07 de outubro de 2005**, ocorrendo a criação de 5 novos cursos de ensino superior entre 2008-2015, no campus da UTFPR de Francisco Beltrão:

**Quadro 25: Data de implementação dos cursos de graduação da UTFPR-Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus de Francisco Beltrão entre (2008-2015)<sup>24</sup>**

<b>Cursos</b>	<b>Data de implementação</b>
<b>Tecnologia em alimentos</b>	12/02/2008
<b>Engenharia ambiental</b>	01/01/2009
<b>Licenciatura em Informática</b>	08/08/2011
<b>Engenharia química</b>	09/12/2013
<b>Engenharia de alimentos</b>	23/02/2015

Fonte: MEC (Ministério da Educação). Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Conforme observamos, foram implementados os cursos de Tecnologia em alimentos em 2008, Engenharia Ambiental em 2009, Licenciatura em Informática em 2011, Engenharia química em 2013 e Engenharia de alimentos em 2015. Defendemos nesta pesquisa que a implantação de alguns cursos está diretamente ligada às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, ou seja, as tendências para a formação tecnológica de mão de obra provoca uma concentração econômica em determinados setores de serviços, de algumas delimitações regionais do Brasil. Em outros termos, educação e mundo do trabalho se aproximam complementarmente. Assim, considerando as transformações no mundo do trabalho, temos posto que:

O movimento de reconcentração geográfica, da produção e dos serviços e por consequência do emprego, nas atividades econômicas mais intensivas em capital. Em setores como telecomunicações, informática, automobilística, finanças, entre outros, houve maior concentração de suas atividades nos principais centros desenvolvidos do país, o que repercutiu na deflagração de uma nova aglomeração regional. Um dos fatores responsáveis por esse movimento, diz respeito a necessidade desses setores privilegiarem a produtividade e a qualidade, além da localização junto aos principais centros consumidores do país. (POCHMANN, 2004). (p,45)

A datar dos anos 1980, visualizamos a reestruturação das relações de trabalho, tendo em vista a reconstituição das tecnologias de ponta, processo pelo qual o mercado passou a atuar em diversos setores da economia, havendo a ampliação de acesso a níveis

---

<sup>24</sup> O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET-PR foi instituído em 1978, tornando-se ensino tecnológica em 2005 a partir da implementação da, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

mais elevados de ensino nos principais países da América Latina durante a década de 1990.

Isso culminou também com o aumento da atuação do setor privado no ensino superior e esse processo consolidou-se através da flexibilidade das políticas de alguns países, por intermédio inicialmente da forte atuação do neoliberalismo e posteriormente atuando uma política econômica na perspectiva pós-neoliberal contemporânea, conforme refere-se Emir Sader.

Nesse contexto, institucionalizam-se políticas de desenvolvimento social em vários setores, entre eles agricultura, urbanismo, educação e saúde, ocorrendo a criação de medidas que incentivaram o crescimento de instituições de educação superior privada, como foi o caso do Brasil tanto no período FHC quanto no de Lula/Dilma.

Neste contexto que tivemos as transformações no mundo do trabalho, efetuou-se a institucionalização do REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, a partir da Lei nº 6.096/2007, objetivando expandir o ensino federal no país.

Podemos assim dizer que as transformações na Educação estão intrinsecamente relacionadas às mudanças políticas e econômicas em contexto nacional e, com o início da formação de novas cidades. Essas políticas chegam ao interior e impulsionam a formação do ensino superior, a partir dos municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos, ocorrendo com o passar dos anos uma concentração maior de instituições de ensino nessas cidades se comparadas às demais localidades regionais. Isso ocorreu também devido à concentração de poder econômico-político dos municípios citados. Cabe ressaltar então que as políticas públicas de diferentes épocas se manifestaram, com mais ou menos intensidades, em nossa região.

Voltando ao recorte temporal da pesquisa, desde as transformações realizadas pelo FIES, 2001 e o PROUNI, 2005, tivemos o estímulo para a criação de novas instituições no município, porém, inicialmente, na modalidade privada. Dessa forma observamos os dados que representam a criação de cursos da UNIPAR-Universidade Paranaense, regulamentada pela **Portaria 1.580 de 09 de setembro de 1993**, instituindo seu campus em Francisco Beltrão em 2001.

**Quadro 26: Data de implementação dos cursos de graduação na UNIPAR-Universidade Paranaense (2001-2014)**

<b>Cursos</b>	<b>Data de implementação</b>
<b>Administração de empresas</b>	12/02/2001

<b>Direito</b>	12/02/2001
<b>História</b>	12/02/2001
<b>Enfermagem</b>	14/02/2002
<b>Sistemas de Informação</b>	14/02/2002
<b>Biomedicina</b>	10/02/2005
<b>Nutrição</b>	10/02/2005
<b>Ciências Biológicas</b>	06/02/2006
<b>Ciências Contábeis</b>	07/02/2008
<b>Estética e Cosmética</b>	05/02/2009
<b>Arquitetura e Urbanismo</b>	04/02/2010
<b>Licenciatura em Educação Física</b>	04/02/2010
<b>Farmácia</b>	04/02/2010
<b>Bacharel em Educação Física</b>	06/02/2012
<b>Engenharia Civil</b>	01/02/2013
<b>Odontologia</b>	01/02/2013
<b>Psicologia</b>	03/10/2014

Fonte: MEC (Ministério da Educação). Org: NUNES, H, F, P, 2018.

O quadro aponta a relação dos cursos criados na instituição mencionada partindo de sua criação. Administração de empresas, Direito e História em 2001, Enfermagem e Sistemas de informação em 2002, Nutrição e Biomedicina em 2005, Ciências Biológicas em 2006, Ciências Contábeis em 2008, Estética e Cosmética em 2009, Arquitetura e Urbanismo, Licenciatura em Educação Física e Farmácia em 2010, Bacharel em Educação Física em 2012, Engenharia Civil e Odontologia em 2013 e Psicologia em 2014. Observando os dados, entendemos que houve uma tendência no contexto de implementação das instituições privadas, que levaram a ofertar cursos voltados às profissões mais rentáveis ao mercado.

O Estado, como defensor dos interesses do mercado – principalmente o neo-liberal - mostra sua hegemonia ao possibilitar a criação de cursos que geralmente são cursados pelos filhos da classe alta e média. Nesse contexto o poder estatal foi materializado para atender determinados interesses econômicos. Assim, tomamos como nossas as palavras de Peroni (2004), quando afirma que:

O conceito de estado que utilizamos neste trabalho, é o mesmo que aquele proposto por Marx: Estado histórico, de classe e, neste sentido estado máximo para o capital já que, no processo de correlação de forças em curso, é o capital que detém a hegemonia. Constatamos ao longo do estudo que as mudanças ocorridas na política educacional dos anos 1990 deveriam ser entendidas como parte da materialidade da redefinição do papel do estado. Esta redefinição esta inserida neste movimento maior de mudanças. Assim para entender esse Estado, que é o desencadeador de políticas educacionais buscamos as conexões entre os vários processos que compõe tal movimento histórico (p. 22).

Apesar disso, sinalizamos que as políticas públicas desenvolvidas entre os anos de 2003/2014, possibilitaram a expansão do financiamento para a democratização de acesso ao ensino superior brasileiro, ocorrendo avanços na mesorregião implementando-se novas universidades nos municípios em análise, sejam elas públicas ou privadas. Porém, apesar dos avanços no campo educacional público, as IES privadas dominadas pelo capital conseguiram manter a maior parcela de recursos das políticas federais, direcionando-as para o investimento ao ensino superior, conforme os dados em discussão do município. Esse fato constituiu-se pela tendência econômica, pelo qual o mercado dominou o poder político dessas instituições de educação superior no Brasil. Nesta tendência realizou-se a implementação de novas instituições particulares de ensino.

Neste sentido, instituiu-se a CESUL-Centro Sul-americano de Ensino Superior, através do **Decreto nº 765 de 31 de maio de 2000**. Durante a atuação da faculdade, foram criados dois cursos de graduação, Direito, instituído no **dia 09 de agosto de 2000**, e Administração de empresas, implementado no **dia 05 de janeiro de 2017**. Em concordância com o que já afirmamos, o CESUL é criado num momento de transformações no mundo do trabalho. Assim,

Depreendemos, portanto, que o ensino superior privado é um emblemático exemplo de como o Estado se tornou mínimo para o social – a partir da diminuição vertiginosa do financiamento das instituições superiores de ensino – e máximo para o capital, dando instrumento e apoio para a formação de um grande e lucrativo mercado da educação superior. Isto demonstra a total sintonia com as propostas do BM e FMI, ou seja, a retirada do Estado como provedor prioritário das políticas setoriais como educação e saúde, deixando um campo fértil para a iniciativa privada ocupar. (FREITAS, 2017, p. 35).

Nessa conjuntura, verificou-se o crescimento significativo na quantidade de instituições de ensino criadas no sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão entre 2003-2014. Porém, o ensino superior público, que possibilita aos estudantes o desenvolvimento de projetos de extensão e de pesquisa remunerada, cresceu de forma mais lenta, comparada à expansão da educação superior privada. Ao contextualizarmos este processo, nos remetemos a citar o Consenso de Washington (1989), acordo econômico realizado entre as nações da América, que definiu as políticas econômicas da América Latina para as décadas posteriores. Assim, as políticas públicas oriundas de uma ideologia centro-esquerdista ampliaram o Ensino Superior privados e, mais morosamente, públicas.

Nessa perspectiva, também ocorreu no município a criação da **UNISEP-União de Ensino do Sudoeste do Paraná s/c Ltda**, instituída pela, **Portaria 889 no dia 17 de setembro de 2009**, observamos a seguir:

**Quadro 27: Data de implementação dos cursos de graduação na UNISEP-União de ensino do sudoeste do Paraná s/c Ltda campus de Francisco Beltrão entre (2010-2015)**

<b>Curso</b>	<b>Data de implementação</b>
<b>Engenharia de produção</b>	02/02/2010
<b>Sistemas de informação</b>	02/02/2010
<b>Administração</b>	08/02/2010
<b>Ciências Contábeis</b>	08/02/2010
<b>Farmácia</b>	08/02/2010
<b>Odontologia</b>	01/08/2011
<b>Engenharia Civil</b>	06/02/2012
<b>Fisioterapia</b>	06/02/2012
<b>Engenharia elétrica</b>	05/05/2015
<b>Agronomia</b>	26/06/2015

Fonte: MEC (Ministério da Educação). Org: NUNES, H, F, P, 2018.

A UNISEP, campus de Francisco Beltrão, iniciou a implementação dos respectivos cursos a contar de 2010, sendo implementados os cursos de Engenharia da produção, Sistemas de Informação, Administração, Ciências Contábeis e Farmácia em 2010, Odontologia em 2011, Engenharia Civil, e Fisioterapia em 2012 e Engenharia elétrica e Agronomia em 2015.

Esses números apresentam as mudanças em torno do setor educacional com o início das transformações na política brasileira no início dos anos 2000, que se caracteriza na perspectiva pós neoliberal, no momento em que tivemos a criação de políticas ampla de desenvolvimento social pós anos 2000 em consonância com um não rompimento com às exigências do capital.

Entre 2003-2014, período que tivemos mudanças na política econômica brasileira, houve, portanto, a intervenção estatal para a expansão do ensino superior privado com a atuação do PROUNI, Programa Universidade para Todos e o FIES Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Neste cenário, vemos que foi frequente a criação de novas instituições de ensino privado e de novos campi para o município.

Isso se deu desde a ampliação do financiamento para a infraestrutura em âmbito nacional, através do PAC, havendo a viabilização do custeio para a construção de universidades particulares de ensino.



Durante a expansão de cursos e de matrículas de graduação no município, tivemos o crescimento significativo no número de alunos ingressantes, de vínculos acadêmicos e de alunos concluintes dos cursos. Vejamos os dados a seguir:

**Quadro 28: Quantidade de alunos ingressantes nos cursos de graduação no município de Francisco Beltrão (2009-2013)<sup>25</sup>**

Ano	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Nº de cursos</b>	22	28	31	34	37
<b>Ingressos (Federal)</b>	189	--*	--*	206	190
<b>Ingressos (Estadual)</b>	317	--*	--*	275	291
<b>Ingressos (Privada)</b>	658	248	283	1.780	1.947
<b>Vínculos (Federal)</b>	221	293	410	385	479
<b>Vínculos (Estadual)</b>	1.133	1.006	944	944	959
<b>Vínculos (Privada)</b>	2.252	2.509	2.878	3.374	3.843
<b>Concluintes (Federal)</b>	--*	5	27	15	68
<b>Concluintes (Estadual)</b>	199	201	209	182	171
<b>Concluintes (Privada)</b>	396	381	352	517	406

**Fonte:** MEC (Ministério da Educação)/Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Observando os números que expressam o ingresso e a quantidade de concluintes no ensino superior do município de Francisco Beltrão, constatamos que existe uma grande defasagem decorrente da desistência de alunos nas Universidades. Dentre as instâncias podemos dizer que a desistência nas instituições particulares de educação superior são significativamente maiores, do que se comparado à quantidade de desistências nas instituições federais e estaduais.

Referente aos números que expressam a quantidade de estudantes concluintes na educação superior federal da cidade, apresentando número zero em 2009, tivemos, a começar de 2008, a federalização já mencionada do Centro Federal de Educação Tecnológica Federal do Paraná – CEFET-PR, transformando-o na UTFPR-Universidade tecnológica Federal do Paraná.

---

<sup>25</sup> Os espaços em branco não tem registros no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior.

Dessa forma, apenas a partir de 2010, houve alunos concluintes de cursos na instituição, porque anteriormente não havia cursos de graduação na instituição de ensino tecnológico.

Como vemos no quadro, durante o período de expansão na modalidade de ensino do município foram registrados 22 cursos em 2009, passando a evoluir os números para 28, em 2010, 31 em 2011, 34 em 2012 e 37 em 2013, conforme os dados publicados no MEC, Ministério da Educação e no INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos. Desta forma, a expansão na quantidade de cursos no município seguiu a tendência pós-neoliberal de investimentos educacionais no setor privado e, simultaneamente, no setor público, conforme diz Emir Sader.

Referente aos ingressos nas instituições privadas, em 2009 tivemos 658 em instituições particulares, recuando o dado para 248 em 2010, 283 em 2011, passando a elevar para 1.780 em 2012 e 1.947 em 2013. Neste cenário, podemos dizer que o governo constituído pelo PT, entre 2003-2014, chega ao poder a partir da construção de um projeto de reformas estruturais, conforme já vimos. Porém com relação à elaboração e a atuação de políticas educacionais, o estado brasileiro da era Lula e Dilma manteve, em parte significativa, financiando, simultaneamente, o acesso às instituições públicas e privadas.

Dando continuidade à descrição/análise do Quadro 28, no que se refere à quantidade de alunos vinculados às universidades particulares em Francisco Beltrão, tivemos 2.252 alunos vinculados em 2009, elevando o número para 2.509 em 2010, 2.878 em 2011, 3.374 em 2012 e 3.843 em 2013.

Podemos salientar que, nesse contexto, para garantir o acesso da população de baixa renda à modalidade de ensino superior, o governo brasileiro criou programas direcionados para o setor privado. Porém, grande parte dos estudantes de renda elevada continuou a ocupar as vagas das IES federais, pelas condições das instituições em termos de recursos e qualidade. Desta forma,

Observa-se que parece existir uma controvérsia acerca da formação dos filhos dos trabalhadores e dos burgueses. Os primeiros, em sua jornada de estudos (ensino Fundamental e Médio), cursam em escolas públicas e, quando vão para o ensino superior, tendem a cursar em instituições particulares. Já os segundos, tendo condições para pagar por seus estudos, cursam o ensino fundamental e o médio em instituições particulares, mas, quando vão cursar o superior, o fazem nas IES públicas. Será que grupos menos favorecidos socialmente e culturalmente poderão de igual modo concorrer com outros mais favorecidos? (AMORIM, SANTOS, NOVAES, 2008, p.162)

Tal cenário, apesar de antigo, não mudou de forma significativa durante o período abordado, principalmente no que se refere aos cursos mais procurados.

Ainda com relação aos dados dessa pesquisa, nas instituições particulares de ensino superior, percebemos um crescimento significativo de alunos concluintes entre 2009-2013 no município, ocorrendo 396 estudantes em 2009, elevando o número para 381 em 2010, 352 em 2011, 517 em 2012 e 406 em 2013.

Desta forma, tivemos, em âmbito geral no município, um incremento do acesso ao Ensino Superior graças às políticas públicas já aqui apresentadas. Porém, tal expansão não se deu de forma equitativa no que se refere às instituições públicas e privadas.

#### 4.3 PATO BRANCO

No município de Pato Branco, também tivemos durante a atuação das políticas de expansão do ensino superior, a integração do CEFET-Centro Federal de Educação Tecnológica à UTFPR-Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como ocorreu em Francisco Beltrão, a datar da institucionalização da **Lei 11.184 de 07 de outubro de 2005**, implementando os novos cursos de graduação com a criação do novo campus em Pato Branco, conforme veremos no quadro abaixo:

**Quadro 29: Data de implementação dos cursos de graduação na UTFPR-Universidade Tecnológica Federal do Paraná (1975-2011)<sup>26</sup>**

Curso	Data de implementação
Ciências Contábeis	30/07/1975
Administração de empresas	30/07/1975
Agronomia	28/01/1992
Matemática	04/03/1996
Programa especial de formação docente	19/02/1999
Eletrônica industrial	08/03/1999
Análise de desenvolvimento de sistemas	05/04/2004
Engenharia civil	12/02/2007
Engenharia mecânica	12/02/2007
Engenharia elétrica	12/02/2007
Bacharel em Química	12/02/2007
Letras	04/08/2008
Engenharia da computação	16/02/2009
Engenharia de produção	01/08/2010

<sup>26</sup> Durante o período de modernização do ensino superior posterior a 1968, a instituição era o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET-PR sendo instituído em 1978, tornando-se ensino tecnológico em 2005 a partir da implementação da, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Licenciatura em Química	05/07/2011
-------------------------	------------

Fonte: MEC (Ministério da Educação). Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Os dados sinalizam que, no período anterior ao recorte de nossa pesquisa neste capítulo, houve a implementação dos cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas em 1975, Agronomia em 1992, Matemática em 1996, Programa especial de formação docente e de Eletrônica industrial em 1999. Dessa forma os cursos da atual UTFPR, campus de Pato Branco, foram elaborados entre 1975-1999, na perspectiva da modernização do ensino superior que se deu a contar de 1968.

Do ponto de vista teórico, a política educacional do regime militar se pautou na chamada “teoria do capital humano”. Nesse sentido, tentou estabelecer uma relação direta, imediata e mesmo de subordinação da educação à produção [,,]. (CUNHA & GÓES, 2002).(SOUZA, OTRANTO, 2012, 1382,1383)

Assim, podemos dizer que ocorreram dois momentos de expansão da educação superior no país: o primeiro caracterizou-se pela intensa industrialização brasileira, período que tivemos a modernização e industrialização da agricultura, com início da atuação das multinacionais externas, sendo realizado pelo financiamento público estatal por meio da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural, implementado através da Lei nº 4.829/1965, e pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural, instituído por entre a Lei nº 5.868/1972.

Nesse contexto, houve a atuação de políticas voltada para a indústria e infraestrutura como o I e II PND Plano Nacional de desenvolvimento, (1972-1979) se dando a construção de grandes obras como hidrelétricas, rodovias, e a abertura de montadora de veículos, como a Chevrolet e a Fiat. No período de intenso crescimento econômico ocasionado pela política econômica, tivemos a abertura de 14 novas universidades federais, sendo criadas algumas instituições de ensino privadas na região sudoeste do Paraná e conseqüentemente a abertura de novos cursos.

Esse processo permaneceu em expansão até a realização do consenso de Washington (1989), acordo político que reduziu a perspectiva de abertura de novas universidades no país, a partir da mudança na perspectiva econômico-social, se dando a redução de investimentos em diversas áreas da sociedade.

Dessa forma, no final da década de 1980 e na década de 1990, diminui-se a abertura de cursos de graduação e de instituições de Ensino Superior devido às reformas

realizadas nos governos Fernando Collor de Mello, 1990-1992, Itamar Franco, 1992-1994 e Fernando Henrique Cardoso, 1995-2002.

Nesse processo, houve a efetuação da reforma de administração e do Estado planejada pelo Ministro do MARE, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, que teve o objetivo de reduzir o papel do estado na formulação das políticas sociais.

Nos anos 2000 tivemos o segundo momento, em que efetuaram-se algumas reformulações na política econômica no período histórico de Luiz Inácio Lula da Silva, (2003-2010), tendo certa permanência até 2014, durante o governo de Rouseff.

Nesse segundo momento, verifica-se a instituição de políticas direcionadas para o desenvolvimento social, sendo resultado de um consenso político-econômico da sociedade brasileira que envolveu o setor do comércio, a indústria e os movimentos populares. Entre as áreas contempladas citamos o Agronegócio, a Habitação, e a Educação nos seus variados níveis de escolaridade.

Considerando as transformações em âmbito nacional, houve um impulso no número de cursos criados na UTFPR, campus de Pato Branco. Institucionalizando os cursos de Análise de desenvolvimento de sistemas em 2004, Engenharia civil, Engenharia mecânica, Engenharia elétrica, Licenciatura em Química e Bacharel em Química em 2007, Letras em 2008, Engenharia da computação em 2009, Engenharia da produção em 2010, e Licenciatura em Química em 2011. Assim, institucionalizam-se medidas de estado destinadas para a ampliação do acesso da população ao ensino superior, público ou privado.

Desde a implementação do programa destinado para a infraestrutura, o PAC, o governo brasileiro petista, ampliou os recursos destinados para o ensino superior na modalidade federal. Assim afirma Pacheco (2014):

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído por meio do Decreto nº 6.096/2007 é uma política implantada pelo Governo Federal e seu objetivo precípua é a ampliação das vagas nas instituições de ensino superior federais. As informações contidas no website (MEC/Reuni, 2013) do Programa mostram que a partir de 2003, com a interiorização dos campi das universidades federais, cresceu o número de municípios atendidos, que passaram de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011, e que com o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi.(PACHECO, 2014, p.02)

Durante a atuação do PAC, implementa-se o REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, ampliando a quantidade de instituições e de cursos na modalidade federal de ensino superior. A política pública direcionada para o ensino superior federal desencadeou na abertura da maioria dos cursos hoje existentes no campus de Pato Branco. Dos 15 cursos institucionalizados 06 foram formulados anteriormente às mudanças na política econômica do início dos anos 2000 num período de 24 anos, enquanto que os outros 09 cursos foram implementados posteriormente às transformações econômicas iniciadas em 2003, em um limite temporal de 11 anos, (2004-2011).

No período de democratização de acesso ao ensino superior em que tivemos a assistência pública através da atuação do FIES, atuando pela Lei nº 10.260/2001, e do PROUNI, a começar do Decreto nº 11.096/2005, ocorreu a criação da FADEP-Faculdade de Pato Branco - pelo **Decreto nº 746 no dia 26 de maio de 2000**. Realizando a partir da data, a criação de um contingente de cursos na instituição de ensino privada. Vejamos os dados:

**Quadro 30: Data de implementação dos cursos de graduação na FADEP-Faculdade de Pato Branco (2000-2016)**

<b>Cursos</b>	<b>Data de implementação</b>
<b>Administração de empresas</b>	31/07/2000
<b>Comunicação social</b>	04/09/2000
<b>Pedagogia</b>	04/09/2000
<b>Enfermagem</b>	18/02/2002
<b>Fisioterapia</b>	18/02/2002
<b>Psicologia</b>	09/11/2004
<b>Nutrição</b>	09/11/2004
<b>Direito</b>	12/02/2007
<b>Educação física</b>	28/02/2008
<b>Análise e desenvolvimento de sistemas</b>	08/02/2010
<b>Ciências contábeis</b>	10/02/2011
<b>Gastronomia</b>	04/03/2013
<b>Engenharia elétrica</b>	04/03/2013
<b>Engenharia civil</b>	10/02/2014
<b>Engenharia da produção</b>	10/02/2014
<b>Engenharia do software</b>	01/02/2016
<b>Estética e cosmética</b>	10/12/2016

Fonte: MEC (Ministério da Educação). Org: NUNES, H, F, P, 2018.

No quadro, percebemos que tivemos a criação dos cursos de Administração de empresas, Comunicação social e Pedagogia em 2000, Enfermagem e Fisioterapia em 2002, Psicologia e nutrição em 2004, Direito em 2007, Educação Física em 2008, Análise

e desenvolvimento de sistemas em 2010, Ciências contábeis em 2011, Gastronomia e Engenharia elétrica em 2013, Engenharia Civil e Engenharia da produção em 2014 e Engenharia do Software e Estética e Cosmética em 2016.

Para a efetivação da expansão da educação superior na modalidade particular, o governo brasileiro, a partir da implementação do FIES e do PROUNI, efetuou a liberação de bolsas e de financiamento através da parceria público-privada. Dessa forma, afirma Miranda (2016):

Desde a implementação do Fies e Prouni, na segunda metade dos anos 2000, a iniciativa privada passou a ser fortemente financiada pelo Estado. Mesmo que a intenção seja financiar os estudantes e não instituições, é evidente o impacto deles para a manutenção do crescimento das taxas de matrículas nas instituições privadas e, logo, para a sustentabilidade da expansão do setor privado no qual um terço de seus estudantes é hoje beneficiário do Prouni ou do Fies. O Censo Educacional de 2014 aponta que das 2.100 instituições privadas de ensino superior, 40% declaram-se com fins lucrativos (Inep, 2014). (p. 1454).

Nesta conjuntura, a União institui medidas destinadas para expandir a Educação superior brasileira, implicando na criação da faculdade particular mencionada, e expandindo a quantidade de cursos de graduação da cidade, sendo que os números de cursos da instituição superaram a quantidade de cursos da UTFPR, campus do município que, como vimos, possui 15 cursos atualmente, (passando a ser constituídos desde 1975), enquanto que a FADEP conta com 17 cursos formados desde a sua criação em 2000.

Essa ampliação do número de cursos da FADEP, resultou na elevação de recursos financeiros advindos das políticas direcionadas para o setor privado em âmbito nacional, seguindo a ótica da política educacional dos anos 1990.

Neste cenário, é importante observar os números que apontam a quantidade de alunos ingressantes, vinculados e concluintes dos cursos de graduação no município de Pato Branco entre 2009-2013:

**Quadro 31: Quantidade de alunos ingressantes, vinculados e concluintes dos cursos de graduação no município de Pato Branco (2009-2013)**<sup>27</sup>

Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de cursos	38	40	42	43	43

<sup>27</sup> Os espaços em branco não tem registros no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior.

<b>Ingressos (Federal)</b>	189	--*	--*	206	190
<b>Ingressos (Privada)</b>	724	--*	--*	1.398	1.541
<b>Vínculos (Federal)</b>	1.647	2.224	2.576	2.677	2.822
<b>Vínculos (Privada)</b>	2.609	2.818	3.301	3.639	3.753
<b>Concluintes (Federal)</b>	308	207	275	344	348
<b>Concluintes (Privada)</b>	736	628	727	774	629

**Fonte:** MEC (Ministério da Educação)/Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Com relação aos dados de estudantes vinculados aos cursos de graduação em instituições federais, registrou-se em 2009, 1.647 vínculos nos respectivos cursos, elevando o número para 2.224 em 2010, 2.576 em 2011, 2.677 em 2012 e 2.822 em 2013. A expansão do número de alunos vinculados à instituição de ensino, resultou principalmente do financiamento federal direcionado para o setor, que teve entre os seus objetivos institucionalizar novos campi universitários e novos cursos de graduação. Assim,

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (REUNI, 2010). Segundo o sítio oficial do Reuni, “As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país”. Um dos resultados mais explícitos desta política é a criação de novas universidades. (PEREIRA; SILVA, 2010, p.20).

A política de expansão das instituições federais atuou de forma expressiva na região sudoeste do Paraná, ampliando os recursos destinados para as universidades. Dessa forma tivemos a criação da UFFS Universidade Federal da Fronteira Sul campus de Realeza, a federalização do CEFET para UTFPR em Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, e a federalização da FACIPAL-Faculdades Integradas Católicas de Palmas que se tornou IFPR Instituto Federal do Paraná, campus de Palmas.



Num contexto diferente do município de Francisco Beltrão, em Pato Branco a quantidade de cursos da UTFPR fez elevar a quantia de alunos vinculados e concluintes nos cursos de graduação na modalidade pública (federal), ocorrendo o crescimento de vínculos no município de forma significativa quase acompanhando os números da FADEP, instituição privada.

Com relação aos ingressos das instituições privadas no município, houve 724 ingressos acadêmicos em 2009, 1.398 em 2012 e 1.541 em 2013. Na perspectiva também houve o crescimento nas instituições privadas do município de Pato Branco, que registrou 2.609 em 2009, 2.818 em 2010, 3.301 em 2011, 3.639 em 2012 e 3.753 em 2013. Esses números advêm das políticas públicas voltadas, conforme temos visto, para IES privadas também, compondo um cenário de incentivos simultâneos ao setor público e privado.

Analisaremos a seguir os dados do Município de Dois Vizinhos.

#### 4.4 DOIS VIZINHOS

Em Dois Vizinhos, houve a criação da UNISEP- **União de Ensino do Sudoeste do Paraná** instituída pelo **Decreto 331 de 23 de fevereiro de 2001**. Nesse processo tivemos os cursos criados a partir do surgimento da instituição. Vamos à exposição dos dados:

**Quadro 32: Data de implementação dos cursos de graduação da UNISEP campus de Dois Vizinhos (2001-2016)**

<b>Cursos</b>	<b>Data de implementação</b>
<b>Administração de empresas</b>	30/07/2001
<b>Educação física</b>	30/07/2001
<b>Sistemas de informação</b>	30/07/2001
<b>Ciências Contábeis</b>	27/08/2001
<b>Direito</b>	27/08/2001
<b>Tecnológico em produção de vestuário</b>	04/02/2003
<b>Farmácia</b>	09/01/2004
<b>Fisioterapia</b>	09/01/2004
<b>Marketing</b>	16/02/2004
<b>Engenharia ambiental e sanitária</b>	11/04/2006
<b>Medicina veterinária</b>	11/04/2006
<b>Pedagogia</b>	02/12/2006
<b>Agronomia</b>	24/11/2009
<b>Engenharia civil</b>	27/07/2016
<b>Biblioteconomia</b>	02/12/2016

Fonte: MEC (Ministério da Educação). Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Foram criados na instituição de ensino os cursos de Administração de Empresas, Educação física, Sistemas de informação, Ciências Contábeis e Direito em 2001, Tecnológico em produção de vestuário em 2003, Farmácia, Fisioterapia e Marketing em 2004, Engenharia Ambiental e Sanitária, Medicina Veterinária e Pedagogia em 2006, Agronomia em 2009, e Engenharia civil e Biblioteconomia em 2016.

Neste contexto, na tentativa de reverter a política econômica neoliberal e sua radical diminuição do Estado, constitui-se no início dos anos 2000, mais especificamente a partir de 2003, um governo que podemos chamar de pós neoliberal, que elabora políticas sociais, porém mantendo parte da hegemonia neoliberal do mercado, segundo Emir Sader.

Lula buscou avançar inicialmente pelas vias de menor resistência e maior fragilidade do neoliberalismo: deu prioridade às políticas sociais (enquanto o neoliberalismo impôs a ditadura da economia) e aos projetos de integração regional (enquanto o neoliberalismo privilegiou o livre-comércio e os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos). A criação de formas inovadoras de políticas sociais – o próprio Bolsa Família, que passou a simbolizar a reversão das condições sociais históricas herdadas pelo governo Lula – e a inviabilização da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), um bloco econômico regional do qual o Brasil e os Estados Unidos eram os principais elementos, marcaram a ruptura com a herança neoliberal e se tornaram eixos estratégicos da alternativa pós-neoliberal. (SADER, 2013, p. 05, 06)

É na transição para este contexto pós-neoliberal que podemos colocar a criação da UNISEP. Desta maneira apesar de se registrar avanços históricos em torno da educação superior pública (federal e estadual), o governo brasileiro priorizou grande parte dos investimentos para o setor privado, implementando as políticas de desenvolvimento para a expansão da educação superior privada, a começar da institucionalização do FIES, que atuou pela Lei nº 10.260/2001, e do PROUNI, criado a datar do Decreto nº 11.096/2005.

É neste quadro histórico nacional que analisamos a conjuntura na qual se implementa a UNISEP, campus de Dois Vizinhos, pelo Decreto nº 331/2001. Cabe salientar que esse processo de expansão da educação superior estendeu o acesso da população à modalidade educacional, porém fortaleceu o domínio do mercado no setor, estimulando a criação de universidades privadas. Em meio este cenário de gastos públicos no setor privado, houve a chegada de uma universidade federal para o município em questão, rompendo, assim, com a ênfase exclusiva às medidas neoliberais.

Á vista disto, num cenário que Sader (2013) caracterizou de pós-neoliberal, o CEFET de Pato Branco transforma-se em universidade tecnológica, e se institucionaliza, dessa maneira o campus da UTFPR-Universidade Tecnológica Federal do Paraná, no

município de Dois Vizinhos, a partir da **Lei 11.184 de 07 de outubro de 2005**. Neste modo, novos cursos são implementados.

**Quadro 33: Data de implementação dos cursos de graduação na UTFPR-Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus de Dois Vizinhos (2007-2014)<sup>28</sup>**

<b>Cursos</b>	<b>Data de implementação</b>
<b>Zootecnia</b>	12/02/2007
<b>Tecnológico em horticultura</b>	30/07/2007
<b>Engenharia florestal</b>	04/08/2008
<b>Licenciatura em educação do campo</b>	01/03/2011
<b>Agronomia</b>	08/08/2011
<b>Ciências biológicas</b>	08/08/2011
<b>Engenharia de bioprocessos e biotecnologia</b>	31/01/2014
<b>Engenharia de software</b>	23/04/2014

Fonte: MEC (Ministério da Educação). Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Foram institucionalizados no campus, os cursos de Zootecnia e Tecnológico em horticultura em 2007, Engenharia Florestal em 2008, Licenciatura em educação do campo, Agronomia e Ciências Biológicas em 2011 e Engenharia de bioprocessos e biotecnologia e Engenharia de software em 2014. A implementação dos cursos de Zootecnia, Tecnológico em horticultura, Agronomia e Engenharia de bioprocessos e biotecnologia no campus, possuem características advindas das atividades econômicas características da região sudoeste do Paraná. Na região citada há a necessidade de profissionais da área de produção agrícola, visto que as principais atividades econômicas existentes nela provém da agricultura e dos serviços em torno do complexo agroindustrial. Desta forma,

O comércio de grãos é o carro chefe do faturamento das cooperativas do Sudoeste. Entre 2000 e 2012 foram cerca de R\$ 3 bilhões, o que representa 53% do faturamento total no mesmo período. Os principais grãos comercializados pelas cooperativas no Sudoeste são a soja, milho, trigo e feijão. Mas, elas também recebem aveia, cevada, triticale e outros. A maioria dos produtores do Sudoeste, cerca de 72%, possuem propriedades abaixo de 20 hectares. Conforme Gonçalves (1987), neste caso as cooperativas possuem um importante papel na centralização do capital aplicado a agricultura, pois permitem ganho de escala. (PADILHA, 2014, p. 148, 154, 155)

---

<sup>28</sup> Durante o período de modernização do ensino superior posterior a 1968, a instituição era o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET-PR, sendo instituído em 1978, tornando-se ensino tecnológico em 2005 a partir da implementação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Conforme afirma o autor citado, 72% dos produtores agrícolas da região são empresários de pequeno porte. Dessa forma, a partir da década de 1990, ocorreu a organização política-administrativa de cooperativas com o objetivo de realizar a melhoria de condições de trabalho e de empreendimentos nas pequenas propriedades dos cooperados. Entre as unidades cooperadas, citamos a Coasul, Coagro e a Coopertradição.

Entre as principais atividades dos agricultores, caracteriza-se a produção de sementes agrícolas (soja, milho, trigo e feijão), sendo estas comercializadas para o mercado interno ou para a exportação através das commodities. Assim, as sementes comercializadas na economia nacional são utilizadas em grande parte para a fabricação de ração animal, posteriormente sendo utilizada em frigoríficos para a produção de frango e suínos na região.

Entre os frigoríficos formados podemos mencionar a Frimesa, Coopavel, C. Vale, Coasul, Diplomata, BRF, Agrogen, Agroindustrial Dalla Costa, entre outras. Grande parte da produção é exportada para a China, Japão, Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul, Malásia, Indonésia, Taiwan, enquanto que outra parte permanece para o consumo do mercado interno (ABPA, 2015).

Em vista disto, conforme os dados publicados no Relatório Anual da ABPA, Associação Brasileira de Proteína Animal no ano de 2015, a região brasileira que faz fronteira com o Paraguai e a Argentina liderou o ranking na exportação de Frango e de Suínos no Brasil. (ABPA, 2015).

Por conseguinte, os profissionais formados nos cursos de Zootecnia, Agronomia e Engenharia de bioprocessos e biotecnologia da UTFPR de Dois Vizinhos, além de Agronomia na UNISEP campus de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, no IFPR campus de Palmas, na UTFPR campus de Pato Branco e de Tecnologia em Alimentos na UTFPR campus de Francisco Beltrão, foram direcionados para trabalhar nos setores econômicos que fazem parte do complexo agroindustrial na região. Assim discute Casaril (2014), numa análise que pode ser estendida ao Sudoeste como um todo:

A outra IES Pública de Francisco Beltrão é a UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Francisco Beltrão. Seu funcionamento foi autorizado pela Portaria Ministerial no. 1.863 de 30 de novembro de 2006. O Campus de Francisco Beltrão, conta com quatro cursos de graduação, sendo implantado primeiramente o curso de Tecnologia em Alimentos no início de 2008, em razão da significativa presença de indústrias na área alimentícia na região, que gera elevado número de vagas e, conseqüente, necessidade de mão de obra especializada. (p. 329).

Portanto, os profissionais formados na região, o agrônomo, zootecnista e o engenheiro de bioprocessos e biotecnologia, atuam em cada área específica conduzida para a produção agrícola e de agroalimentos. Entre as atuações profissionais, algumas delas são direcionadas para a produção de carnes nos frigoríficos e nas agroindústrias constituídas no desenvolvimento da criação de animais e na aceleração da produção de sementes agrícolas.

Por último, mencionamos o tecnólogo em horticultura que, apesar de não atuar na produção de sementes ou na agroindústria de carnes, também trabalha em um setor voltado para a produção de alimentos. Durante o período modernização das Universidades, momento também caracterizado pela consolidação do modelo urbano-industrial no país, implementam-se medidas voltadas para o desenvolvimento técnico-científico a partir da elaboração de políticas de incentivo ao setor. Assim, Frigotto (1995), ressalta:

A segunda revolução industrial resulta de uma tríade que muda qualitativamente a base técnica do processo produtivo e afeta as relações sociais no seu conjunto: “a revolução microeletrônica e a revolução técnico-industrial a ela associada [...]. A revolução da microbiologia com sua componente resultante a engenharia genética, [...] e a revolução energética. Para Schaff a transformação revolucionária da ciência e da técnica, que traz modificações na produção e nos serviços, deve necessariamente produzir mudanças nas relações sociais.” (p. 101).

Concluimos que esse vínculo entre processos produtivos e cursos de teor mais aplicado e técnico, ocorrido em nível macro, tem se intensificado mais recentemente no sudoeste paranaense.

Observando as transformações em torno das políticas de ampliação de acesso à modalidade educacional em foco, o estado brasileiro, a contar da atuação de órgãos federais como a CAPES e o CNPQ, implementa e expande o investimento direcionado para o desenvolvimento técnico-científico que também caracteriza-se como políticas sociais.

Com isso, houve a concessão de bolsas do PIBIC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, para acadêmicos dos cursos de graduação realizarem pesquisa científica durante os seus respectivos cursos de graduação. Nesse processo, incrementou-se à destinação de bolsas financiadas pelos órgãos mencionados. Cabe mencionar que tal processo deu-se com a ampliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na região.

Assim, ocorreu um contingente significativo de pesquisas efetuadas nas universidades da região em torno da discussão do desenvolvimento para o campo. Entre as temáticas discutidas, citamos a expansão das agroindústrias constituídas na região, a rede de bacias leiteiras, o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias no sudoeste do Paraná, a produção de sementes e as relações no campo. Essas pesquisas se deram principalmente em cursos como Agronomia, Geografia e Zootecnia.

Voltando diretamente ao foco de nosso capítulo, em um contexto de ampliação das políticas direcionadas para o desenvolvimento científico-tecnológico no ensino superior, houve a ampliação no número de cursos, alunos ingressantes dos cursos de graduação, vinculados e concluintes entre 2009-2013 no município de Dois Vizinhos, como veremos a seguir:

**Quadro 34: Quantidade de cursos, alunos ingressantes, vinculados e concluintes dos cursos de graduação no município de Dois Vizinhos (2009-2013)<sup>29</sup>**

Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de cursos	15	16	18	16	16
Ingressos (Federal)	157	--*	--*	354	281
Ingressos (Privada)	523	71	83	652	693
Vínculos (Federal)	287	400	586	727	872
Vínculos (Privada)	1.148	1.571	1.426	1.438	1.634
Concluintes (Federal)	--*	11	38	43	57
Concluintes (Privada)	164	329	283	270	237

Fonte: MEC (Ministério da Educação)/Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Conforme os dados que apontam os vínculos com os cursos de graduação, tivemos na instituição federal, 287 alunos vinculados em 2009, havendo um crescimento no dado, chegando a 400 em 2010, 586 em 2011, 727 em 2012 e 872 em 2013. Na instituição privada houve em 2009, 1.148 acadêmicos vinculados em 2009, se dando um crescimento no número chegando a 1.571 em 2010, 1.426 em 2011, 1.438 em 2012 e 1.634 em 2013. A política econômica direcionada para o desenvolvimento social no período 2003-2014,

<sup>29</sup> Os espaços em branco não tem registros no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior.

proporcionou a implementação de políticas destinadas á expansão do ensino superior. Contudo devemos destacar que mesmo com o início das transformações econômicas proporcionadas pelo governo Lula, apenas em 2007 o estado brasileiro formulou um programa de expansão das instituições de ensino federais. No contexto afirma Pereira; Silva,(2010)

Estudo realizado por Chiroleu (2009), em três países latino-americanos – Argentina, Brasil e Venezuela – constatou que, no Brasil, até o ano de 2007, as políticas públicas estatais estiveram direcionadas para a compra de vagas em instituições de ensino privadas, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), bem como para a política de financiamento universitário, por meio de programas de crédito educativo. Tais medidas tinham como objetivo garantir a inclusão dos jovens oriundos das classes populares na educação superior. Contudo, somente no ano de 2007, por meio do Programa de Reestruturação e Ampliação das Universidades Federais (Reuni), foram criadas as condições para a expansão do sistema público de educação superior no Brasil (p. 16).

A partir da atuação do Estado brasileiro ampliando os recursos viabilizados para o ensino superior federal sob a intervenção do REUNI, verifica-se a interiorização e a criação de novos campi das universidades federais no território do país. Dessa forma, se explica o crescimento significativo nos dados apresentados, que indicam a quantidade de alunos ingressantes e vinculados na educação superior federal, enquanto que na modalidade privada ocorreu um crescimento que já era uma tendência estatística e que já vinha acontecendo desde o início dos anos 2000.

Assim, apesar do setor privado apresentar números mais significativos em relação à quantidade de alunos matriculados e vinculados aos cursos, devemos considerar que de forma semelhante a Pato Branco, em Dois Vizinhos o ensino superior na modalidade pública também foi crescendo. Porém, com limitações. Os dados que vimos apontam bem isso.

Para continuarmos a demonstração desse processo de expansão do ensino superior, daremos destaque agora ao município de Realeza.

#### 4.5 REALEZA

No momento em que o estado brasileiro institucionalizou o FIES, através da **Lei n° 10.260/2001**, tivemos a criação de instituições de ensino presenciais em municípios com menos de 20 mil habitantes na região, como é o caso de Realeza.

Tal município instituiu a CESREAL- Centro de Ensino Superior de Realeza, implementado através do **Decreto n° 1.718 de 06 de agosto de 2001**, havendo a formulação de dois cursos, originalmente: Administração de Empresas, criado no **dia 10 de setembro de 2001** e Ciências Contábeis institucionalizado na data **02 de dezembro de 2005**. (MEC/INEP, s.d)

A CESREAL, instituição privada de ensino superior, foi implementada em um momento em que se iniciava o processo de democratização da modalidade de ensino, em uma perspectiva de privatização do setor. Cabe lembrar que:

No mesmo momento em que o Brasil tenta, ainda que legalmente, erigir o seu Estado Social, o pensamento neoliberal começa a se impor para a América Latina através do Consenso de Washington, documento produzido em um encontro que ocorreu em Washington (EUA), em 1989, com a participação de economistas do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Departamento do Tesouro Norteamericano, o qual apregoa um receituário de medidas neoliberais à América Latina sob a justificativa de tirar os países deste continente da crise econômica que os assolava nos anos de 1980. Entre as principais medidas estão: a privatização, a desregulamentação do mercado, financeirização da economia, políticas sociais restritas, flexibilização das relações de trabalho. (BENATTI, MUSTAFA, 2016, p. 143)

Esse processo de privatização converge com o momento de implantação do neoliberalismo no Brasil, em que verifica-se a desestatização dos setores públicos, e as medidas de governo voltadas para a expansão de acesso à modalidade de ensino que resultaram na criação da CESREAL.

Portanto, interpretamos que a instituição aludida é consequência das políticas liberalizantes constituídas e atuantes durante a década de 1990 e início dos anos 2000, momento no qual a política econômica brasileira esteve sob o controle de organismos internacionais, como o FMI, BIRD e o Banco Mundial.

Posteriormente, ocorreu a criação da política de expansão da educação superior federal sob a **Lei n° 6.096/2007**, se dando a criação do campus da UFFS- Universidade Federal da Fronteira Sul em Realeza, através do **Decreto n° 12.029 de 15 de setembro de 2009**.

Nesta ocasião foram implementados os cursos de Ciências Biológicas, Física, Letras (português e espanhol), Medicina Veterinária, Nutrição, Química e Ciências naturais (já encerrado), institucionalizados no **dia 29 de maio de 2010**. Conforme os dados publicados no MEC. (INEP/MEC, s.d)



Assim, a partir da atuação do já citado REUNI, identifica-se em algumas regiões brasileiras uma mobilidade social nas localidades do entorno das universidades implementadas. Desta maneira, afirma Pochmann (2011); “[...] em grande medida, o melhor desempenho nos indicadores de mobilidade social, encontra-se fortemente associado ao conjunto de transformações da economia e nas políticas públicas.”(p. 147)

Desta feita, a política econômica instituída no período pós-neoliberal 2003-2014, formulou programas governamentais, ocasionando o desenvolvimento econômico e social. Sendo assim, as políticas de estado implementadas proporcionaram certa mobilidade econômico-social na região. Isso pode ser visto através da criação da UFFS, por ser uma instituição pública de ingresso gratuito, ofertando cursos de graduação não existentes nas proximidades do município, como Ciências Biológicas, Física, Medicina Veterinária e Química, havendo a perspectiva da população da cidade e dos municípios próximos em ingressar no ensino superior.

Entre as cidades beneficiárias pela criação do campus podemos citar, Santa Izabel do Oeste, Ampére, Salto do Lontra, Planalto, Capanema, Santo Antônio do Sudoeste, Pranchita, Pérola do Oeste, Pinhal do São Bento, Nova Prata do Iguaçu, Dois Vizinhos, Cruzeiro do Iguaçu, entre outros municípios.

A seguir, temos, no quadro 36, dados de ingresso em cursos de graduação em Realeza, num período que se estende entre 2009 e 2013.

**Quadro 35: Quantidade de cursos, alunos ingressantes, vinculados e concluintes dos cursos de graduação no município de Realeza (2009-2013)<sup>30</sup>**

Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de cursos	3	6	6	6	9
Ingressos (Federal)	--*	--*	--*	267	225
Ingressos (Privada)	92	--*	--*	133	99
Vínculos (Federal)	--*	242	438	606	687
Vínculos (Privada)	206	272	287	312	306
Concluintes (Federal)	--*	--*	--*	--*	1
Concluintes (Privada)	56	74	30	48	63

<sup>30</sup> Até a implementação da UFFS-Universidade Federal da Fronteira Sul campus de Realeza instituída pelo Decreto N° 12.029 de 15 de setembro de 2009, não ocorreu registros de informações Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior, referentes a ingressantes, vínculos e alunos concluintes da modalidade federal no município de Realeza.

**Fonte:** MEC (Ministério da Educação)/Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Org: NUNES, H, F, P, 2018.

Assim, ocorreu a ampliação do número de cursos de graduação na cidade de Realeza, havendo 3 cursos implementados até 2009, elevando o número para 6 em 2010, 2011 e 2012 e 9 em 2013. Com relação aos vínculos na federal não houve registros em 2009, passando a apontar, 242 em 2010, 438 em 2011, 606 em 2012 e 587 em 2013. Na instituição privada tivemos 206 vínculos em 2009, 272 em 2010, 287 em 2011, 312 em 2012 e 306 em 2013.

É notório que durante a atuação da política de desenvolvimento e de expansão do ensino superior federal, em algumas localidades do país tivemos a disputa de poder econômico-político entre a esfera pública e privada no setor.

Presencia-se, assim, uma mudança no direcionamento de políticas que fomentam o acesso ao ensino superior no Brasil a partir do governo Lula (2003-2010), em que programas como o ProUni (Universidade para Todos), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) procuram demarcar a intervenção pública na democratização do acesso ao ensino superior.(PEREIRA; SILVA, 2010, p. 11)

Desta forma, a começar da criação da UFFS campus de Realeza, a cidade passou a ter uma instituição de educação superior na modalidade pública, com cursos não existentes na região como Ciências Biológicas e Medicina Veterinária. Essas transformações foram resultantes das políticas públicas de fortalecimento também da integração do Brasil, com os países que integram a Mesorregião da fronteira com o Mercosul.

Cabe ressaltar que pelos dados analisados, o município de Realeza constitui uma exceção, pois o ensino público superior apresenta um percentual recente de maior vínculo de discentes com a instituição pública. Em Realeza, portanto, podemos perceber uma situação positiva quanto à IES, num cenário em que o setor privado era também beneficiado por políticas públicas.

Discorreremos agora sobre o município de Palmas

## 4.6 PALMAS

Durante o período de transformações em torno do ensino superior, a FACIPAL-Faculdades Integradas Católicas de Palmas, foi incorporada ao **IFPR - Instituto Federal do Paraná**<sup>31</sup>, transformando-se em centro universitário, institucionalizado pela **Portaria nº 728/2010, publicada no DOU nº 112 de 15 de junho de 2010**, mantendo os cursos já implementados pela Facipal e instituindo cursos novos.

**Quadro 36: Data de implementação dos cursos de graduação no IFPR-Instituto Federal do Paraná campus de Palmas (1969-2009)**<sup>32</sup>

<b>Curso</b>	<b>Ano de implementação</b>
<b>Letras-português</b>	09/03/1969
<b>Letras-português e inglês</b>	09/03/1969
<b>Pedagogia</b>	09/03/1969
<b>Administração de empresas</b>	01/08/1980
<b>Ciências contábeis</b>	01/08/1980
<b>Educação física</b>	20/02/1984
<b>Sistemas de informação</b>	16/02/1998

<sup>31</sup> Considera-se a regionalização, a integração econômica e a integração social da AMSOP - **Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná**, para a análise dos dados do IFPR - Instituto Federal do Paraná campus de Palmas.

<sup>32</sup> Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI, pelo Decreto Federal 63583/68 (1968) com quatro cursos; Filosofia, História, Letras e Pedagogia. Entre 1979 e 1980 foram criadas e autorizadas as Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas – FACEPAL, instaladas com apoio do Poder Público Municipal – Lei Municipal nº 654/79 – Decreto Federal 84784/80 – sob a Administração Rural e Licenciatura em Educação Física e em 1985, Administração Rural e Licenciatura em Ciência – Habilitações: Matemática, Biologia e Química. Entre 1992 as Faculdades de Palmas assinaram um convênio de Amparo Técnico e Financeiro com o Estado, destinado ao subsídio das mensalidades e a compra de equipamentos, materiais e instrumentais. No decorrer de 1998, estruturado o novo Conselho Nacional de Educação, pautado em Políticas Nacionais redefinidas com base na Lei 9394/96, foi encaminhado um processo solicitando a transformação da FAFI/FACEPAL em Centro Universitário. Para a instrumentalização do Processo foi necessário solicitar a mudança de categoria de Faculdade Isoladas, para Faculdades Integradas de Palmas, o que foi aprovado em 15 de fevereiro de 2001 – Portaria MEC 285/2001. Em 2002, através da Portaria do MEC 2993/2002 as Faculdades Integradas de Palmas, passaram a denominar-se Faculdades integradas Católicas de Palmas e em maio de 2004 pela Portaria Ministerial 1274/04 – são transformadas em centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná – UNICS, com alteração posterior do nome para Centro Universitário católico do Sudoeste do Paraná. A partir de 2004, com a autonomia concedida aos Centros Universitários pela Legislação em vigor, o UNICS, instalou novos cursos tais como Farmácia, Enfermagem, direito, Engenharia Civil e Engenharia Agrônômica. No início de 2009 a administração do CPEA/UNICS, passou a focar-se na inclusão da IES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, programa novo do Governo Federal de Expansão do Ensino Superior, Técnico e Tecnológico lançado em dezembro de 2008. No dia 14 de junho de 2010, a secretaria de educação Superior do Ministério de Educação, através da **Portaria nº 728/2010, publicada no DOU nº 112 de 15 de junho de 2010**, aprovou a incorporação dos cursos e alunos pelo IFPR e declarou extinto o Centro universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS.

<b>Letras-espanhol</b>	18/02/1999
<b>Química</b>	18/02/2003
<b>Ciências biológicas</b>	18/02/2003
<b>Farmácia</b>	26/06/2004
<b>Enfermagem</b>	21/02/2005
<b>Direito</b>	21/02/2005
<b>Tecnologia agroflorestal</b>	13/02/2006
<b>Engenharia agrônômica</b>	09/02/2009
<b>Artes visuais</b>	09/02/2009

Fonte: MEC (Ministério da Educação). Org: NUNES, H, F, P, 2018.

De acordo com os dados demonstrados, durante as transformações em torno do ensino superior proporcionada pela reforma universitária de 1968, institucionalizam-se os cursos de graduação no município de Palmas: Letras-português, Letras-português e inglês e Pedagogia em 1969, Administração de Empresas e Ciências Contábeis em 1980, Educação Física em 1984, Sistemas de Informação em 1998 e Letras-espanhol, em 1999.

Veremos a seguir os números que indicam a quantidade geral de cursos, os alunos ingressantes vinculados às instituições e os concluintes dos referidos cursos entre 2009-2013, no município de Palmas:

**Quadro 37: Quantidade de cursos, alunos ingressantes, vinculados e concluintes dos cursos de graduação no município de Palmas (2009-2013)<sup>33</sup>**

Ano	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Nº de cursos</b>	18	18	17	17	16
<b>Ingressos (Federal)</b>	--*	--*	--*	439	458
<b>Ingressos (Privada)</b>	460	--*	--*	--*	--*
<b>Vínculos (Federal)</b>	--*	1.281	1.438	1.255	1.389
<b>Vínculos (Privada)</b>	1.095	--*	--*	--*	--*
<b>Concluintes (Federal)</b>	--*	61	299	152	191
<b>Concluintes (Privada)</b>	421	--*	--*	--*	--*

Fonte: MEC (Ministério da Educação)/Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Org: NUNES, H, F, P, 2018.

<sup>33</sup> Até a criação do **IFPR - Instituto Federal do Paraná** campus de Palmas, não haviam registros referentes a ingressos, vínculos e concluintes na modalidade federal apenas na modalidade privada de ensino superior, posteriormente a **Portaria nº 728/2010, publicada no DOU nº 112 de 15 de junho de 2010**, os dados que eram direcionados para o setor particular foram para o ensino superior na modalidade federal do município de Palmas.

Podemos perceber que partir da criação do IFPR, campus de Palmas, os dados que eram direcionados para o ensino privado passaram a compor a modalidade de ensino federal no quadro acima. Assim, o dinamismo econômico constituído entre 2003-2014 reduziu as taxas de juros e procurou ampliar o consumo da população de baixa renda aos bens materiais, permitindo a criação e a atuação de políticas públicas recentes, ampliando o financiamento também para a educação superior, seja ela pública ou privada.

Com relação aos números dos vínculos e de concluintes dos cursos, tivemos 1.095 vínculos na instituição privada em 2009, sendo que na modalidade federal, que registrou-se 1.281 em 2010, 1.438 em 2011, 1.255 em 2012 e 1.389 em 2013.

Já os dados referentes aos alunos concluintes do nível graduação, tivemos 421 alunos concluintes de cursos particulares, passando para 61 em 2010, 299 em 2011, 152 em 2012 e 191 em 2013 na instituição federal. As mudanças estatísticas na esfera de ensino privado para a modalidade federal se deram desde a criação de políticas sociais constituídas nos últimos 15 anos. Entre elas citamos o REUNI, que se institucionalizou a começar de sua atuação no surgimento de novas instituições federais, proporcionando o desenvolvimento local/regional a partir das novas universidades, como é o caso de Palmas.

Por conseguinte, concluímos para fechar este último capítulo que, a maior parte do ensino superior existente na região sudoeste do Paraná em quantidade de instituições e de cursos constituíram-se a partir dos anos 2000, período de atuação das políticas sociais e da reorganização político-administrativa do MERCOSUL Mercado Comum do Sul, em direção para um novo desenvolvimentismo-nacionalista. Isto posto haviam anteriormente a esse processo apenas 02 instituições de ensino superior passando a constituir 09 campi universitários no período atual, ampliando também a quantidade de cursos, dizemos que esse processo de ampliação da educação superior na região constituiu-se de forma recente.

Haviam instituições de ensino superior apenas em Palmas e Francisco Beltrão, anteriormente as transformações econômicas do início dos anos 2000, constituindo universidades também em Palmas, Realeza e Dois Vizinhos contemporaneamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que, durante a construção do primeiro capítulo, intitulado “O Processo de mudanças na política na economia e a formação do ensino superior no Brasil entre 1930-1980”, realizamos apontamentos sobre a inserção do modelo urbano-industrial no país através da política econômica realizada a partir da Revolução de 1930, em que tivemos a criação de estatais como a Petrobrás, a Eletrobrás, a Vale do Rio Doce, a CSN, Companhia Siderúrgica Nacional entre outras.

Neste contexto inicia-se a inserção do modelo da universidade brasileira existente. Vimos que tal processo se deu com o início da implementação da USP-Universidade de São Paulo em 1934, havendo também mudanças na educação básica através da implementação do modelo educacional dualista, ocorrendo durante a atuação do Ministro Gustavo Capanema.

Analisando as mudanças políticas e econômicas, a partir de 1956, pudemos perceber que se intensifica o modelo econômico constituído durante a revolução de 1930, iniciando um novo período denominado de “industrialização pesada”, em que o governo Juscelino Kubistchek, 1956-1960, institui o Plano de metas, havendo a realização da construção de Brasília, rodovias, a abertura comercial brasileira com o ingresso das multinacionais no país como a Volkswagen, a Ford, a Panasonic, a Gradiente entre outras. Nesse momento, o estado brasileiro institucionaliza 11 novas universidades federais.

Já na década de 1960, intensifica-se a urbanização do país desde a atuação da política econômica do governo militar, realizando o custeio e o financiamento para a modernização da agricultura através do incremento da indústria de maquinários, de fertilizantes e da abertura das agroindústrias. Institui-se também o I e II PND, Plano nacional de desenvolvimento, havendo a formação de novas delimitações regionais interioranas, novos municípios e a construção de grandes obras.

No período militar se deu a implementação de novas 14 universidades federais, e a modernização da educação superior através da atuação do CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, culminando num processo em que se dá o incremento/mudança da pesquisa nas instituições de ensino.

No segundo capítulo, por sua vez, denominado “A redemocratização da república do Brasil e as políticas públicas voltadas para a educação superior (1980-2002)”,

realizamos apontamentos sobre o processo de reconstrução dos partidos políticos, sindicatos, associações e demais movimentos sociais. Nesse processo, demos ênfase para a implementação dos principais partidos políticos, o PT, Partido dos Trabalhadores, o PDT, Partido Democrático Trabalhista e o PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Houve também a criação das centrais sindicais, a CUT, Central Única dos Trabalhadores, e as entidades direcionadas para os direitos dos trabalhadores da educação, como a CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, além da criação dos sindicatos organizados pela rede estadual de escolas e das universidades brasileiras.

Os movimentos organizados exigiam as eleições diretas e a implementação de uma nova constituinte que regimenta a sociedade brasileira, processo que se institucionaliza com a Constituição Federal de 1988.

Percebemos que durante a década de 1990, em um contexto de domínio do FMI Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial nas economias sul-americanas, iniciou o neoliberalismo no Brasil sob o comando do governo Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (1990-2002). Naquele momento, a sociedade brasileira já estava sob a intervenção do consenso de Washington (1989), instituindo as exigências na política econômica no país.

Percebendo as imposições feitas pelo Consenso de Washington, tivemos a contenção dos investimentos nos setores econômicos e sociais. Nesse momento instituiu-se a LDB, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a começar da implementação da **Lei n° 9394/96**, que flexibilizou as políticas voltadas para à educação superior brasileira, permitindo a atuação no setor do BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, e do Banco Mundial.

A datar da atuação da nova LDB, também tivemos a institucionalização das políticas de democratização de acesso à educação superior brasileira como o CREDUC, Crédito educativo e o FIES, Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, havendo também nos anos seguintes a criação dos cursos de graduação à distância. Cabe mencionar ressaltar que essas políticas públicas foram direcionadas para o setor privado.

No terceiro capítulo debatemos acerca das “Políticas públicas voltadas para a expansão do ensino superior no Brasil (2003-2014)”, que dá título ao mesmo, realizamos apontamentos sobre as mudanças socioeconômicas ocorridas a contar dos anos 2000, em que o MERCOSUL Mercado Comum do Sul, reorganiza a sua estrutura política e econômica, havendo a implementação de um modelo econômico conhecido por

socialdemocrata na América do sul, seguindo a tendência pós-neoliberal, conforme pudemos verificar.

O estado brasileiro criou algumas políticas sociais de desenvolvimento, como a Política de valorização do salário mínimo, o Minha Casa Minha Vida, o Bolsa Família, o Luz pra Todos entre outras. Durante a atuação do modelo econômico implementado, o país se tornou líder em exportação de Commodity agrícola, com o início da reestruturação das políticas voltadas para a agricultura empresarial.

Em tais transformações instituiu-se os programas de acesso da população de baixa renda a educação superior, o PROUNI, Programa Universidade para Todos que distribuiu bolsas integrais e parciais a estudantes de baixa renda, no caso da bolsa parcial passou a ser integrado ao financiamento do FIES. Havendo também a criação do REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que instituiu 14 novas universidades federais a partir dos recursos voltados para a infraestrutura viabilizados pelo PAC, ocorrendo a construção de universidades em locais interioranos do país. Contudo apesar dos avanços citados, ainda houve, em nosso entendimento um vínculo excessivo desse mesmo governo com o setor privado, principalmente no que se refere á Educação superior.

No quarto e último capítulo, procuramos apontar, conforme seu título, os “Reflexos das políticas públicas de expansão do ensino superior brasileiro no sudoeste do Paraná (2003-2014): os casos de Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Realeza, Palmas”. Nele, discutimos o papel dos programas de desenvolvimento de educação superior, para sua expansão na região sudoeste do Paraná. Entre eles citamos o FIES, Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, e o PROUNI, Programa universidade para Todos, políticas direcionadas para as instituições de ensino privadas da região. Procuramos discutir ainda as transformações ocasionadas pela atuação do REUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, nos principais municípios da região.

Em tais discussões constatamos que houve a criação da UTFPR-Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus de Pato Branco, Dois vizinhos e Francisco Beltrão, da UFFS-Universidade Federal da Fronteira Sul campus de Realeza e do IFPR-Instituto Federal do Paraná campus de Palmas na modalidade pública, entre os anos de 2003 a 2014.

Cabe ressaltar que houve também, nesse contexto, a criação de novas instituições privadas na região, a UNIPAR-Universidade Paranaense campus de Francisco Beltrão, a



UNISEP- União de Ensino do Sudoeste do Paraná campus, de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, a CESUL- Centro Sul-americano de Ensino Superior, a FADEP-Faculdade de Pato Branco e a CESREAL-Faculdade de Realeza.

Além da expansão do número de instituições, tivemos o crescimento do número de cursos das universidades implementadas desde os anos 2000, além da ampliação dos cursos das instituições já existentes como é o caso da UNIOESTE-Universidade estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão.

Por final, chegamos, sinteticamente, a algumas conclusões estimuladas pela pesquisa:

- 1) Percebemos ao longo da pesquisa que há um laço estreito entre as exigências no mundo do trabalho, impostas de fora, e as políticas públicas ao longo da história do ensino superior brasileiro;
- 2) O fator econômico como primordial para as transformações em torno das mudanças no ensino superior, tanto no âmbito nacional quanto na esfera regional;
- 3) Regionalmente, percebemos num período mais recente, uma forte ligação entre a expansão do ensino superior e as demandas econômicas, tais como, a produção e comercialização das Commodities agrícolas, as agroindústrias, a criação de animais, a produção de leite, entre outros, conforme vimos no quarto capítulo com o perfil dos cursos criados recentemente, que são direcionados para esses setores;
- 4) As políticas públicas voltadas para o ensino superior dentro do recorte de tempo que escolhemos (2003-2014), se encontram vinculadas ao que alguns autores têm chamado de Pós-Neoliberalismo, em que há investimentos estatais tanto no setor público quanto no privado. Aqui, o objetivo é a expansão do ensino superior, tanto na esfera pública quanto na privada.

Estas são algumas conclusões a que chegamos, encerrando, assim, a presente pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relatório**. São Paulo, 2015.

ALBUQUERQUE; B, A. Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK. In: **XI Congresso brasileiro de história econômica**. 12º Conferência internacional de história de empresas. Anais. Vitória. 2015, p. 01-28.

ALMEIDA, S, S. A importância do fies na garantia do direito ao ensino superior. In: **XV Colóquio internacional de gestão universitária – CIGU Desafios da Gestão Universitária no Século XXI**. Anais. Mar del Plata. 2015. p. 01-12.

AMORIM, A, P; SANTOS, G, D, J; NOVAES, B, A, M. Ensino superior brasileiro: notas sobre a origem e a expansão. **Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN**. Rio de Janeiro. Nº 61, p. 156-165, 2008.

ANDREOTTI; L, A. A administração escolar na era vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930 - 1964), **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. especial, p.102–123, 2006.

AZEVEDO, F. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife, Pb: Editora Massangana, 2010.

AZEVEDO, Z, F, A; PORTUGAL, S, M. Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 8, n. 01, p. 37-63, 1998.

BASTOS, Z, P, P. De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria. **Revista Texto para Discussão**. Campinas. n. 194. p. 01-07. 2011.

BATISTA, N, P. **O consenso de washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo, Sp: Padex, 1994.

BENATTI, S, P, L; MUSTAFA, S, P. Privatização e precarização da política de Educação superior no Brasil – impactos para a formação profissional em serviço social. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), n. 32, p. 141-158, 2016.

BITTAR, M; BITTAR, M. Os movimentos estudantis na História da Educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. **Revista EccoS** – São Paulo, n. 34, p. 143-159. 2014.

BORGES, P, F, L. **Democracia e Educação: Uma análise da crítica às políticas educacionais no Brasil**. Cascavel, Pr: Edunioeste, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.2007. p. 18.

BRASIL. **Decreto nº 34.330, de 21 de outubro de 1953.** Regulamenta a Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953. 1953. p. 02.

BRASIL. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007.** Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. 2007, p. 04.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -REUNI.2007. p. 02.

BRASIL. **Decreto nº 7.488, de 24 de maio de 2011:** Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória, 2011, p.75.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827 - Publicação Original.** 1827, p.02.

---

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961:** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1961, p.14.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. p. 09.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. p. 02.

BRASIL. **Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992.** Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. 1992. p. 03.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996, p.31.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. 1996, p.03.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. p. 55.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. 2001. p. 30.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social

no ensino superior; altera a Lei nº10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. 2005. p. 06.

**BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 .1988. p. 130.**

CANO, W. Da década de 1920 À DE 1930: transição rumo a crise e a industrialização no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.16, n.1, p. 79-90, 2012.

CARVALHO, A, H, C. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 18, n. 54, p. 761-801, 2013.

CASARIL, C, C. **A dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão – Paraná**. 2014, 504f. Tese (Doutorado em geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2014.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo, Sp: Editora Unesp, 2000.

COLLEONI, C; MALANCHEN, J. BRASIL - anos de 1980 o desejo da democratização e a democracia existente no século XXI. In: **1º Simpósio Nacional de Educação. XX Semana da Pedagogia**. Anais. Cascavel. 2008. p. 01-18.

CONAE 2010 Construindo o Sistema Nacional Articulado da Educação: O Plano nacional da Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Ministério da Educação. **Relatório**. Brasília, 2010.

COUTO, G, C; ABRUCIO, F. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Revista Tempo**, São Paulo, vol.15 nº2, p. 269-301, 2003.

CUNHA, L, A. **A Universidade reformanda**. São Paulo, Sp: Edunesp. 2007.

CUNHA, S, H. **JUSCELINO KUBITSCHECK 1956 – 1960: Características de uma trajetória do padrão de desenvolvimento econômico brasileiro**. 2012, 124f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

D'ELBOUX, C, P. A trajetória comunicacional de José Sarney. In: **1º Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho**. Mídia Brasileira: 2 Séculos de História. Rio de Janeiro. 2003. p. 02-42.

DOMINGOS, M. O militar e a ciência no Brasil: os generais e o CNPq. In: **30º Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais)**. Caxambu. 2006. p. 01-18.

FERRAZ, C, F. **CRISE FINANCEIRA GLOBAL: impactos na economia brasileira, política econômica e resultados**. 2013, 104f. Dissertação (Mestrado em Economia) Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

FERREIRA, S, D, R; GAMEZ, L. O papel da universidade aberta do Brasil no cumprimento das metas do PNE 2014-2024: potencialidades e fragilidades. In: **21º CIAED - Congresso Internacional de Educação a Distância**. Anais. São Paulo. 2015. p. 01-10.

FILHO; P, C, J. A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas. São Paulo: **Acervo digital PROGRAD/UNESP**. 2005. p. 01-19. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>> Acessado em: 23/02/2018

FONSECA, D, C, P. **O processo de substituição de importações**. São Paulo: 2003. p. 53. Disponível em: <[http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/o\\_processo\\_de\\_substituicao\\_de\\_importacoes.pdf](http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/o_processo_de_substituicao_de_importacoes.pdf)> Acessado em: 23/04/2018

FRANCO, K, K; RIBEIRO, R, R, M. As marcas do silêncio: a recuperação da figura de Jango na imprensa. In: **Encontro Nacional de História da Mídia: mídia alternativa e mídias midiáticas**. Fortaleza. 2009. p. 01-11.

FREITAS, C, L. Ajuste estrutural e as contrarreformas no ensino superior brasileiro resultantes dos postulados neoliberais do Consenso de Washington. **Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN**. Nº 60, p. 28-41, 2017.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo, Sp: Cortez, 1995.

GONÇALVES; S, J. Novos padrões de financiamento e de custos na agropecuária. **Revista Instituto de economia Agrícola**. v. 1, n. 03, p. 01-06, 2006.

GONH, G, M. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Caxambu. v. 16 , n. 47, p. 333-561, 2011.

GRZESCZAK, K, J, A; MOREIRA, R, C; FERRAZ, F, M, V. O governo Sarney e os antecedentes do Mercosul. **Revista Historiador**. V. 01 n. 01, p. 01-06, 2008.

HAMMEL; C, A; COSTA, K, G; MEZNEK, I. A ditadura militar brasileira e a política educacional: leis nº 5.540/68 e nº 5.692/71. In: **5º Seminário Nacional estado e políticas sociais: As políticas sociais nas transições Latino-americanas no século XXI: tendências e desafios**. Cascavel. 2011. p. 01-13.

LOPES, B, R, J. **Desenvolvimento e mudança social formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, Rj: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

LOPES, C, T. A política do Plano Real estudada a partir da combinação da proposta Larida com o ajuste fiscal. **Revista Porto Alegre**, v. 21, n. 2, p. 187-197, 2010.

MACIEL, S, A, D. **Políticas públicas e democratização educacional: acesso e permanência no ensino superior através do programa reuni**. 2014, 120f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. São Paulo. 2014.

MANCEBO, D. Políticas de Educação Superior no Brasil. In: JUNIOR, R, S, J et al; **Educação superior: Internacionalização, mercantilização, e repercussões em um campo de disputa.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 141-162.

MARTINS; B, C. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Revista Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 30, nº106, p. 15-35, 2009.

MARTUSCELLI, E, D. O PT e o impeachment de Collor. **Revista Opin. Pública.** Campinas, vol.16, nº2 , p. 01-14, 2010.

MATOS, R. Migração e urbanização no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC-UFMG.** Belo Horizonte, vol. 8, nº 1, p. 07-23, 2012.

MIRANDA, R, P. Expansão da Educação superior no Brasil: as articulações com o público e o privado. **XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR.** Universidade Estadual de Maringá. Anais. Maringá. 2016. p. 1444-1458.

MORAES, A, C. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: os vieses da política de expansão. In: **Congresso Nacional de Educação – EDUCERE – I Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e Educação – SIRSSE.** Curitiba. 2011. p.6325-6339.

NUNES, P, F, H; PANHO, M, L. Considerações sobre a modernização da agricultura através da atuação de políticas públicas no Brasil, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF). In: **III Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social “Mundo, Brasil e Regiões: geoeconomia e geopolítica nos últimos cem anos”.** Anais. Foz do Iguaçu. 2017. p. 66-83.

PACHECO, A, J. Impactos do Reuni nas instituições federais de ensino superior: expansão ou subordinação. In: **XIV Colóquio Internacional de gestão universitária – CIGU - A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade.** Anais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2014. 01-16.

PADILHA, T, A, C. A política educacional do governo Itamar Franco (1992-1995) e a questão da inclusão. **Revista espaço acadêmico. Rio de Janeiro,** n.180, p. 82-97, 2016.

PADILHA, W. **O papel do crédito no desenvolvimento das cooperativas agropecuárias.** 2014, 230f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Pós graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão. 2014.

PEREIRA, B, C, L. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Cadernos MARE. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília. 1997. p. 18.

PEREIRA, I, T; SILVA, C, S, F, L. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização?. **Revista debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, 2010.

PERONI, V. **Política educacional e papel do estado**. São Paulo, Sp. Xamã VM Editora e Gráfica LTDA. 2003.

POCHMANN, M. Desenvolvimento Capitalista e divisão do trabalho. In: POCHMANN, M. (org.). **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social**. Petrópolis: Editora Vozes. 2004. p. 15-62.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo, Sp. Boitempo Editorial 2008.

POCHMANN, M. **O trabalho no Brasil pós-neoliberal**. Brasília, Df. Liber Livros. 2011.

Políticas sociais: acompanhamento e análise Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório**. Brasília, 2011.

RODRIGUES, L, H, C. Plano de Metas, PAEG e II PND: Análise e Desdobramentos. In: **XI Congresso brasileiro de história econômica**. 12º Conferência internacional de história de empresas. Anais. Vitória. 2015, p. 01-32.

ROMANELLI, O, O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, Rj: Editora Vozes. 1978.

ROSA, M, C. Políticas públicas para a educação superior no governo Lula. **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão, v.11, n.1, p. 168-188, 2013.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: GENTILI, P (org.). **LULA E DILMA: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Flacso Brasil, 2009. p. 135-143.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. In: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior. São Paulo. 1991.

SILVA, A, M. O Brasil da era Lula: transição capitalista, reestruturação territorial e questão financeira. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n.2, p. 357-369, 2014.

SILVA, B, S, C; MACHADO. A NOVA LDB: do projeto coletivo progressista à legislação da aliança neoliberal. In: SILVA, B, S, C; MACHADO, M, L (org.). **Nova LDB Trajetória para a cidadania?**. São Paulo: Editora Arte e Ciência, 1998. p. 23-32.

SILVA, F, S. **Memorial da força expedicionária brasileira: uma face da glória**. 2011, 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

SILVA, R, A; TERRA, T, C, D. A expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional. In: **1º Seminário nacional de planejamento e desenvolvimento**. Anais. Curitiba. 2013. p. 01-15.

SILVA; M, F, VIANNA; M, V, M. Economia e política: reflexões sobre os governos Vargas, JK e João Goulart. **Revista Historiador**, Porto Alegre, N° 02, Ano 02, p. 142-153, 2009.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Revista novos estudos**, Vol 34, N° 2, p. 39-67, 2015.

SOUZA, F, R. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo, Sp. Cortez Editora. 2008.

SOUZA; A, P, A. OS DIREITOS SOCIAIS NA ERA VARGAS: a Previdência Social no processo histórico de constituição dos Direitos Sociais no Brasil. In: **2º Jornada Internacional de Políticas Públicas mundialização e estados nacionais**. Universidade Federal do Maranhão. Anais. São Luíz. 2005. 01-07.

SOUZA; F, N, A; OTRANTO, R, C. As políticas educacionais para o ensino superior da ditadura militar (1968-1985) e do governo lula da silva (2003-2010) e seus reflexos na reformulação do estatuto e regimento geral da ufrj (1970-2011). **IX Seminário nacional de estudos e pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”**. Universidade Federal da Paraíba. Anais. João Pessoa. 2012. p. 1380-1397.

SZSZMRECSÁNYI, T. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo, Sp. Editora Contexto. 2001. p. 102.

TACHIBANA, Y, T; FILHO, M, N; KOMATSU, B. Ensino Superior no Brasil. **Centro de Políticas Públicas**. São Paulo. N° 14 2015. Disponível em: <: Brasil.pdf > acessado em: 23/03/2018.

ZANELLA, P, A. A IMPLANTAÇÃO DE UM MACROSSISTEMA TÉCNICO: Discursos e Implicações Territoriais da Ferrovia da Integração (Leste – Oeste Catarinense). In: **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos**. Anais. Vitória. 2014. p. 01-11.